

CIDADES NO SÉCULO XXI TEMAS PARA DEBATE

Lucia Maria Machado Bógus
Iracema Brandão Guimarães
Zoraide Souza Pessoa
(organizadoras)

20
ANOS
1998 | 2018



edue



CIDADES NO SÉCULO XXI
TEMAS PARA DEBATE



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Reitora: Maria Amália Pie Adib Andery

educ

Editora da PUC-SP
Direção: José Luiz Goldfarb

Conselho Editorial

Maria Amália Pie Adib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duek Marques

CIDADES NO SÉCULO XXI TEMAS PARA DEBATE

Lucia Maria Machado Bógus
Iracema Brandão Guimarães
Zoraide Souza Pessoa

(organizadoras)

educ

São Paulo
2018

Copyright © 2018. Lucia Maria Machado Bógus, Iracema Guimarães, Zoraide Souza Pessoa.

Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfouri/PUC-SP

Cidades no século XXI (recurso eletrônico): temas em debate / orgs. Lucia Maria Machado Bógus, Iracema Guimarães, Zoraide Souza Pessoa. - São Paulo : EDUC, 2018.

1 recurso online (102 p.) : PDF

Bibliografia.

ISBN . 978-85-283-0608-8

1. Segregação urbana. 2. Sociologia urbana. 3. Urbanização. 4. Vida urbana. 5. Migração - Aspectos sociais. I. Bógus, Lucia Maria Machado, II. Guimarães, Iracema. III. Pessoa, Zoraide Souza

CDD 307.76

304.8

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb

Produção Editorial

Sônia Montone

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Equipe Educ

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

A Preparação e a Revisão dos textos são de responsabilidade das organizadoras e dos autores do livro.

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16
CEP 05014-901 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558
E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Lucia Maria Machado Bógus	
Iracema Brandão Guimarães	
Zoraide Souza Pessoa	
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES URBANAS	11
Marcelo Gomes Ribeiro	
Introdução	11
Segregação, desigualdades: algumas contribuições teóricas.....	12
Segregação socioespacial metropolitana: heterogeneidade ou homogeneidade?.....	14
Segregação e desigualdades urbanas	17
Considerações finais	21
Referências	21
Notas	22
INTER-RECONHECIMENTO, DIVERSIDADE E AUTOSSEGREGAÇÃO: FORMAS DE SOCIABILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR	23
Rafael de Aguiar Arantes	
Introdução	23
Espaço público e sociabilidade urbana.....	23
Inter-reconhecimento e cotidianidade nos usos dos espaços públicos.....	26
Diversidade, fragmentação e autosegregação nos usos dos espaços públicos.....	28
Considerações finais	30
Referências	31
Notas	33
CONSUMINDO CIDADES: RECOMPOSIÇÃO TURÍSTICA E A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO	35
Eder Malta	
Introdução	35
A política de valorização e patrimonialização da paisagem cultural do Rio de Janeiro	36
Da zona Sul à zona Portuária: estratégias para a valorização paisagística e patrimonial.....	37
Considerações finais	43
Referências	44
Notas	46
“LICENÇA QUEM ME DÁ SÃO MEUS ORIXÁS!”. ESPETACULARIZAÇÃO URBANA E ANTINORMATIVIDADES EM SALVADOR DA BAHIA	49
Ewerthon C. de Jesus Vieira	
Introdução	47
Cidade espetacularizada.....	48
Regulação e <i>antinormatividades</i>	51
Considerações finais	55

Referências	55
Sites consultados.....	56
Notas	58

AQUI E ALI – BH, BRASÍLIA E LISBOA – A AMPLITUDE DOS PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO URBANA..... 59

Rachel de Castro Almeida
Patrícia Pereira
Sávio Guimarães

Introdução	59
Gentrificação, comércio e sociabilidades urbanas	60
Belo Horizonte e seu Mercado Municipal	61
Brasília e suas Quadras Comerciais.....	64
Lisboa: a rua Poço dos Negros e seu entorno	65
Notas finais.....	69
Referências	69
Notas	71

“MIGRAÇÃO DE DEPENDÊNCIA”: A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL..... 73

Luís Felipe Aires Magalhães
Rosana Baeninger

Imigração haitiana no Brasil: A “migração de dependência”	74
Considerações finais	78
Referências	79
Notas	81

A PRESENÇA E O DESLOCAMENTO DOS INDÍGENAS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS..... 83

Márcia Cristina Lazzari

Introdução	83
Proteção ambiental nas cidades: revisitando a legislação	83
Indígenas na cidade: enfoque na região metropolitana de Manaus	85
A política socioambiental sustentável diante do crescimento urbano	87
Referências	89
Notas	90

LEBLON: O TERRITÓRIO ENCANTADO..... 91

Marusa Bocafoli da Silva
Rodrigo Anido Lira
Renata de Souza Francisco

Introdução	91
A cidade, seus territórios e a sociabilidade.....	93
Conclusão.....	96
Referências	97
Notas	98

SOBRE OS AUTORES..... 99

APRESENTAÇÃO

Lucia Maria Machado Bógus
Iracema Brandão Guimarães
Zoraide Souza Pessoa

(Orgs.)

Este livro reúne um conjunto de artigos, cujos temas foram discutidos no Grupo de Trabalho “Cidades no Século XXI” durante o 18º Congresso de Sociologia, realizado em Brasília, em julho de 2017. Os oito capítulos dialogam com o tema do Congresso “Que sociologias fazemos? Interfaces com os contextos locais, nacionais e globais” e, considerando a inserção das cidades na dinâmica urbana contemporânea, foram estruturados em torno de três eixos temáticos:

- abordagens que contemplam comparações entre cidades e apontam questões teóricas relevantes do ponto de vista dos estudos urbanos e da sociologia urbana;
- discussão de problemas que afetam as cidades contemporâneas, especialmente no Brasil, com seus impactos nas relações sociais e nas formas de sociabilidade;
- Análise das transformações em curso nas cidades brasileiras apontando para a dualidade que as caracteriza, com a presença de atividades ligadas ao capital globalizado e com a existência de espaços de pobreza e exclusão, com forte presença de conflitos.

O primeiro capítulo, *Segregação socioespacial e desigualdades urbanas*, de Marcelo Ribeiro, propõe enfrentar um duplo desafio. Em primeiro lugar, pretende discutir que a segregação socioespacial analisada na escala metropolitana apresenta maior heterogeneidade social nos espaços ocupados pelas camadas superiores da estrutura social e maior homogeneidade social nos espaços ocupados pelas camadas inferiores ou populares. Em segundo lugar, procura demonstrar que segregação socioespacial e desigualdades urbanas dizem respeito a dois fenômenos distintos, embora relacionados.

Discute essas questões e seus desdobramentos teóricos e empíricos a partir das relações entre a

tipologia socioespacial e o índice de bem-estar urbano, com base na metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles.

Ainda, assinala que as interações sociais são influenciadas pelas condições de homogeneidade ou heterogeneidade socioespacial tomando como foco de análise o processo de urbanização do Rio de Janeiro e sua dinâmica metropolitana.

Finaliza o texto indagando sobre a possibilidade de haver segregação socioespacial sem a presença de desigualdades urbanas e pondera, a partir das instigantes análises realizadas, tratar-se de algo possível, mas ainda distante da realidade das metrópoles brasileiras.

Na discussão proposta por Rafael de Aguiar Arantes, no segundo capítulo, o objeto de estudo é a cidade de Salvador. Em *Inter-reconhecimento, diversidade e autosegregação: formas de sociabilidade nos espaços públicos de Salvador*, o autor aborda as formas de sociabilidade urbana e suas inter-relações com as transformações nas dinâmicas econômica e social no último século, na capital baiana. Analisa os usos dos espaços públicos da cidade e as formas de sociabilidade urbana que neles se desenvolvem destacando as transformações observadas nas últimas décadas com a proliferação de condomínios fechados e o abandono crescente dos espaços públicos, numa recusa de convivência entre as classes sociais e no enfraquecimento dos laços de sociabilidade baseados na alteridade. Aponta como a fuga da violência e dos pretensos “males da cidade” promove a autosegregação e a busca de proteção, acompanhadas de privilégios e distinção.

O autor aponta, ainda, que a própria ideia de público adquire significados múltiplos na teoria e nos usos cotidianos e enfatiza a importância de problematizar o conceito, estabelecendo dimensões e indicadores teórico-metodológicos para sua análise.

Nos trabalhos que se seguem, terceiro e quarto capítulos do livro, a discussão focaliza o viver a cidade por meio de processos de revalorização cultural.

O terceiro capítulo, de Elder Malta, *Consumindo cidades: recomposição turística e a valorização da paisagem cultural do Rio de Janeiro*, analisa o processo de valorização turística mediante incentivo de políticas de intervenção nos espaços e paisagens, que constroem ou redefinem formas de consumo da cidade.

O autor aborda, numa perspectiva crítica, o processo de patrimonialização da paisagem cultural do Rio de Janeiro, tendo como objetivo a análise da política de valorização paisagística e de recomposição turística em torno da imagem de cidade patrimonial.

Tal processo tem como foco central a formulação de políticas e práticas de revitalização urbana que produzem o enobrecimento urbano e a turistificação da vida cotidiana. Tais práticas reinventam as imagens urbanas e orientam-se para a recomposição turística das cidades, promovida pelos setores empresariais e publicitários, assim como pelas redes sociais e mídia especializada.

O autor destaca que, apesar da ênfase na sustentabilidade ambiental, presente nas políticas de valorização patrimonial, a paisagem cultural é vista, sobretudo, como uma paisagem turística definida pelo seu valor de consumo, contribuindo para o enobrecimento de espaços públicos centrais, litorâneos e de alguns morros ocupados por favelas, num processo de transformação da contrapaisagem em paisagem turística.

Na sequência, Ewerthon C. de Jesus Vieira analisa, em *“Licença quem me dá são meus Orixás!”*. *Espetacularização urbana e antinormatividade em Salvador da Bahia*, as relações de consumo presentes na capital baiana. O texto resulta de uma dimensão investigada em sua tese de doutorado a respeito das políticas urbano-culturais e da reinvenção da imagem de consumo da cidade de Salvador-BA, durante a preparação e a realização dos megaeventos esportivos da Fifa, em 2013-2014. Conforme o autor, a lógica de produção das cidades tende a destituir o caráter público dos espaços, através da regulação de usos, por meio de “práticas antinormativas de apropriações e reapropriações culturais vinculadas às imagens de consumo das cidades”. Destaca que, nesse processo, a construção de espaços de consumo se torna uma importante estratégia para fomentar a indústria turística e atrair investimentos financeiros externos. Sob essa perspectiva empreendedora, algumas práticas e costumes culturais locais são apropriados como negócio criativo, mas efetivamente perverso, na medida em que consolida cidades cada vez mais segregadas e desiguais. A análise focaliza esses

aspectos como característicos da espetacularização urbana, fenômeno cada vez mais geral na contemporaneidade, mas ainda pouco precisado conceitualmente no campo das Ciências Sociais.

Dialogando com os trabalhos anteriores, o quinto capítulo, *Aqui e ali – BH, Brasília e Lisboa – a amplitude dos processos de gentrificação urbana*, de Rachel de Castro Almeida, Patrícia Pereira e Sávio Guimarães, analisa mudanças no comércio urbano, sob o foco da gentrificação comercial e simbólica, observadas em centros históricos de diferentes cidades. Destaca-se o caso de Belo Horizonte, onde novas tipologias de lojas configuram mudanças nos usos do seu Mercado Central, permitindo atrair novos públicos e confirmando o seu potencial para entrecruzar fluxos, através de crescente perda de espaço dos tradicionais produtos do “patrimônio cultural mineiro”, diante de uma nova inserção de espaços históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. Em Brasília, as dinâmicas de transformação urbana em quadras residenciais e comerciais da Asa Norte, Parque Olhos d’Água, faz com que a especulação imobiliária venha provocando concentração homogênea de estabelecimentos dirigidos a consumidores mais capitalizados, vinculados a modelos *gourmetizados* de serviços, em comparação com quadras comerciais seguintes, onde se observa maior resistência aos processos de enobrecimento, de atividades e clientela, permanecendo mais próximos ao projeto original da cidade. Enquanto, em Lisboa, as transformações no Centro Histórico são mais antigas, mas um processo mais recente de gentrificação vem ocorrendo na área em torno das ruas Poço dos Negros e próximas, historicamente ligadas, tanto ao trabalho no porto, como à pequena indústria. Observa-se, a partir de 2013, crescente especulação imobiliária, aumento do número de turistas e transformações profundas da dinâmica comercial, cultural, residencial e dos espaços públicos da área, com fechamento de lojas antigas de produtos e serviços de uso cotidiano e abertura de novas lojas com produtos, *design* e *gourmet*, tradicionais *versus* autênticos, e cafés e restaurantes, do mesmo modo. Nos três casos, a coexistência entre elementos de transformação, de permanência e de resistência possibilita uma visão crítica das estratégias de gentrificação e seu caráter segregacionista.

No sexto capítulo, *“Migração de dependência”*: *a imigração haitiana no Brasil*, de Luís Felipe Aires Magalhães e Rosana Baeninger, os autores abordam a relação entre a cidade, a migração e a circulação da

força de trabalho na era da globalização, chamando a atenção para o caso dos migrantes haitianos, como exemplo das mudanças no sistema migratório sul-norte, suplantado por um sistema migratório sul-sul. A questão é abordada a partir de três dimensões, haitiana, internacional e brasileira, relacionadas pelo fenômeno da dependência, conceito que resulta da aproximação entre os estudos históricos-estruturais e a teoria marxista da dependência, permitindo discutir aspectos da crise capitalista, como a diminuição dos níveis de remessas financeiras dos migrantes, substituída pela “migração de dependência”, através do fluxo migratório internacional formado pela presença econômica, política e militar, de um país dependente (Brasil) em outro (Haiti). O fenômeno é assim demonstrado, através da sua dependência de remessas financeiras, a partir da qual as famílias de migrantes em posição de vulnerabilidade utilizam esses recursos para a subsistência material. Ou ainda, a “dependência”, que reside na inserção dos haitianos no mercado de trabalho, não pela via da informalidade, mas de uma superexploração da força de trabalho, em setores formais.

O sétimo capítulo, *A presença e o deslocamento dos indígenas no processo de ocupação e urbanização da região metropolitana de Manaus*, de Márcia Cristina Lazzari, focaliza as relações entre crescimento urbano e novas territorialidades, buscando refletir sobre suas consequências sociais, culturais e políticas associadas ao processo de degradação do meio, a exemplo do povoamento indígena nas cidades da região metropolitana de Manaus (RMM). A autora apoia-se na legislação sobre política urbana situando a questão da moradia como um direito social, considerando, no caso dos indígenas, o direito às suas terras definido como comunidades tradicionais, em contraste com o processo de crescimento das cidades, a ausência de planejamento urbano e as dificuldades de assegurar igualdade de condições de moradia e de preservação ambiental, quando se constata a presença de indígenas em meio urbano. Entre outros exemplos, destacam-se experiências como a Comunidade Beija-Flor, onde a união das etnias fortaleceu o grupo que alcançou a delimitação da terra; e, em outros casos, a comercialização e a produção de artesanato, como principal fonte das famílias, tendem a ser afetadas por processos de terceirização no qual o valor dos produtos é rebaixado, e a renda torna-se insuficiente para arcar com o custo de viver na cidade. Essas situações tendem a se generalizar, considerando-se informações sobre etnias que estão abandonando

suas tribos, devido à saúde precária ou em busca de educação para os mais jovens, observando-se que, em cerca de 90% dos bairros de Manaus, moram indígenas.

No oitavo capítulo, *Leblon: o território encantado*, de Marusa Bocafoli da Silva, Rodrigo Anido Lira e Renata de Souza Francisco, os autores se propõem a analisar a constituição de territórios/bairros e a maneira como estes distinguem e segregam indivíduos. Para isto, focalizam um bairro residencial de alta classe média do Rio de Janeiro, cujas paisagem, arborização e vias limpas, com inúmeras padarias, cafés e outros estabelecimentos frequentados por pessoas com poder aquisitivo, contrastam com uma outra paisagem sobreposta, a de inúmeros indivíduos, na maioria mulheres e negras. A pesquisa concentra-se na observação da circulação nesse espaço, situando os dois tipos de cidadãos que aí se movimentam, moradores e trabalhadores, tais como babás, empregadas domésticas ou porteiros, cujo ritmo de circulação revela pressa e atenção na sua relação com o território.

A produção do espaço tende a ser legitimada em discursos que colaboram para a sua constituição diferenciada, como no bairro em foco, na medida em que é “consumido” por indivíduos que possuem condições sociais privilegiadas. Assim, o uso do espaço, segundo os autores, sinaliza para um ordenamento complexo do lugar ocupado pelos indivíduos que estabelecem relações nesse território, e as relações de trabalho é que permitem revelar encontros e aproximações, mostrando que no mesmo espaço, nos apartamentos, nos clubes, na praia ou nos restaurantes, os indivíduos estabelecem limites nos seus usos.

Finalizando, cabe pontuar que este livro, em formato e-book, constitui o importante desdobramento das atividades do GT em uma iniciativa das suas coordenadoras, com o intuito de ampliar as discussões para além dos limites do grupo de trabalho, incentivando o intercâmbio e trazendo a um público mais amplo as instigantes análises realizadas pelos autores.

Boa leitura!
As organizadoras

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADES URBANAS

Marcelo Gomes Ribeiro

Ippur/UFRJ

Introdução

O objetivo deste trabalho tem dupla pretensão, embora simples no seu escopo, mas que tende a ser negligenciado pelos analistas que tratam do tema da segregação urbana. Em primeiro lugar, pretende-se discutir que a segregação socioespacial analisada na escala metropolitana apresenta maior heterogeneidade social nos espaços ocupados pelas camadas superiores da estrutura social e maior homogeneidade social nos espaços ocupados pelas camadas inferiores ou populares (Villaça, 1998). Em segundo lugar, pretende-se, também, demonstrar que, embora relacionados, segregação socioespacial e desigualdades urbanas dizem respeito a dois fenômenos distintos (Ribeiro, 2016).

O fato de haver maior heterogeneidade nos espaços de concentração das camadas superiores da estrutura social não significa que as interações sociais que aí se constituem tenham o caráter de mistura social, no sentido que o tipo de convivência entre as diferentes camadas sociais sejam horizontais, baseado em condições de igualdade. As interações, muitas vezes, são de dominação-subordinação entre as camadas mais elevadas da estrutura social e as camadas mais inferiores. A existência de maior heterogeneidade social nesses espaços também não significa que as camadas mais inferiores tenham condições de comandar ou caracterizar esses espaços; na verdade, por estarem em posições de subordinação, sendo dominadas socialmente pelas camadas superiores, são estas que conseguem comandar os referidos espaços, caracterizando-os como espaços das camadas dominantes. Mas não apenas isto: esse poder de dominação extrapola os limites dos espaços onde se concentram as camadas superiores, pois os demais espaços da metrópole acabam também sendo definidos na relação com os espaços de concentração das camadas superiores, tendo em vista que essas camadas sociais têm o poder de dominação dos espaços em toda a metrópole.

Isso ocorre mesmo sendo as camadas superiores da estrutura social demograficamente de tamanho muito pequeno em relação a outras camadas sociais, o que

significa que não é sua quantidade numérica que define os espaços de segregação no interior da metrópole, mas sim o poder social que possuem essas camadas. O que é emblemático, nesse aspecto, é que há tendência de concentração dessas camadas nos mesmos espaços no interior da metrópole, embora haja exceções. Porém, ter isso em mente ajuda-nos a compreender que o fenômeno da segregação socioespacial não é de natureza puramente demográfica, mas socialmente construído.

Além disso, o fato de haver correspondência entre os espaços no interior da metrópole mais bem providos das condições urbanas, como serviços e infraestrutura urbanas, e os espaços em que se concentram camadas ou grupos sociais que ocupam posições mais elevadas na estrutura social e, ao mesmo tempo, os espaços nos quais há maior ausência das condições urbanas e os espaços nos quais se concentram camadas ou grupos sociais que ocupam posições mais inferiores da estrutura social, não significa que segregação socioespacial deva ser confundida com desigualdades urbanas.

Essa advertência decorre do fato de que há tendência a naturalizar a correspondência desses dois fenômenos, o que acaba por tratá-los como sendo a mesma coisa. O que poderíamos (ou deveríamos) nos perguntar é por que essa correspondência existe e se apresenta como algo recorrente em todas as metrópoles brasileiras. Apesar de importante e nos fazer buscar compreender os diversos mecanismos que tornam essa correspondência efetiva, seja na dimensão da sociedade, seja na dimensão da economia ou na dimensão do estado, neste trabalho não será possível recuperar as diversas interpretações do modo como se organizam as metrópoles. A pretensão é muito mais simples: é levantar evidências de que, embora relacionados, são fenômenos diferentes. Tratar como fenômenos diferentes é relevante para fazer entender, inclusive, o motivo da estreita relação entre a segregação socioespacial e as desigualdades urbanas, na perspectiva de suscitar os mecanismos que levam à correspondência dos dois fenômenos, principalmente quando se trata de metrópoles da periferia do capitalismo, como é o caso das metrópoles brasileiras.

Apesar de a segregação socioespacial ser uma expressão das desigualdades, a ideia de desigualdades deve ser sempre tratada numa perspectiva relacional, no sentido que um grupo ou camada social é o que é, somente em relação aos outros grupos ou camadas sociais; pois nenhum grupo ou camada social se define em si mesmo. Portanto, para se definir de modo não apenas diferente, mas desigual, de outros grupos ou camadas sociais é preciso se distinguir (Bourdieu, 2008). Neste trabalho, estamos tratando do fenômeno da segregação socioespacial como algo que se refere às pessoas constituídas em grupos ou camadas sociais concentradas no espaço urbano. É diferente das desigualdades urbanas, aqui entendidas como fenômeno que nada tem a ver com as pessoas; referem-se às condições urbanas materiais necessárias para a reprodução social da vida em grandes cidades, que têm como característica a obtenção e o consumo somente de modo coletivo, e que são distribuídas de modo desigual no interior da metrópole (Ribeiro e Ribeiro, 2013a).

Este trabalho está organizado em mais seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção a seguir, será feita uma breve revisão bibliográfica sobre o tema da segregação socioespacial, na perspectiva de demonstrar que, de modo geral, as concepções acerca desse fenômeno se referem a grupos sociais, o que contribui para distinção do fenômeno das desigualdades urbanas. Na próxima seção, será analisada a segregação socioespacial na escala metropolitana, na perspectiva de demonstrar que em espaços de concentração das camadas ou grupos sociais que ocupam posição mais elevada na estrutura social há maior heterogeneidade social. E na última seção, pretende-se demonstrar que, apesar da correspondência entre segregação socioespacial e desigualdades urbanas, nem sempre essa correspondência é observada nas experiências concretas. E, por fim, nas considerações finais, procuraremos sumarizar as discussões feitas ao longo do trabalho e algumas considerações conclusivas.

Segregação, desigualdades: algumas contribuições teóricas

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas,

deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se *cottages* e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa. (Engels, 2008 [1845], p. 70)

A citação acima foi retirada da obra de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada originalmente em 1845, no capítulo em que ele descreve as grandes cidades. Essa passagem é exemplar de uma descrição em que se apresentam, ao mesmo tempo, a segregação socioespacial e as desigualdades urbanas nas grandes cidades inglesas do século XIX, mesmo antes se ter o conceito de segregação formulado teoricamente. Além disso, mostra também a existência de miséria próxima aos locais de moradia dos mais ricos, descrevendo, assim, que esses espaços de concentração dos mais ricos não são eminentemente homogêneos. Porém, antes de nos aprofundarmos nesses aspectos, a citação dessa obra de Engels é importante para salientar que estamos tratando de um tipo de “organização” de cidade que é própria do capitalismo, mesmo que em outras épocas possa ter havido desigualdades e separação dos diferentes grupos sociais na cidade e mesmo que as cidades tipicamente capitalistas tenham se transformado ao longo do tempo: trata-se de um tipo de cidade que é inscrição no espaço e expressão da estrutura social, econômica e política do capitalismo.

Villaça (1998), em *Espaço intraurbano no Brasil*, já havia constatado também para o caso brasileiro que não existia nenhuma metrópole com presença exclusiva das camadas de mais alta renda, quando a análise era feita na escala metropolitana, mesmo entendendo que a segregação “é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem

a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole” (p. 142; grifo conforme original). Em se tratando das camadas de mais baixa renda, no entanto, pode haver presença exclusiva delas em grandes regiões urbanas. Essa é, portanto, uma das demonstrações que procuraremos realizar neste trabalho, ou seja, que os espaços de concentração de camadas ou grupos sociais que ocupam posições mais elevadas da estrutura social (e não, necessariamente, da estrutura de renda) tendem a ser mais heterogêneos que os demais espaços da metrópole. Porém, também podemos resgatar do conceito de segregação urbana de Villaça, cuja referência é dada às pessoas constituídas em classes sociais, nada tendo a ver com as condições urbanas da metrópole, pelo menos no modo de conceituar.

Castells (2000 [1972]), em *A questão urbana*, criticou a abordagem funcionalista da Escola de Chicago do começo do século XX por ser eminentemente empirista. A Escola, que elaborou a primeira noção de segregação urbana no âmbito da sociologia urbana, define essa segregação como “*tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (p. 250; grifo conforme original). Nesse caso, também a definição de segregação urbana está referida às pessoas em termos de composição social. A crítica desse autor aos funcionalistas diz respeito aos mecanismos explicativos da segregação urbana, uma vez que, para aqueles, a concentração de grupos sociais comuns no mesmo espaço urbano decorreria das preferências semelhantes desses grupos em relação aos demais grupos sociais da metrópole; uma explicação eminentemente funcionalista.

Para Castells, a segregação expressa, em cada conjuntura particular, as determinações econômicas, político-institucionais e ideológicas de cada sociedade. Ou seja, na sua concepção, a segregação urbana é decorrente do modo como se estrutura o espaço urbano, sendo esse determinado nos níveis econômico, político-institucional e ideológico. Isso quer dizer que esse fenômeno não decorre da simples distribuição da residência dos grupos sociais, espaços estes privilegiados em termos funcionais, mas “como expressão, em nível de reprodução da força de trabalho, das relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades” (ibid., p. 262).

Uma contribuição teórica muito relevante para a diferenciação entre a segregação socioespacial e as desigualdades urbanas, apesar de não utilizar esses termos em sua formulação, é a de Harvey (1973), na obra *A justiça social e a cidade*. Esse autor procura diferenciar a forma urbana e os processos sociais, demonstrando o estreito relacionamento que há entre os dois fenômenos. A forma urbana diz respeito ao sistema de objetos existentes na cidade e também ao modo como são distribuídos os equipamentos urbanos, a infraestrutura, os serviços urbanos, etc. Os processos sociais referem-se a “estrutura social e atividades que interligam pessoas, que ligam organizações às pessoas, oportunidades de empregos e empregadores, beneficiários da assistência social aos serviços correspondentes, etc. (p. 39)”. E, numa perspectiva mais ampla em relação aos processos sociais, esse autor destaca que é pela articulação entre a forma espacial e os processos espaciais que se pode compreender as desigualdades urbanas observadas entre os diferentes grupos sociais localizados no espaço.

Embora não formule um conceito de segregação socioespacial, a inscrição do espaço social no espaço físico, para Bourdieu (1997), possibilita demonstrar a distinção social e simbólica observada entre as diferentes classes ou frações de classe (no espaço social) traduzida no espaço físico, o que leva a distinções também entre os diferentes lugares da cidade, que se definem de modo relacional e, ao mesmo tempo também, hierarquizados. A partir dessa concepção de espaço social traduzida no espaço físico, o Observatório das Metrópoles construiu uma noção de segregação socioespacial na escala metropolitana que procura retratar os diferentes lugares de concentração dos diversos grupos sociais, tendo em vista que tais grupos (ou camadas sociais) são construídos a com base no conceito de espaço social de Bourdieu (Ribeiro e Ribeiro, 2013b).

É com essa representação de segregação socioespacial que vamos testar as hipóteses apresentadas neste trabalho, para o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de acordo com a Figura 1.

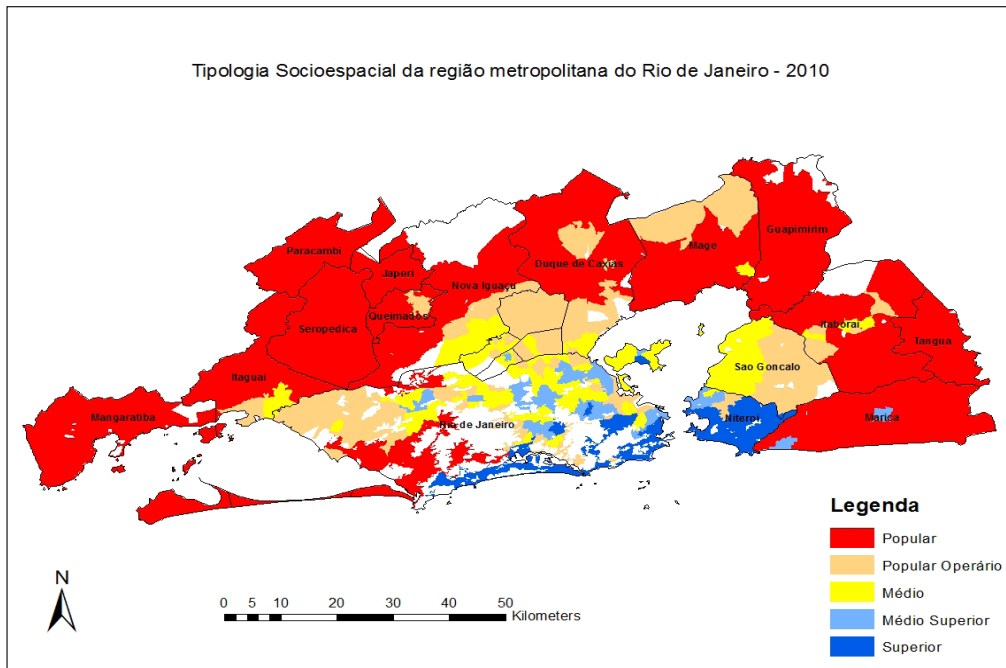


Figura 1 – Representação da segregação socioespacial da região metropolitana do Rio de Janeiro - 2010

Fonte: Ribeiro e Ribeiro (2015).

Segregação socioespacial metropolitana: heterogeneidade ou homogeneidade?

Nesta seção, vamos analisar a relação entre a tipologia socioespacial e duas variáveis que expressam, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, condição social dos indivíduos: renda e escolaridade. O objetivo é verificar, na escala metropolitana, se há correspondência entre a segregação socioespacial e as desigualdades de condição expressas por meio daquelas variáveis. Denominamos as variáveis “renda” e “escolaridade” como desigualdades de condição porque elas são capazes de expressar o nível socioeconômico dos indivíduos. Nesse caso, estamos considerando que indivíduos com elevado nível de renda e/ou de escolaridade têm maiores chances de acessar a estrutura de oportunidades existentes na metrópole em relação a indivíduos de baixo nível de renda e/ou escolaridade, mesmo que essas chances não sejam testadas neste trabalho.

Sendo assim, a existência de correspondência entre a segregação socioespacial e as desigualdades de condição possibilita refletir sobre a importância do território para o acesso diferenciado dos indivíduos à estrutura de oportunidades existente na metrópole. Isto é, o acesso à estrutura de oportunidades depende das

condições dos indivíduos, mediadas pelo território, tendo em vista o modo como se apresenta a segregação socioespacial na metrópole.

O relacionamento entre segregação socioespacial e escolaridade será feito por meio da relação entre a tipologia socioespacial e o nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade. A escolha desse recorte etário decorre do fato de que tais pessoas, a rigor, já estariam em uma fase da vida em que poderiam ter concluído o nível superior de escolaridade. Mas, como o acesso à educação ainda é desigual entre os diferentes grupos sociais, espera-se que haja diferenças territoriais referentes ao nível de instrução dos indivíduos desse grupo etário.

A Tabela 1 apresenta o nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade segundo a tipologia socioespacial. Podemos observar que há diferenças expressivas entre os tipos socioespaciais. Metade das pessoas do tipo socioespacial superior possui nível superior de instrução (50,5%); no tipo médio superior, esse nível de instrução corresponde a 22%; no tipo popular médio, a 11%; no popular operário, 4,4%; e, no popular, 4,8%. Entre esses dois últimos tipos socioespaciais quase não há diferença, mas o tipo popular médio tem, proporcionalmente, mais que o dobro de pessoas que esses tipos; no tipo médio superior também há o dobro de pessoas que no tipo popular médio e no tipo superior há mais que o dobro do tipo médio superior.

Isso demonstra que, quanto mais elevado é o tipo socioespacial – ou seja, quanto maior a concentração dos grupos sociais que ocupam posições mais elevadas na estrutura social –, maior é a proporção de pessoas com nível superior de instrução.

O mesmo se verifica, mas de modo inverso, com relação ao mais baixo nível de instrução, pois o tipo popular concentra, proporcionalmente, metade das pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Já, no tipo popular operário, as pessoas desse

nível de instrução correspondem a 45,8%; no tipo popular médio, 32,8%; no tipo médio superior, a 22,7%; e no tipo superior, a 13,7%. Isto é, o tipo médio superior possui, proporcionalmente, quase o dobro de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto em relação ao tipo superior; o tipo popular médio possui 10% a mais que o tipo médio superior; o tipo popular operário possui 13% a mais que o tipo popular médio, chegando a quase metade das pessoas.

Tabela 1 – Nível de instrução de pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo a tipologia socioespacial – 2010

Nível de instrução	Tipologia socioespacial por área de ponderação					Total
	Superior	Médio Superior	Popular Médio	Popular Operário	Popular	
Sem instrução e fundamental incompleto	13,7	22,7	32,8	45,8	50,2	34,8
Fundamental completo e médio incompleto	9,0	15,7	19,2	20,9	19,2	17,7
Médio completo e superior incompleto	26,6	39,3	36,6	28,4	25,5	31,5
Superior completo	50,5	22,0	11,1	4,4	4,8	15,7
Não determinado	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2010). Observatório das Metrôpoles. Elaboração própria.

A constatação, portanto, é que há relativa correspondência entre os tipos socioespaciais e o nível de instrução dos indivíduos, no sentido que os tipos que ocupam o topo da hierarquia socioespacial são os que mais concentram, proporcionalmente, as pessoas de mais elevado nível de instrução. Ao contrário, os tipos que ocupam posições inferiores na hierarquia socioespacial concentram as pessoas de mais baixo nível de instrução. Porém, essa correspondência é relativa, porque em nenhum dos tipos socioespaciais há homogeneidade completa (ou quase completa). Aliás, podemos perceber que os tipos que ocupam o topo da hierarquia socioespacial apresentam maior heterogeneidade vis-à-vis os tipos que ocupam a base da hierarquia socioespacial. Enquanto no tipo superior há 13,7% de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, há somente 4,8% de pessoas no tipo popular com nível superior de instrução.

Também por meio da tipologia socioespacial será analisado o relacionamento entre a segregação socioespacial e o nível de renda dos indivíduos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Como se tem como referência somente o ano de 2010, tendo em vista a

utilização dos dados do último censo demográfico, para análise do nível de renda, vamos realizá-la por meio do rendimento total das pessoas em salários mínimos.¹

Podemos observar na Tabela 2 que, de modo geral, 73,8% das pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro ganhavam até três salários mínimos, em 2010, o que corresponde a quase três quartos do total. Porém, há diferenças quando se comparam os tipos socioespaciais: no tipo superior, 36,4% das pessoas ganhavam até três salários mínimos; no tipo médio superior, eram 63,8%; no tipo popular médio, eram 77,1%; no tipo popular operário, eram 88,1%; e, no tipo popular, eram 87,6%. Isso significa que os tipos socioespaciais que estão na base da hierarquia são aqueles que concentram, proporcionalmente, a maior quantidade de pessoas com rendimento de até três salários mínimos; além disso, os tipos socioespaciais que ocupam o topo da hierarquia são os que menos concentram pessoas com esse nível de rendimento.

Análise inversa é observada quando se verificam as faixas de maiores rendimentos, pois, no tipo superior, 48,6% das pessoas ganhavam, em 2010, mais de cinco salários mínimos; no tipo médio superior, eram

20,2%, menos da metade do verificado no tipo superior; no tipo popular médio, eram 10,8%, praticamente a metade do tipo médio superior; no tipo operário, eram 4,5%, menos da metade do tipo popular médio; e, no tipo popular, eram 5,2%, metade do tipo popular médio. Ou seja, os tipos socioespaciais que ocupam posições mais elevadas na hierarquia socioespacial são aqueles que concentram a maior quantidade de pessoas com rendimento superior a cinco salários mínimos, ao passo que os tipos que ocupam posições inferiores são os que menos concentram.

Portanto, também na análise do nível de rendimento, observamos correspondência entre a tipologia socioespacial e as faixas de rendimento, em salários

mínimos. Quanto mais elevado é o tipo na hierarquia socioespacial, maior é a concentração de pessoas com maiores rendimentos; quanto mais inferior é o tipo socioespacial, maior é a concentração de pessoas com menores rendimentos. Mesmo havendo essa correspondência, é preciso observar que os tipos socioespaciais mais elevados na hierarquia socioespacial são mais heterogêneos que os tipos socioespaciais que ocupam posições mais inferiores: enquanto 48,6% das pessoas do tipo superior ganhavam mais de cinco salários mínimos, 87,6% das pessoas no tipo popular ganhavam até três salários mínimos, concentrados na base da distribuição de renda.

Tabela 2 – Faixa de renda de pessoas de 10 anos ou mais de idade, em salários mínimos, segundo a tipologia socioespacial – 2010

Faixa de renda em salários mínimos	Tipologia socioespacial por área de ponderação – 2010					Total
	Superior	Médio Superior	Popular Médio	Popular Operário	Popular	
Até 1 SM	10,3	19,6	28,5	37,1	40,9	28,7
Acima de 1 a 2 SM	17,1	29,0	34,5	39,0	35,6	32,6
Acima de 2 a 3 SM	9,6	15,2	14,1	12,0	11,1	12,5
Acima de 3 a 5 SM	14,4	16,0	12,0	7,4	7,3	10,9
Acima de 5 a 10 SM	21,5	14,2	8,2	3,6	3,9	9,1
Acima de 10 SM	27,1	6,1	2,6	0,9	1,2	6,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2010). Observatório das Metrópoles. Elaboração própria.

A segregação socioespacial analisada na escala metropolitana possibilitou observar as áreas de concentração dos diferentes grupos sociais residentes da metrópole. Porém, as áreas de concentração dos grupos sociais que ocupam posições mais elevadas na estrutura social tendem a ser mais heterogêneas que áreas de concentração dos grupos sociais que ocupam posições mais inferiores na referida estrutura, quando analisadas as condições das pessoas, por meio dos níveis de instrução e dos níveis de renda. Como podemos explicar isso?

É preciso considerar que a maior parte da totalidade da população se encontra nas faixas de menor rendimento e também com baixo nível de escolaridade. Ou seja, há maior concentração demográfica dos grupos sociais que ocupam posições inferiores na estrutura social, em relação àqueles que ocupam posições mais elevadas, o que significa que a participação

dos grupos sociais mais altos é muito mais reduzida que a participação dos grupos sociais da base da estrutura. Disso decorre que é mais provável encontrar concentração de pessoas que ocupam posição inferior na estrutura social e, por conseguinte, que possuem baixo nível de escolaridade e de renda, nos tipos socioespaciais inferiores da hierarquia socioespacial, do que naqueles que estão em posição mais elevada. Nesse sentido, do ponto de vista demográfico, é mais provável encontrar maior heterogeneidade nos tipos socioespaciais superiores, tendo em vista que os grupos sociais que ocupam posições mais elevadas na estrutura social são numericamente menores.

Porém, a explicação não é apenas decorrente da distribuição demográfica. É preciso considerar também que os grupos sociais que ocupam posições mais elevadas na estrutura social e que se concentram em determinadas áreas do território metropolitano requerem

o trabalho de outros grupos sociais para a realização de diversos serviços que esses grupos não estão dispostos a realizar. Assim, parte das pessoas dos grupos médios ou mais inferiores da estrutura social procura também situar suas residências nas proximidades do local de trabalho, o que contribui para maior heterogeneidade das áreas superiores da hierarquia socioespacial.

Ao observar que o tipo superior da hierarquia socioespacial da região metropolitana do Rio de Janeiro se concentra principalmente em Niterói e no município da capital, é importante também considerar a particularidade da organização socioespacial desses municípios, onde a presença de favelas se apresenta como um fato social e histórico, que contribui para maior heterogeneidade dos tipos superiores. Nessa escala, a segregação é denominada “proximidade física e distância social” (Ribeiro, 2008).

Assim, a segregação socioespacial pode ser observada na escala metropolitana, em que se verificam áreas de concentração dos diferentes grupos sociais, porém isso precisa ser visto de modo relativo, principalmente nos espaços nos quais se concentram os grupos sociais que ocupam posições mais elevadas na estrutura social. Embora nesses espaços haja maior heterogeneidade, isso não significa dizer que há interação entre os diversos grupos sociais. Pode haver, na verdade, relação de dominação-subordinação entre os diferentes grupos. O fato é que os grupos de posições mais elevadas na estrutura social dominam as áreas onde se concentram, mas também exercem dominação na região metropolitana como um todo, tendo em vista que os outros espaços se definem na relação com eles.

Segregação e desigualdades urbanas

Nesta seção, vamos analisar a relação entre a segregação socioespacial e as desigualdades urbanas. Procuraremos demonstrar que, apesar de haver correspondência entre os dois fenômenos – uma vez que os espaços onde se concentram os grupos sociais mais elevados da estrutura social são também os que concentram as melhores condições urbanas; e, além disso, nos espaços onde se concentram os grupos mais inferiores da estrutura social são também onde há maior ausência das condições urbanas – eles são fenômenos distintos nas situações em que tal correspondência não se manifesta.

Para análise das desigualdades urbanas, vamos utilizar o índice de bem-estar urbano (Ibeu), elaborado

pelo Observatório das Metrópoles (Ribeiro e Ribeiro, 2013a) na perspectiva de avaliar as condições urbanas das metrópoles brasileiras. A vantagem de utilização do Ibeu para análise, neste trabalho, decorre do fato de que, em sua concepção, as condições de bem-estar urbano se referem àquelas necessárias para reprodução social na metrópole, mas que nenhum indivíduo consegue obter ou consumir sozinho, tendo em vista sua obtenção ou mesmo consumo precisar ser feito de modo coletivo. Outra vantagem é que as condições urbanas existentes no Ibeu não se referem a atributos ou características dos indivíduos ou grupos sociais; são condições materiais propriamente ditas necessárias para reprodução social das pessoas ou dos grupos sociais que vivem no espaço urbano-metropolitano.

O Ibeu foi construído a partir de 20 indicadores, organizados em cinco dimensões: mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, serviços e infraestrutura urbana. Para sua construção, foram utilizados dados do censo demográfico do IBGE de 2010, única base de dados que permite realizar, ao mesmo tempo, análise comparativa em nível nacional e análise intraurbana para cada metrópole do país. É um índice que varia entre zero e 1; quanto mais próximo de 1, melhores são as condições urbanas, quanto mais próximo de zero, piores são as condições urbanas.

A Figura 2 apresenta o resultado do Ibeu para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Como podemos observar, há muita semelhança entre o mapa do Ibeu e o mapa da tipologia socioespacial, o que indica a existência de correspondência entre as desigualdades urbanas e a segregação socioespacial.

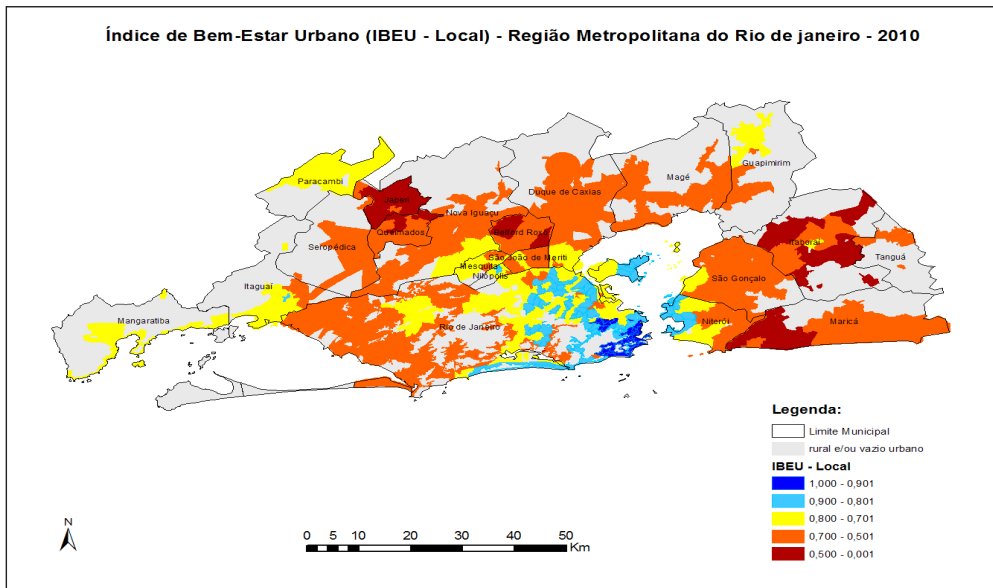


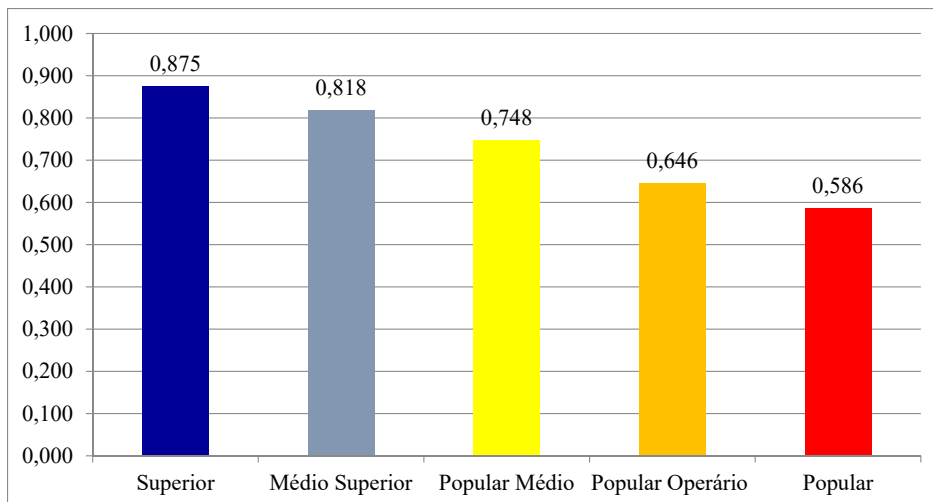
Figura 2 – Representação das desigualdades urbanas da região metropolitana do Rio de Janeiro - 2010

Fonte: Ribeiro e Ribeiro (2013a).

De fato, há enorme correspondência entre os dois fenômenos, como podemos visualizar pelo Gráfico 1, que demonstra que os espaços superiores apresentam

maior nível de bem-estar urbano, e essas condições vão diminuindo nos espaços médio ou inferiores da hierarquia socioespacial.

Gráfico 1 – Índice de bem-estar urbano segundo a tipologia socioespacial da região metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria.

Apesar de haver correspondência entre as desigualdades urbanas e a segregação socioespacial na região metropolitana do Rio de Janeiro, podemos observar que nem todas as áreas do tipo superior apresentam condições alta ou muita alta de bem-estar urbano, mesmo tendo a maior concentração de pessoas

em áreas nessas condições. Há 7,7% de pessoas do tipo superior que moram em áreas cujo bem-estar urbano é classificado como médio e há 6,8% de pessoas do tipo superior que moram em áreas cujo bem-estar urbano é classificado como baixo; condições estas que são mais

características de tipos socioespaciais que ocupam posições mais inferiores na hierarquia socioespacial, como podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Tipologia socioespacial segundo o nível do Ibeu – região metropolitana do Rio de Janeiro

(em %)

Tipologia socioespacial	Nível do Ibeu					Total
	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo	
Superior	45,0	40,4	7,7	6,8	-	100,0
Médio Superior	1,7	63,1	33,3	1,9	-	100,0
Popular Médio	-	16,3	64,4	19,3	-	100,0
Popular Operário	-	-	16,5	78,5	4,9	100,0
Popular	-	-	9,1	77,9	13,1	100,0
Total	6,1	17,1	29,9	43,5	3,4	100,0

Fonte: IBGE (2010). Observatório das Metrôpoles. Elaboração própria.

A Figura 3 apresenta a representação de três mapas da região metropolitana do Rio de Janeiro, para demonstrar a interseção entre a tipologia socioespacial e o índice de bem-estar urbano. No primeiro mapa, podemos observar a tipologia socioespacial para o ano de 2010; no segundo mapa, estão, em destaque, somente as áreas da metrópole classificadas como de tipo superior na hierarquia socioespacial; e, no terceiro mapa, temos somente as áreas do tipo superior que apresentam nível baixo no Ibeu.

Percebemos que parte dessas áreas está localizada em Niterói e outra parte está localizada no município do Rio de Janeiro, no bairro Recreio dos Bandeirantes, situado na zona Oeste. É um bairro considerado nobre na cidade e fica na continuidade da área de expansão e valorização imobiliária, na sequência da Barra da Tijuca.

Essa constatação nos leva a questionar o motivo de essas áreas do tipo superior apresentarem nível baixo de bem-estar urbano. Uma primeira hipótese é que, nas áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro e também de Niterói, há a presença de favelas, e isso contribuiria para que o nível de bem-estar urbano fosse baixo, tendo em vista o fato de as favelas, denominadas no censo demográfico aglomerados subnormais, caracterizarem-se pelas condições precárias de serviços e infraestrutura urbana. Porém, das cinco áreas que compõem o tipo superior e apresentam nível baixo de bem-estar urbano,

somente em duas há relativa concentração de moradores de favela: na área do Recreio dos Bandeirantes, há 39% de moradores de favela; e em uma área de Niterói, há 27% de moradores de favela. Nas outras três áreas, não há moradores de favela. Portanto, a existência de favela pode ser explicação para somente duas das áreas, não explicando completamente a baixa condição de bem-estar urbano dessas áreas do tipo superior.

Outra hipótese tem a ver com as dimensões que compõem o Ibeu. A análise dessas dimensões possibilita saber quais aspectos contribuem para o nível baixo das condições de bem-estar urbano. Ao verificar o resultado de cada uma das dimensões do índice, pudemos constatar que, em todas as áreas, a infraestrutura urbana e a mobilidade urbana (nesse caso, com exceção de apenas uma área) foram as dimensões que apresentaram resultados baixos ou muito baixos, contribuindo para o nível geral baixo do bem-estar urbano. Significa, por um lado, que, nessas áreas onde prevalecem condições ruins de infraestrutura, concentram-se relativamente os grupos sociais que ocupam posições mais elevadas na estrutura social; por outro lado, os deslocamentos feitos pelas pessoas que nelas residem são de longa duração, por serem áreas que estão distantes dos lugares de concentração do emprego. E tudo isso contribui para que as condições de bem-estar urbano sejam baixas, apesar de concentrarem grupos sociais que ocupam posições mais elevadas da estrutura social.

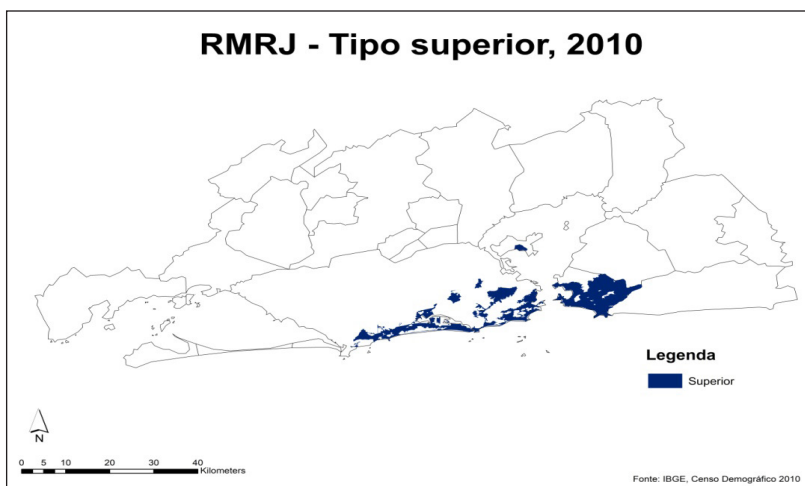
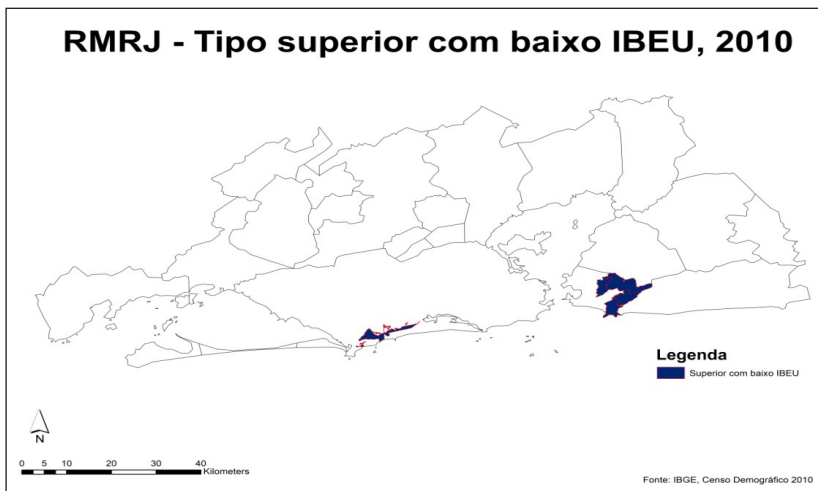
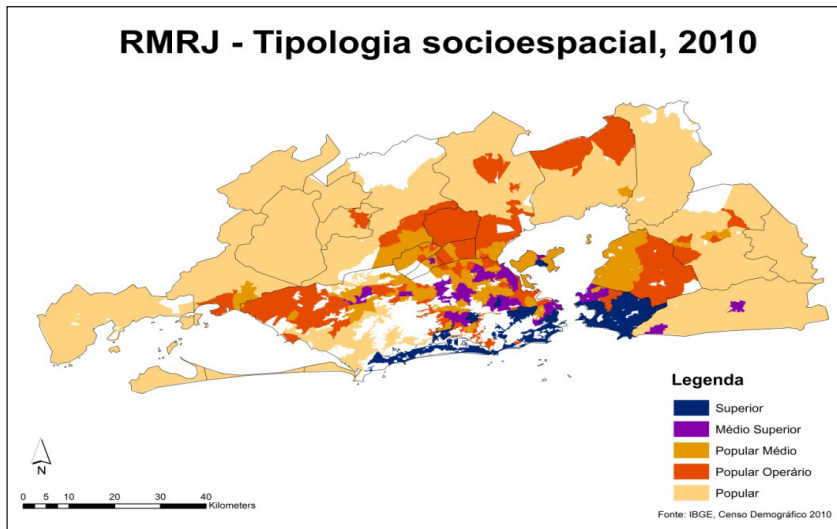


Figura 3 – Tipologia socioespacial e Ibeu

Fonte: Observatório das Metrôpoles. Elaboração própria.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos realizar duas demonstrações sobre a segregação socioespacial. Primeiro, demonstramos que na escala metropolitana os espaços de concentração dos grupos sociais, que ocupam posição mais elevada na estrutura social, tendem a apresentar maior heterogeneidade social em relação aos demais espaços da metrópole, principalmente em relação aos espaços de concentração dos grupos sociais que ocupam posições mais inferiores na referida estrutura, considerando o nível de escolaridade e o rendimento das pessoas em cada tipo socioespacial. Segundo, embora haja estreita correspondência entre segregação socioespacial e desigualdades urbanas, trata-se de fenômenos diferentes, analisados por meio da relação entre a tipologia socioespacial e o índice de bem-estar urbano.

Em relação à heterogeneidade dos espaços de concentração dos grupos sociais que ocupam posições mais elevadas na estrutura social, discutimos que não é a concentração demográfica que contribui para o poder social desses grupos e que, portanto, possibilita-lhes comandar os referidos espaços como, também, todo o espaço metropolitano, mas sim o fato de esses grupos exercerem dominação em relação aos outros grupos sociais, principalmente em relação aos que ocupam posições mais inferiores na estrutura social.

Uma questão que deriva dessa constatação – e que pode ser tema de investigação em outros trabalhos – é saber se há diferenças de oportunidades entre os grupos que ocupam posições inferiores na estrutura social, dependendo do lugar da metrópole em que eles residem, ou seja, as camadas inferiores localizadas no tipo superior têm maiores oportunidades de emprego, educação, saúde, etc. em relação àquelas localizadas nos espaços hierarquicamente inferiores da estrutura socioespacial?

No mesmo sentido, a partir da constatação de que a segregação socioespacial e as desigualdades urbanas podem apresentar tais desdobramentos, colocam-se as seguintes questões: primeiro, porque grupos das camadas superiores da estrutura social se localizam em espaços onde as condições urbanas não são plenamente adequadas? Segundo, como os grupos das camadas inferiores da estrutura social, localizadas nos tipos superiores, beneficiam-se das condições urbanas aí existente, tendo em vista que há estreita correspondência entre

a segregação socioespacial e as desigualdades urbanas? Terceiro, é possível haver segregação socioespacial e não haver desigualdades urbanas? Ao considerar a análise que efetuamos, é algo plenamente possível, talvez verificado em países desenvolvidos, mas ainda uma realidade distante das metrópoles brasileiras.

Referências

- BOURDIEU, Pierre (1997). “Efeitos do lugar”. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro, Vozes, pp. 159-166.
- (2008). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp / Porto Alegre, Zouk.
- CASTELLS, Manuel (2000 [1972]). *A questão urbana*. São Paulo, Paz e Terra,
- ENGELS, Friedrich (2008 [1845]). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo,
- HARVEY, David (1973). *Social Justice and the City*. Baltimore, John Hopkins.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Censo demográfico. [Microdados do censo demográfico].
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (2008). Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. *Revista VeraCidade*, vol. 3, n. 3, pp. 1-21.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e RIBEIRO, Marcelo Gomes (2013a). *Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e RIBEIRO, Marcelo Gomes (2013b). *Ibeu: índice de bem-estar urbano*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e RIBEIRO, Marcelo Gomes (2015). “Segregação residencial: padrões e evolução”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital / Observatório das Metrópoles.
- RIBEIRO, Marcelo Gomes (2016). Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 18, n. 42, maio/ago, pp. 198-230.
- VILLAÇA, Flávio (1998). *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, Fapesp e Lincoln Institute.

Nota

1. A análise de renda, por meio do salário mínimo, muitas vezes se demonstra problemática quando é realizada em diferentes momentos no tempo, pois a evolução do valor do salário mínimo não, necessariamente, acompanha a variação na inflação, o que dificulta comparar o salário mínimo entre períodos diferentes. Mas, na análise em questão, isso não se apresenta como problema, porque estamos considerando somente o ano de 2010, portanto, sem necessidade de realização de análise evolutiva.

INTER-RECONHECIMENTO, DIVERSIDADE E AUTOSSEGREGAÇÃO: FORMAS DE SOCIABILIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR

Rafael de Aguiar Arantes

CRH/UFBA

Introdução

Este trabalho analisa os usos dos espaços públicos de Salvador e as formas de sociabilidade urbana desenvolvidas nesses lugares. Essa discussão se assenta no quadro das transformações sociais e econômicas do último século, quando mudanças nos espaços públicos fizeram surgir reflexões críticas sobre as suas características atuais. Boa parte dessas perspectivas apareceu na segunda metade do século XX, tendo como referências principais Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennet, mas adquiriram maior centralidade nos anos que marcaram a passagem para o século XXI, com os trabalhos de uma série de autores, entre eles Mike Davis e Tereza Caldeira (Ramírez Kuri, 2008).

Como já assinalaram diversos teóricos (Weber, 1979; Wirth, 1979; Sennet, 1988, etc.), as cidades constituíram tradicionalmente como espaços da liberdade diante das hierarquias e imobilidades do mundo feudal. Na medida em que cresciam e ganhavam importância política, cultural e econômica, em determinado momento se constituíram também como um espaço no qual surgiu uma “esfera pública burguesa” (Habermas, 2003) e uma “cultura” (assim como uma “geografia”) pública (Sennet, 1988). Esse processo teria conformado padrões específicos de sociabilidade, distintos aos do mundo rural/tradicional, ora associados ao cosmopolitismo, à civilidade, tolerância às diferenças, ora associados ao isolamento, à solidão, à indiferença e a práticas *blasés* (Simmel, 1979; Wirth, 1979; Sennet, 1988; Duhau, 2001; Mongin, 2009; Netto, 2012).

Nas últimas décadas, porém, tem-se observado uma série de transformações como a proliferação de enclaves fortificados (Caldeira, 2000) e uma tendência de “fuga dos males da cidade” (Arantes, 2011), que vêm conformando um abandono cada vez maior dos espaços públicos e uma recusa da convivência interclassista e da constituição de laços de sociabilidade baseados na alteridade. Diversas pesquisas apontam como os processos de privatização urbana vêm se acentuando ao

mesmo tempo que os cidadãos, amedrontados com o crescimento da violência e da repercussão midiática incentivada pelo “capital do medo” (Bauman, 2009), cada vez mais se autos-segregam, em busca de proteção, privilégios e distinção. Devido a esses e outros processos vinculados a escala e forma das cidades contemporâneas, assim como a incapacidade e omissão do Estado – no que se refere a uma política voltada aos espaços públicos –, alguns autores têm chamado a atenção para a crescente restrição dos espaços públicos e da vida pública nas cidades contemporâneas, tal como se constituíram em outros períodos históricos, isto é, para uma tendência à dissolução do espaço público tradicional (Sennet, 1988; Caldeira, 2000; Duhau, 2001; Davis, 2009; Dammert, 2013).

Considerando tal problemática, este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que buscou analisar em que aspectos, ou até que ponto, o fenômeno da restrição dos espaços públicos se aplica à cidade do Salvador. Procura contribuir para essa discussão através de uma análise sobre os usos dos espaços públicos de Salvador e dos padrões de sociabilidade urbana presentes na cidade.

O espaço público é o lugar onde melhor se pode compreender as relações estabelecidas entre as pessoas e a cidade, assim como as formas de organização ou desintegração da vida comum. Sua análise permite compreender as interações urbanas e os padrões de sociabilidade (Ramírez Kuri, 2008). Não obstante, a própria ideia de público adquire significados múltiplos na teoria e nos usos cotidianos, sendo necessário problematizar a sua utilização, especialmente estabelecendo dimensões e indicadores teórico-metodológicos para sua análise.

Espaço público e sociabilidade urbana

Segundo Joseph (2002), o termo “espaço público” designa fenômenos que não são exatamente iguais – a esfera pública e o espaço público urbano. Para o

autor, existem duas tradições para se pensar os espaços públicos, a europeia, voltada para uma compreensão associada à urbanidade e à democracia, e a norte-americana, ligada aos estudos urbanos da Escola de Chicago.

A tradição europeia, fortemente influenciada pelas formulações de Jürgen Habermas, remete a uma esfera pública que começou a tomar forma no século XVIII, quando a constituição de uma cultura urbana se opôs aos espaços de poder da corte e da igreja. Tal cultura se constituiu nos salões e cafés e, posteriormente, tomou como meio jornais e revistas, ou seja, as publicações. O uso livre e público da razão seria a regra constitutiva desse espaço público que se conforma como um espaço abstrato de debates assentado na autor-regulação de uma sociedade heterogênea e densa, que se fundamenta na pressuposição de igualdade entre os participantes da esfera pública (Habermas, 2003; Joseph, 2002).

Já a tradição norte-americana, segundo Joseph (ibid.), sai dessa compreensão abstrata do espaço de debate e desce no nível da rua e do espaço concreto para interrogar sobre a sua natureza, sobre sua relação com as atividades cotidianas e ordinárias. A ênfase volta-se ao espaço material, o que não quer dizer simplesmente espaço físico, mas um espaço visual e sonoro, cheio de agentes e objetos. Não se trata de um espaço de visibilidades mútuas erigidas em torno de julgamentos, mas de um espaço de encontros e de deslocamentos, um lugar com nichos e fronteiras.

Nessa lógica, a urbanidade muda de natureza e passa a supor a capacidade de administrar e gerenciar conflitos de classe, interétnicos e culturais, ou seja, conflitos entre diferentes grupos sociais que compartilham um mesmo território. Essa tradição, portanto, foca na interação entre grupos sociais nos seus usos cotidianos do espaço urbano.

Paquot (2009) coloca questões semelhantes às de Joseph (2002) no que tange às diferenças entre a esfera pública e o espaço público urbano. Para Paquot, é indispensável dar uma ênfase à diferença entre as expressões, pois elas designam realidades distintas e, muitas vezes, inconciliáveis. Apesar de tal diferença, o autor chama a atenção para o fato de que as duas formações têm em comum a ideia de partilha, colaboração, relação, troca e circulação. Não são fenômenos iguais e, por isso, não podem ser assimilados um ao outro, mas possuem profunda relação, o que justifica uma análise explicativa dos dois termos.

Tentando superar as dificuldades de conceituação com vistas à elaboração de uma pesquisa empírica, a tese que deu origem ao presente trabalho (Arantes, 2016), considerando contribuições de alguns autores sobre os conceitos de esfera pública, espaço público e urbanidade¹, debruçou-se sobre o(s) espaço(s) público(s) urbano(s), analisando-o(s) a partir de quatro dimensões analíticas:

- a) *A geografia pública* – tomada a partir do espaço físico propriamente dito, isto é, os espaços de uso coletivo disponíveis na cidade – *locus* de acessibilidade ampla, no qual a heterogeneidade social pode, em teoria, se expressar. Adotando a classificação de Andrade e Baptista (2013), esta pesquisa centrou sua análise sobre os espaços urbanos programados para uso público, mais especificamente praças, largos, parques e jardins, ainda que de maneira geral as discussões tenham tangenciado o caso de outros tipos de espaços que podem ter usos públicos, como as praias.
- b) *A vitalidade e/ou vivência dos espaços públicos* – tomada a partir da utilização concreta/frequência aos espaços coletivos e do grau de diversidade social que “efetivamente” se expressa nesses espaços. Seguindo as considerações de Serpa (2007), não se pode analisar os espaços públicos apenas a partir da sua dimensão material ou da geografia pública, pois é relevante também considerar a utilização desses espaços e, ainda mais, o conteúdo das interações vivenciadas. Essa dimensão “imaterial” está aqui representada por uma terceira dimensão de análise.
- c) *A sociabilidade urbana* – produzida nos espaços públicos e tomada a partir de uma análise de “características e conteúdos das interações” engendrada na geografia pública e propiciada pela sua vivência. A sociabilidade é a expressão concreta da realização dos espaços públicos. A publicização da vida é um processo que envolve socialização e o público – tanto a esfera pública quanto os espaços públicos urbanos –; é um lugar de comunicação e também de *ação* (Bourdieu, 2002; Paquot, 2009). Segundo Joseph (1999, p. 22), “com a sociabilidade, a estética da conversação e do consenso concertado [associados à esfera pública] se transfere para o sistema da rua” de modo que o espaço público se torna um instrumento de dramatização da intersubjetividade

prática. A sociabilidade como prática realiza os ideais de civilidade e urbanidade. Para Joseph (ibid.), “as palavras da sociabilidade (condescendência, tranquilidade, tolerância) convivem com as do combate e da obra (beneficência, compromisso)”. Essa perspectiva de análise rompe com uma visão contemplativa do espaço urbano identificando o “ballet interacional” nele existente (Bordreuil, 2002, p. 52).

De acordo com a definição clássica de Simmel (2002), sociabilidade é a forma lúdica da socialização, um tipo puro de relação sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos além da interação em si mesma (Simmel, 2002, Frúgoli Jr., 2007). Para ele, a sociabilidade não tem conteúdos materiais e não espera resultados, “[...] não se busca nada mais do que estar satisfeito naquele momento” (Simmel, 2002, p. 84; livre tradução). Nessa relação, para o autor, são fundamentais as qualidades pessoais de amabilidade, cordialidade, cultura e capacidade de atração dos indivíduos, mas ela se fundamenta principalmente na exclusão das dimensões pessoais da interação, tais como riqueza, posição social, erudição e fama. Trata-se de um jogo da sociedade que se baseia no ato de participar, de modo que a satisfação do ego participante seja compatível com a das demais pessoas. Por isso, em sua interpretação, a sociabilidade tem um princípio democrático, pois está baseada num jogo de “criação de igualdade”: “É o jogo em que se faz como se todos fossem iguais e ao mesmo tempo *como se fizessem honrarias a cada um em particular*” (Simmel, 2002, p. 90; livre tradução; grifos originais).

A sociabilidade erigida nos espaços públicos tem sido objeto de diversas análises. Segundo Joseph (2000), as relações que emergem do encontro público não são a de um “nós” já constituído.² Retomando Simmel (1979), o autor destaca como os modos de vida urbanos são marcados pela tensão entre distância e proximidade, socialização e dessocialização, apego e desapego, de modo que o universo dos encontros é um universo de vínculos fracos. As associações construídas caracterizam-se pela “vulnerabilidade dos compromissos” (Joseph, 1999, p. 36), o que não significa uma limitação, mas uma característica que opera na construção das relações aí baseadas.

Para Bordreuil (2002), o espaço público possui um tipo de hospitalidade paradoxal porque a sensação de acolhimento advém do fato de as pessoas não serem acolhidas como estranhas, um visitante ou turista, mas

sim como um passante. Isso traz a sensação, para os cidadãos, de não estarem descolados. A interação nos espaços públicos, segundo o autor, respeita o rito da desatenção polida – retomando termo de Erving Goffman – um ritual de respeito e distância, que garante a liberdade de movimentos. Essa é a base da hospitalidade do espaço público. Isso se contrapõe a uma ideia de sociabilidade pautada em vínculos sólidos, construídos lentamente em função da socialização em determinados grupos e contextos, conforme analisado por Bourdieu (1980) no que tange às trocas onde se afirma o reconhecimento, e que estão vinculadas à reprodução do capital social.

Na análise da sociabilidade desenvolvida nos espaços públicos, o presente trabalho buscou observar as características das interações, evitando juízos de valor em torno da (aparente) contradição entre vínculos e contatos ou entre relações que envolvem maior intersubjetividade, classificadas como propriamente políticas porque pautadas na comunicação, conforme definições clássicas de Habermas (2003); ou maior distanciamento, uma atitude *blasé*, conforme definiu Simmel (1979), seguindo, assim, autores como Sabatini et al. (2013), Andrade e Baptista (2013) e Carvalho Filho e Uriarte (2014) que reconhecem a relevância dos variados tipos de interação que ocorrem nesses espaços.

Para além das três dimensões acima referidas, a tese que deu origem a este trabalho (Arantes, 2016) ainda buscou analisar os espaços públicos a partir de uma quarta dimensão, relativa a usos mais específicos.

d) *Os espaços públicos como palco e cena da política*. Essa dimensão se refere ao uso da geografia pública da cidade para fins de mobilização, participação e discussão política (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014).

Embora a pesquisa mais ampla tenha estudado os espaços públicos de Salvador a partir dessas quatro dimensões,³ o presente trabalho, dada a exiguidade do espaço, enfatiza fundamentalmente a dimensão vinculada à “sociabilidade urbana”.

Em termos metodológicos, a pesquisa realizou uma triangulação entre diferentes métodos-fontes-técnicas (Pereira, 1991). Foram realizadas entrevistas qualitativas baseadas em relatos orais de diversos moradores da cidade, especialmente jovens, buscando garantir relativo equilíbrio entre as dimensões de classe, gênero e local de moradia. Para incorporar

contrapontos à parcialidade dos relatos orais, o trabalho utilizou também revisão da literatura sobre a cidade de Salvador, análise de documentos, observação direta e participante em espaços públicos representativos da cidade, pesquisas em arquivos de jornais e entrevistas com informantes qualificados, pesquisadores, historiadores, entre outros atores-chave.

Inter-reconhecimento e cotidianidade nos usos dos espaços públicos

A cidade do Salvador foi fundada no século XVI com o objetivo de constituir como uma cidade fortaleza onde se concentraria a administração portuguesa do território brasileiro. A ocupação da cidade colonial manteve suas principais características até o final do século XIX, quando teve início um longo período de modernização do espaço, que foi impulsionado em meados do século XX e se consolidou nos anos 1970, com a metropolização industrial. Nesse período, transformações econômicas, políticas e urbanas desencadearam a configuração de um novo centro formado ao redor do primeiro *shopping center* da cidade e um crescimento dentro de um padrão periférico baseado em três vetores bem delineados de expansão. Salvador chegou ao século XXI mantendo esse macropadrão de apropriação do solo, comportando uma cidade “tradicional”, uma cidade “moderna” e uma ampla cidade “precária” (Carvalho e Pereira, 2014). No entanto, desde a década de 1990, vêm emergindo transformações importantes na sua dinâmica socioespacial, com a ampliação dos negócios imobiliários, o crescimento da violência e do medo, o aumento do número de *shopping centers*, entre outros enclaves fortificados, como os condomínios fechados, o crescimento da cidade para as bordas metropolitanas, o início de processos de gentrificação em áreas centrais, a privatização do carnaval e a desvalorização, principalmente pelas camadas médias e altas, das festas populares, entre outros fenômenos que têm impactado os usos dos espaços públicos.

No contexto dessa experiência contemporânea de cidade, existe um contingente considerável de cidadãos dos mais diversos grupos que não frequenta e que evita frequentar os espaços públicos de Salvador. Isto se deve a variados elementos, como a falta de prática/costume, desafeição e desinteresse pelos espaços públicos, pelas atividades ali praticadas e pelos seus frequentadores costumeiros, além da sensação de medo e

insegurança, entre outros aspectos. As evidências coletadas sobre a dinâmica da vida urbana na Salvador contemporânea demonstram claramente uma tendência de esvaziamento e restrição dos espaços públicos. Tal processo se associa, intimamente, à crescente valorização dos espaços privados, que centralizam a experiência urbana de boa parte dos cidadãos.

Esses comportamentos se contrapõem à sociabilidade típica da vida pública clássica, um prazer na companhia de outros diferentes, assim como dos ideais de civilidade, como aquilo que protege os homens uns dos outros permitindo, ao mesmo tempo, o prazer nessa companhia (Sennet, 1988). A cultura política autoritária e hierárquica da sociedade brasileira (Telles, 1999), que não reconhece a legitimidade das diferenças, inviabiliza a constituição de um espaço público que se assemelhe ao que Arendt (2008) definiu como um lugar onde se expressa a pluralidade da condição humana, onde as pessoas interagem e se colocam por meio da ação e do discurso.

Apesar desses processos, os usos dos espaços públicos conservam certa vitalidade e fazem parte das práticas de diversos grupos. Em primeiro lugar, é importante destacar como os espaços programados para uso público em Salvador são heterogêneos entre si e por isso bastante desiguais, em termos de condições, usos e localizações. Eles se concentram principalmente em bairros centrais e áreas valorizadas em termos imobiliários e turísticos, o que interfere em seus usos e nos perfis dos usuários.

Em geral, os espaços utilizados com mais frequência são os próximos das residências dos frequentadores, que apresentam um uso cotidiano e, diante da diversidade da cidade, mais homogêneo. Eles concentram vizinhos, conhecidos e grupos relativamente semelhantes, convertendo-se em territórios do (inter)reconhecimento. Associa-se, a esses espaços, um conjunto de práticas vinculadas a atividades físicas, passeios e brincadeiras com as crianças, encontros com os amigos, consumo de bebidas e comidas, frequência a eventos, feiras e apresentações musicais, entre outras.

Segundo Agier (2011), os cidadãos identificam-se espontaneamente com os lugares mais próximos, construindo uma sobreposição quase perfeita entre o espaço físico e um sentimento de pertencimento a uma coletividade⁴. Por isso, as interações aí desenvolvidas podem ser associadas a relações sociais de tipo comunitário, adotando a definição clássica de Weber (1994, p. 25; grifos originais), ou seja, um tipo de relação que

“repousa no *sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) ao *mesmo grupo*”. Nesses espaços, desenvolve-se um tipo de sociabilidade pautada nas similitudes, como ilustram os depoimentos de alguns entrevistados:

As pessoas interagem [nessa praça], tanto que quando chega algum vizinho novo, que não interage, já é tido no meio como estranho. O normal é todo mundo socializar. (D., 23 anos, estudante universitária, moradora da Pirituba, bairro de perfil médio-alto)

[Frequenta mais as praças do bairro] *Porque lá, por eu estar no meu bairro, é mais minha galera, é tudo família, é mais unido. Se junta todo mundo, faz uma festinha num canto, se junta, lancha todo mundo. Eu acho que mais por causa disso, é a união. [As pessoas] Costumam interagir, interagem bem umas com as outras, podem até se conhecer no mesmo dia e interagem como se já se conhecessem há muito tempo. (P., 18 anos, estudante/atleta amadora de boxe, moradora de Periperi, bairro de perfil popular)*

É interessante analisar as características desse padrão de sociabilidade. No primeiro relato se observam claramente as expectativas existentes sobre o comportamento das pessoas que compartilham daquele espaço. Espera-se que sejam “sociáveis”, “amigáveis”, que participem do jogo interacional ali já estabelecido. Quando isso não acontece, formas de controle social e coerção são colocadas em prática. Essa prática se contrapõe ao que Simmel (1979), retomado posteriormente por Wirth (1979) e Bordreuil (2002), definiu como as características da sociabilidade das grandes cidades modernas, mais fluidas e impessoais. Tais características não se expressam em tal relato, pois expectativas e formas de controle parecem se constituir em torno a padrões de sociabilidade mais personalizados, justamente porque pautados em um grau elevado de similitudes, diferentemente do que acontece em espaços em que há maior heterogeneidade social, conforme se verá mais adiante.

O segundo relato também ilustra uma dimensão interessante, o inter-reconhecimento e o “entendimento tácito” existentes entre os (pelo menos entre alguns) frequentadores desses espaços. Esse comportamento se assemelha a certas características que Tönnies (1973) identificou na comunidade antiga, em contraposição à sociedade moderna, a existência de um acordo tácito compartilhado pelos membros, que se torna ponto de partida da união e gera reciprocidade e vínculos. Para

Tönnies, em contraposição à sociedade, que seria conformada por um “mundo” que é amplo, “público”, configurado em torno de convenções e pactos construídos, a comunidade é pautada na concórdia e na compreensão (*consensus*), sentimentos recíprocos comuns e associados que nascem de relações familiares e, frequentemente, entre amigos e vizinhos.

Isso não significa que exista, nesses bairros ou nesses espaços públicos, uma vida comunitária, harmônica, sem conflitos e medo ou pautada numa homogeneidade absoluta, mas apenas que em termos ideais-típicos os padrões de sociabilidade ali desenvolvidos se assemelham as tais características. Também não significa que entre muitos frequentadores desses espaços não possa se constituir um tipo de prática pautada no compartilhamento do espaço vinculado a uma distância espiritual, como descreveu Simmel (1979).

Esses padrões de usos dos espaços públicos e de relações de sociabilidade podem ser observados nas mais diversas praças, largos e parques da cidade. Ainda que os grupos populares (apesar da restrição do número de espaços programados para uso público nesses bairros) e médios de áreas mais tradicionais sejam os principais frequentadores desses espaços de uso cotidiano, mais recentemente as camadas de média e alta renda também têm passado a utilizar alguns deles, principalmente certas praças reformadas recentemente ou adotadas por grandes empresas, como a praça Ana Lúcia Magalhães, por exemplo.

A referida praça tornou-se um lugar bastante utilizado, especialmente por jovens casais e seus filhos. Por ser localizada em uma área elitizada e distante de concentrações populares, além de possuir certa infraestrutura e equipamentos para uso infantil (como pular-pula, piscina de bola, minikart, entre outros – todos privatizados, diga-se de passagem – e espaços para que as crianças andem de bicicleta, patins, skates, patinetes, miniveículos motorizados, etc.), a praça tornou-se um lugar onde as famílias com filhos e também pessoas com seus cachorros – muito frequentes – passam boa parte do seu domingo, estendendo toalhas e cangas no chão e levando seus lanches. A realização de shows e atividades infantis contribui ainda mais para a sua atratividade. Assim como em espaços populares, percebe-se claramente a homogeneidade social dos frequentadores, majoritariamente brancos e de camadas de média e alta renda.

Essa apropriação relativamente homogênea (que demonstra o caráter segregado da cidade) também se

expressa em outros espaços que, embora não programados para uso público, podem ser considerados lugares de acesso público, como as praias. Em Salvador, rodeada por 50 km de praias, conforme assinalado por Serpa (2007), elas desempenham uma espécie de concorrência aos espaços programados para uso público, de modo que, pode-se dizer, cumprem um papel mais relevante na cultura soteropolitana, como espaços de lazer, do que os parques e as praças. A praia é um dos espaços frequentados por todos os grupos sociais da cidade, mas, assim como os bairros adjacentes, elas têm um perfil específico de usuários, definidos basicamente em função das linhas gerais da apropriação social do espaço da cidade. Tal homogeneidade é reafirmada ainda pelas estratégias deliberadas de localização e circulação. Os estereótipos e os imaginários construídos sobre o perfil dos usuários interferem na disposição a frequentar determinados espaços.⁵

Tais processos contribuem para que a maior parte dos largos, parques, praças e praias sejam, em geral, apropriados por grupos sociais semelhantes, o que limita a capacidade desses espaços públicos de expressar diversidade social e engendrar vínculos que construam relações de “civildade”, interesse no outro ou mesmo em determinadas formas de consenso entre diferentes classes sociais e estratos de classe (Sennet, 1988, Habermas, 2003, Arendt, 2008).

Apesar dessa característica geral da apropriação dos espaços públicos em Salvador, existem algumas exceções relevantes.

Diversidade, fragmentação e autosegregação nos usos dos espaços públicos

Alguns espaços públicos em Salvador conseguem agregar usuários de perfis mais diversificados, especialmente aqueles localizados em regiões centrais e valorizadas simbolicamente, como a praça da Piedade, o largo do Campo Grande, o parque do Dique do Tororó e o farol da Barra. Esses espaços, seja pela lógica dos usos ordinários, de passagem ou extraordinários/ocasionais (Agier, 2011), concentram frequentadores como vendedores ambulantes, população de rua, estudantes de colégios e cursos preparatórios para o vestibular, trabalhadores, praticantes de atividades físicas, grupos de idosos, grupos de jovens, artistas de

rua, entre outros. Muitas vezes os frequentadores têm perfis de classe distintos e são provenientes de bairros distantes.

Entre esses espaços, a nova orla do bairro da Barra tem se destacado. Os dados coletados demonstram como o farol da Barra, especialmente aos domingos, tem se tornado um local de encontro de jovens na cidade, inclusive de moradores de bairros periféricos. Segundo os relatos, isso vem se consolidando depois das reformas realizadas entre os anos de 2014 e 2015. Tais reformas ainda geram muita polêmica pelos efeitos que têm causado no bairro.⁶ Apesar disso, em todos os momentos em que foram realizadas observações diretas e participantes, pôde-se notar a presença de muitas pessoas utilizando esse espaço com um perfil variado em termos sociais e de práticas. Num dos domingos do ano de 2015, por exemplo, pôde-se observar um encontro organizado pelas redes sociais com o nome “Aproveita e me beija”, quando uma pluralidade de jovens se fazia presente: pessoas de diversas orientações sexuais, estilos, perfis de roupas (dos “roqueiros” aos “funkeiros” e membros de bondes) e práticas esportivas, bicicletas, skates e patins. Alguns relatos ilustram essa configuração do farol da Barra como um ponto de encontro juvenil de relativa heterogeneidade:

[...] *Rapaz, domingo, todo mundo vai pra Barra domingo. [...] Mais de manhã, de tarde... Na Barra a galera vai mais pra passear, se encontrar, o pessoal fica lá tocando violão, conversando, andando de skate às vezes naquela área ali onde a galera anda de skate. [Tinha] Adolescentes entre 16 e 20 anos. E turistas também, muito turista... Um perfil social alternativo, aquela galerinha alternativa, da maconha, do rock, do reggae, da cachaça que você vê muita gente bebendo ali, virou point de cachaça na verdade aquilo ali. [As pessoas] Interagem, aí sim interagem. Tem até eventos ali, alguma coisa do abraço e do beijo, aí fica um grupinho lá se abraçando, se beijando. [...] tem muita gente dos outros bairros mesmo, no geral, não é só o pessoal do centro não. (L., 20 anos, estudante de cursinho, morador do Tororó, bairro de perfil médio-popular)*

[...] *Querendo ou não, se tornou meio que um evento você ir na Barra domingo, mesmo você não morando na Barra. Antes só ia na Barra domingo, a maioria das pessoas, são as pessoas que moram lá. Eu vejo muita gente indo, eu mesmo passei uns dois meses indo todo domingo lá, final de tarde. (D., 23 anos, estudante universitária, moradora da Pituba, bairro de perfil médio-alto)*

Algumas praias também se configuram como exceções à tendência mais geral de reafirmação do padrão de apropriação social do espaço da cidade sobre os usos dos espaços públicos. O exemplo mais paradigmático é o porto da Barra que é frequentada por diversos grupos de usuários, tanto jovens de bairros populares quanto aqueles de perfil mais elevado, além de grupos distintos em termos de orientação sexual, estilos, práticas culturais, etc.

Conforme se observa, existem ainda alguns espaços públicos em Salvador que agregam perfis mais diversos de usuários, em termos sociais, culturais e geracionais. Diferentemente do que acontece nos espaços de usos e perfis mais homogêneos, os padrões de sociabilidade construídos nesses contextos se baseiam em outros fundamentos. Em geral, as observações realizadas e os relatos colhidos indicam que, com raras exceções, os padrões de interação desenvolvidos constroem-se em torno do que Simmel chamou de atitude *blasé*, uma espécie de indiferença e proteção ante os outros. Dificilmente há interações mais duradouras e/ou “profundas” entre as pessoas, para além de um contato visual ou um rápido comentário sobre algo corriqueiro. Como Sennet (1988) descreveu, no processo que chamou de diluição do comportamento público em Londres e Paris, prevalece muitas vezes a ética do silêncio na utilização dos espaços. Isso é muito típico de certos usuários, principalmente aqueles que têm, nos espaços públicos, um lugar de práticas individuais, como os esportistas. Em tempos de aparato eletrônico, isso fica muito visível na utilização dos fones de ouvido que, simbolicamente, representam o recado de que não se está disposto a dialogar.

Os relatos coletados dão conta de que dificilmente as pessoas constroem novas relações frequentando espaços públicos, principalmente porque, quando os utilizam, já estão acompanhados dos próprios amigos(as), namorados(as) ou familiares e, quando muito, conhecem “amigos de amigos”. Nesse aspecto, os entrevistados foram muito diretos, destacando que, tanto nos parques e praças quanto nas praias, dificilmente há formas de interação entre os distintos grupos de usuários, com exceção dos momentos de paquera, quando as interações intergrupais se ampliam. Porém, isso ocorre mais nos espaços festivos, boates e lugares para shows, geralmente privados e bastante homogêneos, tanto em termos de classe, dos seus *habitus* e estilos musicais. Na prática, portanto, as interações acabam tendo um perfil intraclassista. A bem da verdade, também nos espaços

públicos, as interações acabam sendo intraclasse, não apenas por uma questão de acessibilidade e localização dos espaços, mas também devido aos *habitus*, estilos e interesses dos diversos grupos, conforme o depoimento de uma entrevistada que, refletindo sobre os tipos de pessoas que encontra quando sai de casa, percebe que elas são no fundo muito parecidas a ela:

Apesar de eu achar que tem muita gente diferente no Rio Vermelho [bairro boêmio], mas as que a gente encontra de diferente, que chega a ter uma conversa, são parecidas com a gente. Então, quando a gente conversa com alguém, além do nosso grupo lá, são ainda assim similares à gente. (B., 19 anos, universitária, moradora de Piatã, bairro de perfil médio-alto)

É interessante notar como os entrevistados relatam um tipo de interação pautada por uma autossegregação dos grupos, conforme salientado por Serpa (2013)⁷. Tais espaços da diversidade acabam se convertendo em lugares fragmentados, marcados por estratégias de neutralização das diferenças (Kowarick, 2002).

A exceção a essa prática é dada pelo comportamento das crianças, alguns grupos de jovens (como aqueles do farol da Barra) e idosos que, sendo aposentados e possuindo mais tempo livre, reúnem-se muitas vezes nos espaços públicos. Esses grupos desenvolvem alguns jogos de sociabilidade baseados na vontade de participar, ou seja, uma forma de socialização sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos além da interação nela mesma (Simmel, 2002). Mas o padrão mais frequente de sociabilidade se aproxima das compreensões de Simmel (1979, p. 20) sobre a vida nas grandes metrópoles: a constituição de contatos superficiais, transitórios e segmentados derivada da heterogeneidade de pessoas, situações e vivências existentes. Os comportamentos dos cidadãos nesses espaços se revestiriam não apenas de reserva e indiferença, mas de “aversão, estranheza e repulsão” mútuas. A proximidade física esbarraria, portanto, numa distância espiritual.

No que tange à essa fragmentação das interações nos espaços públicos, Serpa (2013) também constrói uma visão bastante crítica sobre a cidade contemporânea, afirmando que ela é o lugar por excelência da manifestação dos aspectos simbólicos da segregação. Os usos dos espaços, quando ocorrem, dão-se, para ele, como uma justaposição de territórios diferentes, juntos, mas na prática separados. Isso ocorreria basicamente

porque os espaços públicos são apropriados através do autoisolamento de grupos e indivíduos que negam o outro através da indiferença, fazendo do público um território privado, no qual a vida doméstica se desnuda ao olhar de todos, o que esvazia a sua dimensão política. Esse é um ponto fundamental, no sentido de que a diluição e/ou restrição dos espaços públicos pode ocorrer não apenas através do seu abandono e evitação, mas justamente pelos tipos de usos e práticas que ocorrem nesses espaços.

Sobre essa perspectiva, alguns autores possuem uma visão mais “otimista”, por assim dizer, sobre esse tipo de interação (Bordreuil, 2002; Sabatini et al., 2013; Andrade e Baptista, 2013; Carvalho Filho e Uriarte, 2014). O próprio Simmel (1979) considerou a vida nas grandes cidades como castradora de subjetividades, mas, ao mesmo tempo, potencialmente libertadora de controles personalizados típicos do mundo rural e das comunidades. Os referidos autores, por sua vez, reconhecem que esses comportamentos, baseados na “vulnerabilidade dos compromissos” (Joseph, 1999, p. 36), parecem ser característicos dos espaços públicos de sociedades complexas e, ao contrário de serem somente limitadores, possuem também o potencial de engendrar a liberdade de movimentos e garantir a existência das diferenças, produzindo determinado tipo de hospitalidade baseada no acolhimento e na ausência de controles, o que garantiria a liberdade individual e a existência das diferenças (Bordreuil, 2002).

Nesse sentido, mesmo não produzindo vínculos ou interações “políticas”, ou seja, sendo pautados em momentos fugidios e segmentados, a copresença nesses espaços poderia significar a produção de contatos, também importantes para a coesão social, na medida em que dão forma à dimensão fortuita da vida de uma cidade e “[...] podem ter importantes efeitos simbólicos e sobre a forma como se compreende o outro, transformando imaginários e ajudando a derrubar ou construir preconceitos e estereótipos” (Sabatini et al., 2013, pp. 272-273; livre tradução).

Diante de um contexto em que as formas de segregação e autosegregação são cada vez mais extremas, e o abandono e evitação dos espaços públicos se tornam uma tendência (como visto anteriormente), tais contatos ganham ainda mais importância porque permitem que a diversidade se expresse. Dessa forma, mesmo que de modo fragmentado, a cidade pode expressar sua realidade e contradições “[...] entre esplendor e miséria, entre riqueza e pobreza, inteligência e

ignorância, ordem e caos” (Wirth, 1979, p. 103). De todo modo, para além das distintas interpretações possíveis, o padrão de sociabilidade desenvolvido nesses espaços públicos pode ser descrito, seguindo as palavras de Simmel e Wirth, como segmentários, superficiais e transitórios, muitas vezes pautados por estratégias de autosegregação e fragmentação.

Considerações finais

Este artigo buscou contribuir para o debate acerca dos espaços públicos nas cidades contemporâneas, sua relevância atual e sua capacidade de expressar diversidade e engendrar relações de sociabilidade. Como já haviam advertido Andrade e Baptista (2013), o rótulo “espaços públicos” encobre uma complexidade de espaços e interações cuja análise envolve tanta diversidade de experiências que exige do pesquisador um cuidado muito grande no seu entendimento e distinção, ainda mais ao considerar os espaços públicos a partir de variadas dimensões, que apresentam tendências múltiplas e, muitas vezes, contraditórias.

Mantendo isso em consideração, pode-se afirmar que as evidências coletadas sobre a dinâmica da vida urbana na Salvador contemporânea demonstram uma tendência de esvaziamento e restrição dos espaços públicos. Tal tendência geral, no entanto, não anula a vitalidade ainda existente nos seus usos, perfis de usuários, práticas e relações de sociabilidade.

Como visto, em geral os espaços utilizados com mais frequência são aqueles mais próximos das residências dos frequentadores, que apresentam um uso mais cotidiano e homogêneo. Emergem daí formas de sociabilidade pautadas na cotidianidade, no inter-reconhecimento e na familiaridade (Tönnies, 1973; Weber, 1994; Agier, 2011). Tais usos podem, a princípio, ser classificados como “segregados”, uma vez que não logram produzir convivência entre diferentes grupos. Apesar disso, é importante destacar, seguindo Agier, que tais espaços conformam a cidade de modo relevante, uma vez que as interações familiares constituem uma importante agência na estruturação do espaço urbano.

A despeito dessa característica mais geral, alguns espaços agregam usuários de perfis mais diversificados, em termos de classe, étnicos e de práticas culturais. Nesses espaços, com exceção de alguns grupos de jovens, os padrões de sociabilidade são mais despersonalizados e se constroem em torno da conhecida atitude

blasé, ou seja, a partir de contatos superficiais, transitórios e segmentários. Isso se expressa, muitas vezes também, em formas de autosegregação dos grupos de usuários, que conformam um espaço que se constitui como uma justaposição de territórios diferentes, juntos, mas na prática separados e fragmentados. As interações acabam por ter um perfil intraclassista, não apenas por uma questão de acessibilidade e localização dos espaços, mas também por conta dos *habitus*, estilos e interesses dos diversos grupos. A negação da diferença, condição fundamental do espaço público, indica que a vida dos cidadãos em Salvador, de maneira geral, é construída em torno a círculos e circuitos bastante específicos. E isso interfere na apreciação do *outro*, na disposição ao encontro e nos usos dos espaços públicos, assim como na existência de diversificadas formas de conflito, disputas por espaço, formação de territórios “morais” e simbólicos, entre outras dimensões.

Mesmo com a existência dessas práticas de autoisolamento, é relevante destacar que, diante de um contexto urbano em que formas cada vez mais extremadas de segregação se ampliam, o simples contato entre as pessoas, produzido pelos espaços públicos, pode ajudar a desconstruir alguns estigmas e estereótipos. Para alguns autores, a “vulnerabilidade dos compromissos” (Joseph, 1999, p. 36) engendradora nos espaços públicos ao contrário de ser somente limitadora possui também o potencial de garantir a liberdade de movimentos e a existência das diferenças (Bordreuil, 2002; Sabatini et al., 2013; Carvalho Filho e Uriarte, 2014).

Assim, o espaço público em Salvador não está morto, conserva certa vitalidade, mas caracteriza-se, como seria de se esperar pelas condições da própria cidade, por seu caráter extremamente desigual, segregado e fragmentado. Tais características se expressam nas formas de sociabilidade aí desenvolvidas. Se, de um lado, os espaços públicos nessa cidade não cumprem o papel assinado teoricamente como espaço integrador e gerador de práticas democráticas (Ramírez-Kuri, 2008, de outro, persistem e resistem formas distintas de sociabilidade, com suas contradições, potenciais e limitações – fenômenos que precisam continuar sendo estudados em busca de uma compreensão mais rica e aprofundada das cidades contemporâneas, especialmente no que tange a temas tão complexos, como os espaços públicos e as formas de sociabilidade.

Referências

- AGIER, Michel (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Terceiro Nome.
- ANDRADE, L. T. de; BAPTISTA, L. V. (2013). Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. IN: XXIX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA. *Anais...* Santiago do Chile.
- ARANTES, Rafael de Aguiar (2011). *Fugindo dos “males” da cidade: os condomínios fechados na grande Salvador*. Dissertação de mestrado. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- _____(2016). *O(s) espaço(s) público(s) numa cidade desigual e segregada*. Tese de Doutorado. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- ARENDDT, Hannah (2008). *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BENJAMIN, Walter (1989). “Paris do Segundo império”. In: _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas, vol. III. São Paulo, Brasiliense.
- BORDREUIL, Samuel (2002). “Espace public, urbanité et mouvements”. In: JOLÉ, Michèle (coord.). *Actes du séminaire du CIFP de Paris, 2000-2001-2002*. Lyon, Certu.
- BOURDIEU, Pierre (1980). Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*. vol. 31, janvier, pp. 2-3. Disponível em <http://www.persee.fr/doc/ars_0335-5322_1980_num_31_1_2069>. Acesso em: 17 dez 2015.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000). *Cidade de muros*. São Paulo, Edusp.
- CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.) (2014). *Salvador: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital/ Observatório das Metrópoles.
- CARVALHO FILHO, Milton Júlio e URIARTE, Urpi Montoya. (2014). “A Avenida Sete e seus transeuntes (parte I)” In: _____. (orgs.). *Panoramas urbanos: usar, viver e construir Salvador*. Salvador: Edufba.
- DAVIS, Mike (2009). *Cidade de quartzo*. São Paulo, Boitempo.
- DUHAU, Emílio (2001). Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XV, n. 1, pp. 41-68.
- FRÚGOLI JR., Heitor (2007). *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa (2006). *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HABERMAS, Jürgen (2003). *Mudança estrutura da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HARVEY, David (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- JOSEPH, Isaac (1999). Paisagens urbanas, coisas públicas. *Caderno CRH*, Salvador, n. 30/31, pp. 11-40, jan./dez.

- JOSEPH, Isaac (2000). A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph a Valladares, Lícia do Prado e Kant De Lima, Roberto.. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 49, 1º semestre, pp. 3-13.
- (2002). “Espace public, urbanite, citoyeneté”. IN: JOLÉ, Michèle (coord.). *Actes du séminaire du CIFP de Paris, 2000-2001-2002*. Lyon, Certu.
- KOWARICK, Lúcio (2002). Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 63, jul., pp. 9-30.
- NETTO, Vinicius (2012). “A urbanidade como devir do urbano”. In: AGUIAR, Douglas e NETTO, Vinicius (orgs.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro, Folio Digital/ Letra e Imagem.
- PAQUOT, Thierry (2009). *L'espace public*. Paris, Éditions La Découverte.
- RAMÍREZ KURI, Patricia (2008). “La fragilidad del espacio público en la ciudad segregada”. In: CORDERA, Rolando; RAMÍREZ KURI, Patricia e ZICCARDI, Alicia. *Pobreza, Desigualdad y exclusión social en la ciudad del siglo XXI*. México, Siglo XXI, Unam, Instituto de Investigaciones Sociales.
- SABATINI, F. et al. (ed.) (2013). *Cultura de cohesión e integración social en ciudades chilenas*. Santiago, Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales.
- SALCEDO, Rodrigo Hansen (2002). El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *EURE* v. 28 n. 84. Santiago sep.
- SENNETT, Richard (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SERPA, Angelo (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo, Contexto.
- SERPA, Angelo (2013). “Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea”. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, Contexto.
- SIMMEL, Georg (1979). “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otavio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 11-25.
- SIMMEL, Georg (2002). *Cuestiones fundamentales de sociología*. Barcelona, Gedisa Editorial.
- TELLES, Vera da Silva (1999). *Direitos Sociais: afinal de que se trata?* Belo Horizonte, Editora UFMG.
- TÖNNIES, Ferdinand (1973). “Comunidades e sociedades como entidades típico-ideais”. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/ Editora da USP.
- WEBER, Max (1979). “Conceitos e categorias da cidade”. In: VELHO, Otavio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 68-89.
- WEBER, Max (1994). *Economia e sociedade*. V.1, Distrito Federal, Ed. Universidade de Brasília.
- WIRTH, Louis (1979). “Urbanismo como modo de vida”. In: VELHO, Otavio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 90-113.

Notas

1. Ver Sennet (1988), Habermas (2003), Arendt (2008), Joseph (1999 e 2002), Bordreuil (2002), Paquot (2008), Gomes (2008), Netto (2012).
2. “Ora, de Simmel a Goffman, a linha de pensamento que incorporou a questão do estrangeiro se construiu sobre outra experiência: a dos vínculos fracos, a do mal-entendido e do retraimento, da inevitável superficialidade das trocas. [...] O que interessa à tradição sociológica que tem origem em Chicago não é a sociabilidade de um ‘nós’ já constituído. O interessante é o que *emerge* de um encontro público [...] o *mais sociedade*, para falar como Simmel, que se pode esperar de uma reunião feliz, pertinente. É, a meu ver, o principal interesse da figura do estrangeiro: como ele vê a capacidade de determinada sociedade fazer com que o vínculo social tome consistência; que ele, estrangeiro, seja ‘transportado’, no cotidiano de sua experiência mundana e urbana, para o coração da esfera pública” (Joseph, 2000, p. 5).
3. Para mais detalhes ver Arantes (2016).
4. “Independentemente das formas materiais que ela é chamada a ter, a dimensão familiar da cidade é uma parte essencial da vida na cidade – e, por conseguinte, da vida das cidades. É ela que permite a ancoragem social mínima de cada um, o seu mínimo social vital, em certa medida, tal como é vivido nos detalhes do cotidiano.” (Agier, 2011, p. 115).
5. Por exemplo, enquanto diversos grupos populares têm recentemente se libertado de antigas “barreiras”, passando a frequentar espaços mais centrais e valorizados da cidade, assim como *shopping centers*, os grupos médios e altos somente em ocasiões extraordinárias circulam pelos bairros populares e/ou frequentam seus espaços públicos.
6. De acordo com a Associação de Moradores e Amigos da Barra – AMA Barra, as consequências das reformas foram negativas, como a falência de 106 estabelecimentos comerciais, a mudança do trânsito, a falta de vagas de estacionamento, entre outros aspectos, como a perda da vivacidade da orla que, segundo os moradores, se tornou um espaço espetacular, praticamente utilizado somente nos finais de semana.
7. “Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes ‘invisíveis’. É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o ‘outro’ em um espaço que é acessível – fisicamente – a todos.” (Serpa, 2013, p. 176)

CONSUMINDO CIDADES: RECOMPOSIÇÃO TURÍSTICA E A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

Eder Malta

PPGS/UFPel

Introdução

Este texto discute criticamente o processo de patrimonialização da Paisagem Cultural da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo principal é analisar a política de valorização paisagística e de recomposição turística da cidade decorrente das intervenções implementadas em diversos espaços. Arelado à noção de paisagem cultural como instrumento técnico e conceitual inovador de preservação patrimonial e ambiental, esse processo procura reeditar o cronograma das políticas de intervenção que emergiram na cidade desde os anos de 1980. Em suma, visa-se recompor a imagem turística carioca, a partir de seus patrimônios, para a atração de pessoas, investimentos sustentáveis e capital.

As paisagens cariocas constituem um dos principais atrativos turísticos brasileiros. Apesar disso, somente após sua patrimonialização pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2012, tem-se investido em políticas de sustentabilidade paisagística e de proteção do “ambiente cultural” carioca, mantendo sua integridade e autenticidade visual (Unesco, 2012). Tais políticas giram em torno da revitalização urbana e do desenvolvimento econômico de áreas estratégicas e visam à recomposição turística e da imagem do Rio de Janeiro, para além de um balneário Atlântico.

Na tentativa de criar uma nova imagem urbana de atração turística como patrimônio mundial preservado, o poder público, em parceria com os investidores privados, criou estratégias para realizar intervenções nas paisagens urbanas, no patrimônio histórico e nas paisagens naturais de forma integrada, mas em espaços descentralizados. Como consequência, ocorreu o processo de valorização paisagística em diversas regiões da cidade, desde os espaços públicos da zona Sul — já reconhecidos como símbolos da identidade carioca — até os revitalizados espaços e equipamentos culturais do Centro e da zona Portuária. Concomitante mente às políticas patrimoniais e de revitalização urbana,

intensificaram-se os casos de enobrecimento urbano (*gentrification*) nessas localidades que se estendem, inclusive, para alguns morros favelizados, com vista para a Baía de Guanabara.

Entendemos que o objetivo das políticas de patrimonialização é a valorização dos bens culturais materiais e imateriais, dos lugares e das paisagens associadas aos espaços capazes de agregar “valor de consumo” (Malta, 2017a; 2017b) cultural, visual e simbólico para a atração de investimentos dos setores privados. Nesse sentido, Leite (2015) observa a crescente participação do setor privado na gestão de áreas e bens patrimoniais. Tal setor tem almejado lucrativas oportunidades de negócios e impulsionado uma complexa alteração conceitual do patrimônio — e de paisagem cultural —, adaptando-o à nova lógica do mercado, ou seja, tratando esse patrimônio não mais como “bem simbólico”, mas sim como uma “mercadoria cultural”. Na prática, esse “processo implica no reconhecimento de formas de interação baseadas no consumo e pressupõe [...] selecionar bens que potencialmente possam corresponder às expectativas de retorno financeiro dos altos investimentos privados”¹ (ibid., p. 176).

A recomposição da imagem do Rio de Janeiro foi intermediada por práticas de turismo e consumo cultural e compreende a associação dos elementos simbólicos e representacionais como recursos potenciais de sustentação das economias locais que servem para as cidades se reposicionarem no processo de “concorrência intercidades” (Fortuna, 1997). A partir de observações diretas realizadas na cidade em diversos períodos, desde a nomeação do sítio em 2012, e do uso de fotografias para apreensão da paisagem e da espacialidade da cidade, entendemos que a captura da noção de paisagem cultural pela lógica de mercado tem intensificado um processo de “concorrência intracidade” (Malta, 2015), isto é, de disputa entre os investidores locais (ou translocais) para a atração de consumidores através de práticas turísticas em diferentes espaços, desde os morros favelizados — a que chamamos “contrapaisagens”

cariocas que, quando não são removidas ou excluídas do mapa turístico,² tornam-se disputados lugares de hospedagem, aventuras, emoções e exotismos turísticos (Fortuna, 2012) — até os revitalizados espaços do Centro e zona Portuária.

Isso nos leva a questionar: em que medida esses processos deslocam o “valor” conferido à paisagem cultural de um bem sociocultural para um bem consumível? As oportunidades da turistificação podem oferecer, aos gestores públicos e investidores privados, estratégias políticas e de expansão dos mercados de bens culturais, mas de que modo promovem a sustentabilidade da cidade? Com um intenso *marketing* urbano em torno da paisagem e do patrimônio, designaram-se ao Rio diversas identidades, como cidade criativa, sustentável, segura, de inovadora mobilidade urbana e tecnológica, vinculadas à criação de paisagens turísticas (van der Duim, 2007) e às práticas de consumir a cidade.

A política de valorização e patrimonialização da paisagem cultural do Rio de Janeiro

No ano de 1992, a Convenção da Unesco para o patrimônio mundial adotou o conceito de “Paisagem Cultural” como tipologia de reconhecimento e preservação dos bens culturais. Como estratégia, promove-se a integração entre a vida cotidiana, os bens culturais e o meio ambiente, pondo fim à dicotomia existente entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial, embora tenha sido mantida a categoria associada aos critérios de “excepcionalidade” e “autenticidade” (Ribeiro, 2007; Malta, 2015). Para Costa e Serres (2016), as paisagens culturais puseram fim à antinomia materialidade e imaterialidade, como também anteciparam a institucionalização da categoria de patrimônio imaterial que viria a ser reconhecida somente em 2003. O conceito envolve diferentes sentidos consolidados no tempo acerca da noção de patrimônio, de preocupação com o meio ambiente e com a preservação da vida futura. Dessa forma, noções de natureza, memória, identidades culturais e identidades territoriais foram vinculadas às políticas de patrimonialização.

Na Europa, a regulamentação da proteção paisagística foi aprovada em 1995 pelo Conselho Europeu e, posteriormente, pela Convenção Europeia da Paisagem, em 2000. Essa Convenção estabelece que as políticas de preservação abrangem todas as paisagens que fazem

parte da vida social e cultural dos territórios e incide sobre a qualidade paisagística das áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas, não sendo necessariamente atribuída às paisagens excepcionais ou que estejam em estado de degradação.³

No Brasil, desde a década de 1980, as práticas preservacionistas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) têm priorizado a patrimonialização das cidades antigas e dos centros históricos coloniais. O foco girou principalmente em torno das características estéticas dos monumentos, do passado político e religioso luso-brasileiro, a exemplo das cidades mineiras do ciclo do ouro. Somente após três décadas, em 2009, o Iphan regulamentou a chancela da Paisagem Cultural, na portaria n. 127/2009, como novo instrumento de preservação do patrimônio brasileiro. A partir de então, propôs revisão metodológica, conceitual, inovação técnica e instrumental das políticas de patrimonialização, embora já existissem bens naturais considerados paisagens culturais brasileiras.⁴

Com base nas concepções da Unesco e da Convenção Europeia da Paisagem, a chancela da paisagem cultural brasileira decorre da associação entre os bens culturais e naturais reivindicados desde seu caráter excepcional até sua proximidade com a vida cotidiana das populações. Convém observar que, desse período em diante, ocorreram importantes mudanças no escopo da política de patrimonialização no País com o fim de um dos mais abrangentes programas de preservação e revitalização patrimonial, o Programa Monumenta (2001–2010) e com o início das atividades do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH), em 2010.

Três anos depois, em 2012, a cidade do Rio de Janeiro recebeu a chancela mundial de Paisagem Cultural (embora não tenha sido chancelada em âmbito nacional) pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, que aprovou o dossiê de candidatura “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, resultado de um estudo pluridisciplinar cuja elaboração foi coordenada pelo Iphan/DF e por uma extensa equipe técnica e acadêmica formada por consultores arquitetos, urbanistas e geógrafos.⁵ Nesse documento, defende-se que o “valor universal excepcional” da Paisagem Cultural do Rio é resultado do processo histórico de intervenções urbanas “em forte presença de elementos da natureza no meio urbano [...] onde o equilíbrio entre elementos naturais e construídos confere qualidade ambiental e social” (Iphan, 2012, p. 14)

à vida urbana carioca. A paisagem cultural-urbana é representada como um estágio civilizatório diante dos próprios desafios e das contradições presentes no processo de apropriação da natureza e de desenvolvimento da cidade como “singularidade cultural da sociedade brasileira” (ibid., p. 7).

A excepcionalidade do sítio tem relação direta com a vida cotidiana carioca e com seus espaços públicos, paisagens naturais e paisagens urbanas. Estas últimas associadas a um singular paisagismo de inspiração artística aplicado pelos princípios do urbanismo modernista construído entre as montanhas existentes e a entrada da Baía de Guanabara. Para o Iphan, a excepcionalidade das paisagens urbano-culturais e naturais, como os morros, as praias e as autênticas formas de expressão culturais, inscrevem o modo de vida carioca, as sociabilidades “ao ar livre”, a arquitetura e o urbanismo cosmopolita no entremeio de uma “paisagem única” de uma metrópole tropical, isto é, de concretos construídos ligados à natureza marcante (ibid.).

O sítio paisagístico tornou-se a primeira área urbana chancelada como Paisagem Cultural pela Convenção do Patrimônio da Unesco⁶ e foi representado tanto pelas paisagens históricas e naturais — como a Floresta da Tijuca, Jardim Botânico e os Fortes de Niterói e de Copacabana — quanto pelas paisagens contemporâneas compostas pelo espaço público modernista do Parque do Flamengo, da Enseada de Botafogo, do Pão de Açúcar, do Corcovado e da Orla de Copacabana. Para essas áreas, ficaram estabelecidas a proteção da fauna, da flora, de diversos monumentos e dos conjuntos urbanos residenciais dos bairros. Mas, dentre os objetivos, fixou-se também o foco nos morros paisagísticos da zona Sul da cidade, chamadas áreas de amortecimento do sítio paisagístico, que são o entorno de uma unidade de conservação sujeito a normas e restrições específicas, onde se situam as favelas Pavão–Pavãozinho, Cantagalo, Ladeira dos Tabajaras e Morro dos Cabritos, todas com vista para a Baía de Guanabara.

As ações previstas pela Convenção da Unesco (2012) deveriam girar em torno do então recém-criado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU/2011), instituído pela lei complementar n. 111/2011, que revisa o Plano Diretor de 1992 e dispõe sobre a política urbana e ambiental. Nesse plano, o conceito de paisagem tem centralidade nesse documento, ao seguir as orientações da Unesco e ao ressaltar a “interação entre o ambiente natural e a cultura, expressa na configuração espacial” (PCRJ, 2011, p. 2).

Destacamos aqui os três primeiros princípios da política urbana formulada no PDDU com foco I) na noção de desenvolvimento sustentável para promover o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social; II) nas noções de função social da cidade e da propriedade urbana; e III) na política de valorização e sustentabilidade ambiental, paisagística e patrimonial no processo de desenvolvimento do planejamento urbano da cidade.

Conforme aponta Ribeiro (2011, p. 259), “além da concepção de tudo englobar, é a leitura do patrimônio através do espaço. Trata-se claramente de uma abordagem espacial e de uma interpretação dos fenômenos a partir de sua localização e de sua relação com outros no espaço”. Nesse sentido, a escala de abrangência de um sítio paisagístico é delimitada por uma determinada porção espacial ou recorte territorial e remete sempre a um conjunto espacial concebido de conteúdos, representações e significados socioculturais peculiares e construído em associação à morfologia e às formas naturais de um determinado território.

Convém ainda notar que a noção de sustentabilidade não esteve claramente em questão nos planos diretores e de intervenção anteriores ao PDDU/2011, a exemplo do Plano Diretor de 1992, tampouco esteve aliada à perspectiva de desenvolvimento econômico e valorização paisagística. Tal noção foi concebida na política de planejamento urbano associada à proteção patrimonial, ambiental e da visualidade da paisagem (contra o excesso de interferências visuais e também regula a construção de grandes projetos urbanísticos, imobiliários, etc.) e subsidiou os critérios do dossiê de candidatura do Rio à Lista do Patrimônio da Humanidade. O abrangente plano de reestruturação urbana e ambiental agrega o componente da sustentabilidade para reverter, por um lado, a ocupação irregular dos morros que reside na favelização e, por outro, a lógica de arrasamento dos morros que ocorrera em planos de intervenção urbana entre os anos de 1920 e 1950.⁷

Da zona Sul à zona Portuária: estratégias para a valorização paisagística e patrimonial

Apesar de ser um conceito inovador, a paisagem cultural não define um perfil específico dos bens por possuir abrangência genérica e de múltiplas possibilidades. Essa ampla abordagem constitui seu maior

risco, haja vista as pressões dos mercados e grupos de interesses (Ribeiro, 2011). Possibilita também uma estratégia de identificação e de gestão do patrimônio de modo descentralizado e flexível. Exemplo dessa perspectiva é que, estrategicamente, o dossiê não inclui a região Central e a zona Portuária nos limites iniciais do sítio. No entanto, principalmente no período dos megaeventos esportivos — Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 — esses dois bairros foram alvos das principais políticas de intervenção da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) (Malta, 2017a; 2017b).

Após a nomeação do sítio, a PCRJ criou o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)⁸ como órgão gestor das ações de revitalização urbana e de proteção à visualidade das zonas estratégicas de interesse cultural e paisagístico. No âmbito do IRPH, foi instituído o Programa de Apoio à Conservação do Patrimônio Cultural Edificado (PRÓ-Apac), que possui forte atuação na delimitação de áreas especiais de interesse paisagístico e de proteção do ambiente cultural. O programa consiste “na concessão de apoio financeiro a projetos voltados à conservação ou restauração de imóveis, preservados ou tutelados pelo município, que integrem o patrimônio cultural, histórico, artístico ou arquitetônico da Cidade do Rio de Janeiro” (PCRJ, 2012, p. 3).

Através do Pró-APAC, o IRPH passou a elaborar projetos e políticas de intervenção em parcerias com instituições privadas e agências multilaterais nacionais e internacionais. A execução das principais políticas urbanas, ambientais e culturais municipais ocorre em torno da identificação, do tombamento de bens edificados e do registro do patrimônio imaterial inscritos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (Apac)⁹, que se sobrepõem às zonas e subzonas da cidade. São priorizados os espaços — de domínio público ou privado — que sejam caracterizados como um conjunto edificado de relevante interesse cultural para a memória da cidade e para a diversidade da ocupação urbana (PCRJ, 2011).

Para instituir a política urbana de intervenção patrimonial, o IRPH tem criado planos de ação que combinam a conservação e a inovação urbana em áreas de interesse especiais. O PDDU/2011 torna as Apacs o principal instrumento básico de gestão e proteção do patrimônio cultural e delimita as “zonas estratégicas de especial interesse” para as políticas urbanas de valorização paisagística e de promoção de políticas culturais.

Visa-se à conservação dessas áreas mediante a inovação dos usos espaciais e socioculturais das Apacs sob o argumento de evitar o “engessamento” da área urbana e promover o desenvolvimento sustentável (Carlos, 2008), bem como proteger a visualidade e a ambiência da paisagem cultural, evitando, assim, a perda potencial de sua “originalidade”.

Para os megaeventos, a prefeitura concentrou os investimentos poliesportivos na Barra da Tijuca, em Jacarepaguá e algumas regiões da zona Oeste. Na política urbana de patrimonialização, o IRPH tem se concentrado principalmente no eixo de intervenção da região Central e zona Portuária. Esse movimento decorre de uma estratégia com dupla perspectiva. Em primeiro lugar, visou-se atrair pessoas, serviços de consumo, turismo e capitais, desde investimentos internacionais até atração de novos moradores e comércio local para promover a reestruturação econômica e a recomposição turística desses bairros, no âmbito da política de patrimonialização.

Entre os objetivos e as ações previstas em torno do desenvolvimento sustentável, buscou-se regulamentar os usos do mobiliário urbano, recuperar e revitalizar os conjuntos arquitetônicos, ruas e praças, para promover o patrimônio cultural e atrair investidores para a criação de novos equipamentos urbanos sustentáveis. Conforme Guimarães (2016), essas ações visaram estabelecer os planos de “integração/ordem urbana” e de revitalização urbana da Apac Sagas nos bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e “foram utilizadas para segmentar as medidas de ‘revitalização’, operando, assim, como um relato que não só identificou valores culturais como também produziu novas realidades” (ibid., p. 160).

O segundo aspecto decorre do processo de patrimonialização da zona Sul, espaço que concentra o imaginário de vida ao ar livre, da cultura praiana e do ideário de construções modernistas e cosmopolitas do Rio de Janeiro e mesmo do Brasil. Essa zona foi erigida sob inspiração haussmaniana e influência do paisagismo de Adolphe Alphand, devido à importação do modelo dos jardins, canteiros floridos, gramados e a arborização dos espaços públicos. Alguns desses espaços foram desenhados pelo artista plástico e arquiteto-paisagista Roberto Burle Marx, tais como o mosaico em ondas que formam o calçadão da orla de Copacabana e o aterro do Flamengo. Desde a expansão da zona Sul, vincularam-se a vida urbana e as práticas socioculturais cariocas aos espaços de consumo cultural e à paisagem

turística da cidade (Malta, 2015). Com os megaeventos, proliferou-se a especulação imobiliária em torno dos bairros inscritos no sítio paisagístico que pressionava o perfil habitacional de usos e estilos de vida dos antigos moradores e das camadas populares. Como aponta Guimarães:

A patrimonialização da zona Sul teve assim a função de conduzir de forma indireta o desenvolvimento urbano, com a vantagem para a Prefeitura de contar com a adesão de algumas associações de moradores, que perceberam na medida a possibilidade de manter as características arquitetônicas e ambientais dos bairros e evitar a chegada de uma numerosa vizinhança. [...] Do ponto de vista urbanístico, no entanto, a medida cumpriu sua função estratégica: a construção civil de fato encontrou maior dificuldade de atuar na zona Sul e transferiu seus investimentos para outras regiões da cidade, inclusive para a região portuária. (Guimarães, 2016, pp. 162-163)

A consolidação das Apacs desloca o fluxo de investimentos imobiliários para a zona Portuária, que desde o início da realização do projeto Porto Maravilha¹⁰, em 2009, passa pela intensificação das iniciativas do mercado através da maior parceria público-privada na história brasileira para a revitalização e a renovação urbana (Pio, 2013; Broudehoux e Monteiro, 2017). Isto possibilitou a proteção da ambiência residencial e a restrição de novas construções de impacto socioambiental e arquitetônico na zona Sul que colocassem em risco a autenticidade paisagística dos espaços públicos ou descharacterizassem a qualidade de vida das comunidades residenciais dessa zona, em bairros como Lido, Peixoto e Leblon, que possuem ambiência cotidiana tradicional.

Para o Centro Histórico, foi instituído o programa “Centro para Todos”, no ano de 2015, que tem como princípios de intervenção o ordenamento, a segurança, a higienização e a iluminação dos espaços públicos — características recorrentes nas políticas de revitalização das áreas históricas orientadas pelos processos de gentrificação ou enobrecimento urbano. Esse programa dividiu suas ações em nove áreas: Praça Tiradentes, Centro Financeiro, Praça XV, Cinelândia, Lapa, Cruz Vermelha, Saara, Castelo e Campo de Santana. Tem como características promover a reocupação residencial, mapear os “vazios urbanos”, promover índices de caminhabilidade, transportes sustentáveis, como bicicletas e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), atrair

setores da indústria criativa, etc. Tais ações visam recuperar e revitalizar o Centro como lugar de moradia, lazer e consumo.¹¹

Torna-se evidente a intenção do instituto em promover uma forte ação de enobrecimento com base nas noções de ordem, limpeza e segurança para garantir à cidade a sensação de vida ao ar livre e sustentabilidade nas áreas históricas. Esse cenário possibilitou não só a expansão das políticas urbanas de patrimonialização para a zona Portuária e região Central, mas deu margem à política de incentivo à moradia e ao investimento, nessas áreas, como lugar de consumo, boemia, vida noturna e turismo cultural.

Focaremos, a seguir, na abrangência do processo de recomposição turística que se estabeleceu em grande parte da área delimitada como sítio Paisagem Cultural. A valorização da paisagem e do patrimônio cultural tornou-se “contornos semânticos” (Bitar, 2016) para as estratégias de revitalização urbana e enobrecimento da zona Sul à zona Portuária, inclusive de algumas favelas do Rio de Janeiro.

Paisagens e contrapaisagens: recomposição turística, enobrecimento e imagem urbana

Zukin (2000) postula que a paisagem é, “em grande parte, uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais [...] é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade” (p. 106). É na paisagem que podemos observar o que foi construído, escondido e o que resiste às mudanças estruturais da cidade. A paisagem ordena socioespacialmente a estrutura urbana, conforma relações sociais de poder político, de poder econômico e de diferenças culturais, portanto, sua representação simbólica e material constitui uma “paisagem de poder” (ibid.).

A representação da paisagem cultural reforça a visualidade material e simbólica, traduzindo o resultado da interação entre o homem e a natureza. Ela enaltece o mosaico urbano no entremeio de paisagens naturais que se constituiu no decorrer de intervenções urbanas sucessivas, projetadas para a construção de uma cidade moderna, competindo com suas próprias dificuldades técnicas para construir um aglomerado urbano entre o mar e os morros. Sua singularidade é, conforme o Iphan (2012), representada pelo desenho “intencional” da paisagem, isto é, projetada para ser cartão-postal

brasileiro, de modo que suas imagens sejam “refletidas para o mundo” como uma marca espaço-temporal que inscreveu o poder político e identitário da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo da modernidade carioca.

Essas características são reivindicadas como “marca Rio”, fruto da internacionalização do imaginário carioca e de seus espaços culturais — Maracanã, Copacabana, Ipanema, Corcovado, Pão de Açúcar, Samba, Bossa Nova. Mas essa marca passa por um processo de recomposição de sua própria narrativa e representação, de tal modo que esse processo gera um duplo movimento de transformação identitária.

Em primeiro lugar, bens e espaços culturais, como a Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico, o Morro do Corcovado e o Pão de Açúcar, consolidam-se como cartões-postais tradicionais da paisagem da Cidade Maravilhosa. Tais bens e espaços estão entre os principais ícones que compõem as imagens cenográficas da vida urbana carioca. Mas, para que continuem a representar o *branding* imagético e publicitário carioca (Jaguaribe, 2011; Malta, 2015) e, em certa medida, do Brasil, foram também patrimonializados, de modo que a narrativa e os monumentos da modernidade carioca do século XX parecem ter-lhes antecipado um “valor de relíquia”. A transformação em bens tradicionais desses bens culturais e naturais associados à modernidade carioca atua em seus significados simbólicos, socioculturais, políticos e econômicos.

Em segundo lugar, nossa pesquisa sugere que as intervenções na orla de Copacabana e na zona Portuária, por exemplo, delineiam uma transformação da imagem e da arquitetura da cidade modernista¹² para imagem e arquitetura pós-modernista, voltadas às práticas de consumo, tecnologia, entretenimento e a um novo senso de experiência turística. Ao tempo que o argumento central é a conservação de áreas urbanas e naturais para possibilitar a sustentabilidade ambiental e cultural dos bairros, o investimento em paisagens turísticas torna-se uma iniciativa comum na linguagem e discursos oficiais, na própria construção da paisagem sustentável.

As “paisagens turísticas”, segundo van der Duim (2007), constituem-se de uma rede de atores que inclui pessoas, bens culturais, meios de comunicação, empreendimentos culturais e mídia digitais, etc. Essa noção de paisagem perpassa os usos e as práticas de consumo de serviços e bens oferecidos nos espaços destinados à visita. Os usuários e os consumidores são atores de uma rede integrada no espaço e no tempo.

Portam dispositivos conectados para a mobilidade urbana, para a criação de imagens, para fotografias e mensagens produzidas em tempo real ou destaques em guias de viagem, brochuras, mapas, etc. Por fim, a paisagem turística compreende os espaços relacionais, constitui os “lugares em rede”, em que atores e discursos translocais se envolvem e agem sobre o espaço público.

Em função da patrimonialização da zona Sul — recomendação indicada pela Unesco desde 2003 — a orla de Copacabana foi considerada um bem cultural paisagístico devido ao mosaico de pedra portuguesa em forma de ondas de seu calçadão. A paisagem urbana da orla é conformada pelos diversos edifícios e pela rede hoteleira na avenida Atlântica, de diversificada arquitetura. O projeto de maior mudança visual que sugere as novas tendências da arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro decorre da construção do Museu da Imagem e do Som (MIS), projeto baseado na forma de mosaico do calçadão da orla.

Esse Museu promete oferecer, ao visitante, cinema, interatividade e tecnologia com usos ao ar livre, voltados para o consumo visual paisagístico da orla. Já o Museu do Amanhã, no Pier Mauá, construído com tecnologias sustentáveis para a captação de água e energia solar, tem representado o novo cartão-postal carioca em um tripé pós-modernista das cidades criativas, sustentáveis e patrimoniais. Pois, além da arquitetura arrojada e diferenciada, propõe novos paradigmas de usos sociais dos espaços culturais através de consumo, mídias e tecnologias criativas.

Com relação à região Central e à zona Portuária, além do incentivo à moradia, aos investimentos comerciais e à inovação dos usos, o IRPH busca revitalizar esses espaços para fins de turismo e de consumo cultural. Alguns desses espaços foram denominados áreas de interesse paisagístico e receberam atenção especial para serem incorporadas, como paisagem cultural, à rota turística durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Tal estratégia articulava, portanto, a política de patrimonialização à recomposição turística do Rio de Janeiro e à criação de novas imagens urbanas, com o intuito de canalizar recursos financeiros para consolidar o plano de revitalização urbana e do antigo casario edificado dessas duas áreas. Entretanto, como atesta a Figura 1, o futuro urbano e ambiental sustentável enfrenta suas dificuldades cotidianas:



Figura 1 – Desafios para a sustentabilidade? Limpeza da Baía para retirada de lixo diário acumulado próximo ao “sustentável” Museu do Amanhã

Foto: Sayuri Dantas, 29/4/2016.

As ações mais significativas do projeto Porto Maravilha até as Olimpíadas ocorreram com a construção do Museu de Arte do Rio (2013), a revitalização da praça Mauá e a construção do Museu do Amanhã, no final de 2015, sob o *slogan* de inovação, criatividade e tecnologias sustentáveis. Criou-se, também, o planejamento viário de mobilidade sustentável com VLTs e ciclovias após a demolição do Elevado Perimetral. Conforme Pio (2013), o Porto Maravilha atua em quatro setores que são: a melhoria da infraestrutura (saneamento, malha viária, meio ambiente); o estímulo ao uso habitacional; o investimento comercial e industrial; e cultura e entretenimento. Para o autor, apesar de o projeto almejar ações e intervenções abrangentes, “é possível notar que as atividades culturais são vistas por políticos e pela opinião pública como aspecto central e determinante do sucesso da revitalização econômica e social de espaços urbanos ‘degradados’” (p. 10).

Em relação às atividades culturais, comunidades portuárias como a Pedra do Sal, no bairro Saúde, tornaram-se lugar de consumo, espaço turístico e de vida noturna carioca. A abrangência da política de patrimonialização não se restringe somente à construção de equipamentos urbanos. Promovem-se espaços do entorno como pontos de cultura, caso da região da Pedra do Sal conhecida como Pequena África, por ser considerada um território étnico de cultura afro-brasileira, tombada entre 1984 e 1987, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), após o reconhecimento

dos degraus escavados na pedra que dão acesso ao Morro da Conceição e dos bens imateriais como o samba de raiz e os blocos carnavalescos que fazem parte do cotidiano e imaginário carioca (Oliveira, Ribeiro, Rey e Wilke, 2012; Guimarães, 2012).

Embora a preservação patrimonial e do meio ambiente colabore com o desenvolvimento urbano e econômico da cidade, o outro lado da história, digamos, ocorre em função das políticas de valorização paisagística em torno da patrimonialização e dos próprios megaeventos, quando se intensificou a remoção de ocupações em morros favelizados e de cortiços na área central e portuária, sob o discurso da “ordem urbana”, de segurança pública, combate à violência e ao tráfico de drogas que legitimou a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Conforme Diniz (2014, p. 13), “os princípios de ordem, racionalidade, normatização e funcionalidade nas políticas de renovação urbana sustentaram intervenções que, segundo seus críticos, negligenciaram os atributos históricos dos espaços urbanos e os modos de vida a eles associados”.

As favelas voltaram às atenções midiáticas desde 2010, após o Rio ser eleita cidade-sede das Olimpíadas, e passaram a ser relacionadas aos discursos ecológicos de preservação ambiental e sustentabilidade dos morros da zona Sul. Tal perspectiva envolve a ideia de desfavelização, como demonstram os estudos de Mattos (2014) e Steiker-Ginzberg (2014), para combater o crescimento e reverter a política de urbanização de favelas, a exemplo

do Programa Morar Carioca (2010), uma extensão do Programa Favela-Bairro, que prometia se tornar o mais abrangente programa de urbanização de favelas do Rio através de modernização, infraestrutura e integração entre as favelas da cidade até o ano de 2020. Conforme (Mattos, 2014, p. 173), “está em curso na cidade do Rio de Janeiro a construção da legitimação da remoção de favelas como política permanente, o que pode jogar por terra o consenso que se formou em torno da urbanização durante os últimos 30 anos”.

Com base na noção de paisagem postulada por Zukin (2000), podemos inferir que a favela é a contrapaisagem carioca, isto é, um espaço de inversão do planejamento e da representação simbólica de poder que promove uma tensão estrutural na espacialidade urbana sobre as restrições estruturais e as dimensões normativas do espaço urbano estratégico. As favelas constituem a representação antissimbólica carioca (Barbosa, 2012) e, como uma contrapaisagem, são comumente caracterizadas pela representação social de degradação dos morros paisagísticos.



Figuras 2 e 3 – Paisagem e contrapaisagem na orla de Copacabana

Fonte 1: Iphan (2012)



Figura 4 – Vila Santo Amaro - Vista do Parque das Ruínas. Santa Tereza, Rio de Janeiro, 2012

Fonte: Leandro Neumann Ciuffo, Flickr. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/leandrociuffo/7958686532/>>.

Imagem licenciada: Creative Commons Attribution 2.0 Generic (CC BY 2.0).

No entanto, em certa medida, as favelas têm sido transformadas em um dos destinos turísticos cariocas através da prática do *favela-tour*, o que envolve uma dupla condição associada à paisagem turística: por um lado, as remoções que levam à expulsão de moradores sob o argumento de irregularidades da ocupação e uso do solo; por outro, estimula os investimentos turísticos em áreas favelizadas e oculta o “texto visível” de símbolos e materialidade de poder estatal, financeiro e midiático das ações do poder público em torno das remoções, ao privilegiar certos lugares de visita dentro das favelas para promover o turismo. Como nota Fortuna (2012, p. 33), a sensação “de se ‘pertencer’ e compartilhar uma comunidade e uma determinada ‘experiência’ coletiva. Mesmo quando essa ‘experiência’ se enuncia como sinal de perda cultural e afronta à democracia e à dignidade humana”. Para o autor, essa condição incorre em um “incontido *voyeurismo*” em visitar a “pobreza turística” (ibid.). Da zona Sul à zona Portuária, diversas comunidades de baixo poder aquisitivo, como Pavão–Pavãozinho, Vidigal, Rocinha, Morro da Providência e o Morro do Alemão, residentes em áreas consideradas com vista paisagística privilegiada e com a presença das UPPs, viram seus espaços cotidianos sendo apropriados pelos processos de turistificação da vida cotidiana (van der Duim, 2007).

Essa relação entre patrimônio, sustentabilidade e desenvolvimento econômico tem sido associada às políticas urbanas voltadas às práticas de revitalização dos centros históricos e áreas portuárias, mas com o conceito de paisagem cultural não se perdem de vista as áreas de interesse para a valorização paisagística. Podemos afirmar que essa mediação da economia de mercado vincula os processos de mudança das identidades urbanas às inovações dos bens culturais em oferta. Tanto podem ser comunidades étnicas, centros históricos ou simplesmente as paisagens culturais em que suas incidências identitárias são recursos para o *branding* publicitário (Jaguaribe, 2011), na construção dos lugares turísticos onde a vida cotidiana e as retóricas atribuídas aos bens patrimoniais parecem fundir-se, ocorrendo constante reprodução, modificação e apropriação para novos usos. Para Jaguaribe,

Dos ideários de cosmopolitismo e modernidade expressos pelas comemorações do Centenário de 1922 aos preparativos para as Olimpíadas de 2016, o Rio de Janeiro transformou-se de uma cidade periférica em uma metrópole em busca de uma nova configuração.

A favela tornou-se *trademark*, a cultura popular e midiática suplantou os ideários da cidade letrada Belle Époque, e a espetacularização do espaço público se consagra não mais como tarefa civilizatória ou cenário do nacional, mas enquanto oferta cultural e formas de consumo globais. (Ibid., p. 345)

Diante das interfaces e das liminaridades que as políticas urbanas estão estruturadas, pelo mercado e para ele, as intervenções ocorrem mediante a atribuição do “valor de consumo” dos bens (do patrimônio, lugares, formas de vida, etc.) que o compreende como suposto de valores de troca e de uso não somente na aquisição imediata dos bens, mas pela dimensão cultural da economia e pela valorização simbólica desses bens pelas práticas de consumo. Isto abrange os processos de mudança nas dimensões materiais e imateriais da vida cotidiana, cada vez mais intermediadas pela cultura de consumo. Dessa forma, as políticas de patrimonialização e de valorização paisagística orientam-se pelas práticas de mercado e revelam-se na “generalização” de casos de enobrecimento urbano, através da espetacularização das paisagens, dos espaços e da cultura (Leite, 2010; 2015) tanto dos espaços patrimoniais, quanto das localidades mais desfavorecidas, nesse caso, as comunidades favelizadas em morros paisagísticos.

Considerações finais

A concorrência dentro da cidade não escapa às pressões globais das mudanças no mundo do consumo. Os gestores do Rio de Janeiro, ainda que não reordenem os problemas mais iminentes da cidade, veem-se comprometidos a recompor seu cenário com o deslocamento das ações de proteção da paisagem em sentido integrado para uma expressa e opulenta política de valorização paisagística, de revitalização urbana e de criação de novas paisagens turísticas na área central e na zona Portuária. Essas questões merecem nossa atenção crítica, pois expressam a problemática sobre o suposto futuro urbano sustentável carioca, assim como o suposto desejo de tornar a cidade um patrimônio mundial.

A PCRJ realizou parcerias com os setores privados nacionais e internacionais e utilizou altos investimentos financeiros para consolidar as políticas urbanas sustentáveis, sendo esses investimentos, apesar das definições das Apacs, promotores de forte especulação na expansão ou renovação imobiliária das áreas

consideradas paisagísticas. Para os administradores da cidade, sediar as Olimpíadas, por exemplo, tornou-se a oportunidade de demarcar, na trajetória do urbanismo carioca, um legado próprio de transformações urbanas, ao passo que confirmaria o valor patrimonial da paisagem cultural como o resultado das ações e das práticas sociais de desenvolvimento urbano, de características históricas e dos usos dos espaços que a compõem.

Tais processos se tornam formas de intervenção urbana em que se sublinham como características centrais as políticas de revitalização urbana que, em casos mais específicos, tencionam ao enobrecimento urbano ou, simplesmente, à turistificação da vida cotidiana. Essas práticas reinventam as imagens urbanas e se orientam para a recomposição turística das cidades promovida pelos setores empresariais, publicitários, promotores de eventos, pela mídia especializada na televisão e pelas redes sociais. Com essas características é que se enuncia a plural, senão conflitiva, relação do consumo cultural com a recomposição identitária e paisagística da cidade do Rio de Janeiro. No entremeio desse conflito, continua, ainda, o propósito de vencer as favelas, seja pela exclusão de suas áreas no mapa turístico e social da cidade, seja através da transformação da contrapaisagem em paisagem turística.

Referências

- BARBOSA, J. L. (2012). “Paisagens da Natureza, Lugares da Sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como ‘cidade maravilhosa’”. In: SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L. e FAUSTINI, M. V. (orgs.). *O novo carioca*. Rio de Janeiro, Mórula Editorial.
- BITAR, N. P. (2016). Projetos urbanísticos, mercados populares e processos de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, pp. 263-284.
- BROUDEHOUX, A. M. e MONTEIRO, J. C. C. dos S. (2017). Reinventing Rio de Janeiro’s old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 19, n. 3, pp. 493-512.
- CARLOS, C. A. S. L. (2008). *Áreas de proteção do ambiente cultural (Apac): Da idealização à banalização do patrimônio Cultural carioca*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ.
- COSTA, L. C. N. e SERRES J. C. P. (2016). Paisagem Cultural: discussões contemporâneas por um (novo) olhar para o patrimônio cultural. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 52, n. 1, pp. 35-44.
- DINIZ, N. (2014). *Porto Maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- FORTUNA, C. (1997). “Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora”. In: FORTUNA, C. (org.) *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta.
- . (2012). Patrimônio, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v. 97, pp. 23-40.
- GUIMARÃES, R. S. (2012). De monumento negro a território étnico: os usos do patrimônio cultural na produção de espaços urbanos diferenciados. In: TAMASO, M. I. e FILHO, M. F. L. (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília, Associação Brasileira de Antropologia.
- . (2016). O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, pp. 149-168.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (2012). Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar. *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade*. Brasília, Iphan.
- JAGUARIBE, B. (2011). Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 18, n. 2, pp. 327-347.
- LEITE, R. P. (2010). A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 25, n. 72, pp. 73-175.
- . (2015). Cities and Gentrification in Contemporary Brazil. *Current Urban Studies*. v. 3, n. 3, pp. 175-186.
- MALTA, E. (2015). *Políticas urbanas de patrimonialização e consumo: a paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. São Cristóvão, PPGS/UFS.
- . (2017a). Consumindo paisagens: patrimônio cultural, turismo e enobrecimento urbano no Rio de Janeiro. *TOMO*. São Cristóvão, n. 31, pp. 91-134.
- . (2017b). Patrimonialização, sustentabilidade e consumo: a recomposição da paisagem cultural do Rio de Janeiro. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 53, n. 3.
- MATTOS, R. C. (2014). Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. *Outubro*, n. 21, pp. 171-190.
- OLIVEIRA, C. I. C.; RIBEIRO, L. B.; REY, O. G. e WILKE, V. C. L. (2012). “Pedra do Sal e samba na fonte: samba de raiz em um espaço fundador na perspectiva das paisagens culturais”. In: TAMASO, M. I. e FILHO, M. F. L. (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília, Associação Brasileira de Antropologia.
- PIO, L. G. (2013). Cultura, patrimônio e museu no Porto Maravilha. *Revista Intratextos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, pp. 8-26.

- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (2011). *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro*. Lei Complementar n. 111/2011. Rio de Janeiro, PCRJ.
- _____. (2012). Decreto n. 35.879 de 5 de julho de 2012.
- RIBEIRO, R. W. (2007). *Paisagem cultural e patrimônio*. Brasília, Iphan/Copedoc.
- _____. (2011). “Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para formação de políticas de patrimônio”. In: CUREAU, S.; KISHI, S. A. S.; SOARES, I. V. P. e LAGE, C. M. F. (orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade de proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte, Fórum.
- STEIKER-GINZBERG, K. (2014). Morar carioca: o desmantelamento do sonhado programa de urbanização para as favelas. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=12410>>. Acesso em: jul. 2017.
- UNESCO. (2012). *Committee Decisions (36^a Convention): Cultural Properties - Rio de Janeiro, Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea (Brazil)*, WHC.12 /36.COM /19. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/decisions/4813>>. Acesso em: out. 2012.
- VAN DER DUIM, R. (2007). Tourismscapes. An Actor-Network Perspective. *Annals of Tourism Research*. v. 34, n. 4, pp. 961-976.
- ZUKIN, S. (2000). “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: ARANTES, A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.

Notas

1. Tradução minha de “*process implies the recognition of forms of interaction based on the consumption and presupposes [...], electing assets with the potential to meet the expectations for a financial return on the substantial investments made by the private sector*”.

2. A recorrência de notícias como “Folhetos distribuídos a turistas que chegam ao Rio não mostram favelas”, em que o Jornal *O Globo*, em 11/9/2017, revela ações da RioTur em ocultar as favelas do mapa turístico do Rio. Apesar de ser uma decisão política, a alegação é que foi uma decisão baseada em critérios técnicos.

3. Para detalhes, ver o documento Convenção Europeia da Paisagem. Convenção de Florença de 2000.

4. No Brasil, as localidades consideradas Paisagem Cultural são bens naturais: o Parque Nacional do Iguaçu (1986); as Reservas de Mata Atlântica do Sudeste e as Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento (1999); o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e o Parque Nacional do Jaú (2000); os Parques Nacionais de Chapada dos Veadeiros e das Emas (2001).

5. A elaboração da proposta foi coordenada pelo Iphan por meio do decreto n. 127, de 30 de abril de 2009, e contou com a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Roberto Marinho.

6. Após o título do Rio de Janeiro em 2012, no ano de 2016, a Unesco declarou o Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte (MG), Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno. Tal consideração importa-nos à argumentação, como veremos, sobre a patrimonialização dos bens modernistas brasileiros. Além disso o Sítio Arqueológico do Valongo, no Rio de Janeiro (RJ), foi declarado Patrimônio Cultural e parte da Rota dos Escravos pela Unesco, em 2017, e representa o primeiro sítio de matriz africana reconhecido no Brasil.

7. Um dos expoentes dessas intervenções foi a demolição do Morro do Castelo entre 1920 e 1922, sob a justificativa em combater as condições precárias de higiene, a degradação e a favelização do Centro. No final da década de 1950, ocorreu o desmonte do Morro de Santo Antônio para a construção do Aterro do Flamengo (Malta, 2015).

8. Criado pelo decreto n. 35.879 de 5 de julho de 2012, após a nomeação da cidade como Patrimônio da Humanidade.

9. A partir dos anos 1980, iniciou-se o processo de reestruturação urbana do Rio de Janeiro, planejado para gerar intervenções urbanas para preservação e inovação dos usos do patrimônio histórico e cultural. Nesse período, após efetivados o Projeto Corredor Cultural (política municipal de proteção do ambiente urbano implementada entre os anos de 1979 e 1987) e o projeto Sagas (1983-1988), a PCRJ instituiu as primeiras Áreas de Proteção Ambiental (APA) ainda na década de 1980, com ações direcionadas nos bairros portuários (Saúde, Gamboa, Santo Cristo), parte do Centro e no bairro Santa Teresa (Malta, 2015; Guimarães, 2016). Tais intervenções foram associadas ao desenvolvimento urbano e econômico da cidade, principalmente seus espaços históricos. Esse processo foi modificado e acelerado após a instituição das primeiras Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (Apac), terminologia que aparece pela primeira vez no Plano Diretor Decenal de 1992 e abrange tanto os espaços naturais quanto os urbano-culturais.

10. O Projeto Porto Maravilha, criado pela lei municipal n. 101 de 2009, é uma Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio, na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU). A execução das obras e a prestação de serviços públicos de constru-

ção e renovação das redes de infraestrutura urbana são realizadas pela Concessionária Porto Novo até 2026. A gestão e a fiscalização das obras ocorrem pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), instituída pela lei complementar 102/2011.

11. O índice de caminhabilidade é realizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP-Brasil) em parceria com o IRPH. Mais detalhes em: <<http://itdpbrasil.org.br/indice-de-caminhabilidade/>>. O mapeamento dos vazios urbanos é uma realização de censo com a identificação e a caracterização de imóveis vazios e subutilizados. Mais detalhes em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/exibeconteudo?id=6588530>>.

12. Refiro-me ao imaginário do Brasil Modernista do início do século XX, quando foi projetado o cenário paisagístico da já tradicional imagem da “Cidade Maravilhosa”. Paisagens como a orla de Copacabana e o Parque do Flamengo sempre foram, ao lado da Floresta da Tijuca, Jardim Botânico, Morro do Pão de Açúcar e do Corcovado, ícones que compuseram as imagens urbanas cariocas publicizadas.

“LICENÇA QUEM ME DÁ SÃO MEUS ORIXÁS!”. ESPETACULARIZAÇÃO URBANA E ANTINORMATIVIDADES EM SALVADOR DA BAHIA

Ewerthon C. de Jesus Vieira

IFET-Ilheus/Bahia

Introdução

Desde as últimas três décadas do século XX, notadamente em virtude da reorientação do modo de produção capitalista, em menor ou maior grau, a forma de conceber e intervir nas cidades tem se modificado (Harvey, 1994; Zukin, 1995; Matarasso, 2009; Vainer, 2009; Maricato 2009; Arantes, O., 2009). Sob essas alterações, as características mais tradicionais que dimensionavam a vida urbana, vinculando-a à industrialização, maiores oportunidades de trabalho, aumento de serviços e infraestrutura, são crescentemente questionadas. Nessa ótica, a regulação dos espaços passa primordialmente a mediar deveres e restringir direitos. Especialmente planejada e produzida para transformar os usos públicos em seletivos *espaços de consumo*¹, as cidades especulam atratividades destinadas a angariar investimentos financeiros e mercado turístico, em detrimento do conjunto político de direitos fundamentais, como moradia, transporte, educação e saúde.

Este texto busca desenvolver, a partir da tese doutoral de Vieira (2016), um escopo analítico mais geral, considerando como fundamento empírico específico a relação entre as políticas urbano/culturais e a reinvenção da imagem de consumo da cidade de Salvador-BA, durante o contexto de preparação e realização dos megaeventos esportivos da Fifa no Brasil (2013-2014). Interessa especificamente apresentar a noção de cidade espetacularizada, com ênfase nos mecanismos de regulação e contraposição antinormativa².

Nessa perspectiva, objetiva-se analisar as características da mercantilização urbana, sistematizando-a enquanto um normativo processo de *espetacularização*³, capaz de comportar as *estratégias* (Certeau, 1998) de *apropriação empreendedora* e suas irreverentes *táticas* (ibid.) de *reapropriações culturais*. Nossa interpretação sugere compreender que o uso dado à noção de cultura local – quer dizer, bens, costumes e fazeres

sociais – é racionalizado através da mediação imagética que comporta o reconhecimento abstrato de uma suposta representação da cidade. Assim, a histórica ideia de *terra da alegria e berço da civilização brasileira* de Salvador da Bahia foi reinventada pela positivada marca da *diferença* experimentada. Não obstante, o imperativo *slogan* “Salvador, você sente que é diferente”, enunciado primordialmente pela Prefeitura Municipal de Salvador nos últimos três anos, não é por isso somente uma idealização do *city marketing* contemporâneo. Ao se materializar na promoção de alguns poucos promotores culturais, o fenômeno complexifica-se em face dos limites das condicionantes mercadológicas e das astúcias de sobrevivência e resistências de seus atores ordinários. Tanto nos emblemáticos casos das baianas de acarajé, quanto dos vendedores informais, “ambulantes”, exemplificam-se formas de apropriação e reapropriações em torno da cultura espetacularizada.

De modo geral, a espetacularização caracteriza-se fundamentalmente por intervenções especulativas e/ou superficiais estabelecidas em detrimento de políticas estruturais relativas ao conjunto de *direito à cidade* (Lefebvre, 2008), sobretudo das camadas populares mais empobrecidas. Apesar de se constituir pela égide da valorização da cultura e do desenvolvimento socioeconômico local, as *apropriações culturais espetaculares* tendem a simular a própria atividade humana de acordo com o funcionamento normativo da produção capitalista. A depender de cada situação verificada, essa regulação e normatização, operacionalizadas pela *política às avessas*⁴, tendem a ser, em menor ou maior grau, tensionadas por *reapropriações culturais*. No limite, elas não eliminam a lógica produtiva do espetáculo, apesar de incidirem na destituição do consenso que forja o espectro político-gerencial da espetacularização urbana.

Cidade espetacularizada

O que frequentemente passou a ser identificado como processo de reestruturação urbana, sobretudo a partir da década de 1970, reflete também fenômenos acerca das transformações urbano/culturais das cidades e suas lógicas particulares de mercantilização. Debruçados sobre essas inquietações, investigamos à luz de algumas das características sistematizadas por Debord (1997), em *A sociedade do espetáculo*, como a representação pode ser entendida como necessidade material da experiência vivenciada por mediações imagéticas.

Segundo Debord (ibid.), a vida social não é só a vida do capital e da sua forma mercadoria, mas é também o conjunto de *espetáculos*, que assumem a face necessária das mercadorias, soberanizadas nas relações sociais. Logo, as práticas culturais, *a priori*, carregadas de significados e sentimentos de pertença, tradição, história e modo de vida, acabam hoje, sob o império das indústrias culturais, precisando servir para um fim específico. Na lógica capitalista, isso quer dizer que já assumiam, naquele contexto de final dos anos 1960, uma função de geração de renda, condição econômica de sobrevivência ou manutenção de consumo. Para uns, trata-se de uma *sobrevivência marginal* perversamente inserida na lógica da produção. Para outros, é a forma encontrada para a expansão da geração de mais valor.

O espetáculo (ibid.), que opera sob a lógica da separação e da mediação da imagem, é a necessária maneira sob a qual a mercadoria aparenta ser, atraindo aqueles que não podem mais viver a experiência concreta de vida e somente vivem sua representação. Ele é, portanto, a representação da vida social na forma mercadoria. Nessa condição, a realidade não é negada em si, mas subordinada por experiências dissimuladamente invertidas. Por isso, o real ocorre em um tempo distinto, atrasado. Assim, segundo Debord (ibid., p. 16), “no mundo *realmente invertido*, a verdade é o momento do que é falso”. A reflexão sugere que a realidade é apresentada numa temporalidade dissimuladamente espontânea, por isso ela é o inverso do que aparenta ser. Todavia, vale ressaltar que a caracterização tecida a partir de Debord não se refere ao “espetáculo” enquanto manifestação genuína da humanidade. Não se trata aqui de se opor à necessidade de expansão da apropriação da vida por meio da arte, da cena e suas

representações (Clavel, 2006; Fortuna, 2013), mas de perceber que tudo isso convive sob o jugo das relações de mercado (Debord, 1997; Jameson, 2006).

Dessa maneira, vale ressaltar que a leitura que baseia nossa apropriação da crítica tecida por Debord, a partir do conceito de *espetáculo*, não diz respeito ao exercício de falsificação da relação opositiva entre “aparência-essência”, “vida-representação”. Trata-se de observar como as atividades humanas (eu diria, especificamente, as práticas culturais) precisam, para existir (sobreviver), inserir-se na lógica de valorização do valor, ou seja, a lógica da mercadoria, que tem no atual estágio do capitalismo a expressão do *espetáculo*. Dessa forma, ainda que os atores (produtores culturais) se identifiquem nas suas práticas culturais, elas não mais se bastam em si, pois agora precisam atender a um ordenamento maior, o qual Debord caracterizará como *espetáculo*.

De maneira mais ampla, a crítica do autor baseia-se na constatação da subordinação das outras esferas sociais da vida à esfera econômica, pois esta se autonomiza para subjugar por completo a vida humana. Interessa, portanto, em corroborar a essa argumentação do autor, menos qualificar moralmente a falsidade ou autenticidade do *espetáculo*, e mais identificar o funcionamento que esse processo tem assumido na vida urbana contemporânea.

Não obstante, a nosso ver, é justamente essa caracterização que perpassa os processos de *regeneração urbana* (Ferreira, 2010) e faz dos espaços requalificados, monumentalizações que, pela estética e *performance*, transformam a dinâmica da vida urbana numa *cultura espetacularizada* (Leite, 2010), ou seja, fetichizada para o consumo. A configuração dessa produção é especialmente mais intensa quando as cidades se inscrevem nas lógicas da realização de megaeventos (Delgado, 2007; La Barre, 2013). A cidade que se *figura* (Boyer, 1994) sob esse processo é, em algum grau, resultante de *fraude e miséria* (Delgado, 2007), pois sua projeção idealizada ocorre em detrimento da realidade que se oculta, controla e em certa medida se extermina. A exceção das intervenções militares e alterações legislativas são alguns dos elementos que compõem o pleno estabelecimento da *cidade de exceção* (Vainer, 2011), tornada regra fundamental na gestão dos negócios e do seu avesso, a *barbárie*⁵ (Menegat, 2008).

Todo o conjunto articulado dessas ações, não fortuitamente ocultadas, culmina no processo que concebemos por *espetacularização urbana*: um projeto

normativo de mercantilização da vida urbana a partir da criação de determinados espaços voltados para o consumo. O consumo é, nessa perspectiva, fomentado por uma intencional produção de intervenções humanas e práticas culturais. No entanto, ainda que apresentadas sob a aparência da experiência e da imagem singular de si, essas práticas são, de fato, avessas à atividade humana e política (Rancière, 1996), pois, antes de mais nada, são condicionadas pela geração de valor.

Por essa razão, argumentamos que as políticas urbano-culturais, que (re)constróem imagens de consumo, tendem a se caracterizar por uma espécie de política às avessas, especuladas por uma estética subordinada à lógica do mercado e destituidora das dinâmicas espontâneas existentes nas relações e fazeres culturais locais.

Nesse sentido, o que se pode consolidar não é a emancipação dos fazeres culturais produzidos pelos de baixo⁶ na escala da promoção oficial da imagem da cidade (Fortuna, 1997; Zukin, 2000), muito menos a emergência de sua possível história de repressão ou resistência política crítica, mas sim a lógica de mercantilização do espetáculo que valoriza a cultura na justa medida da valoração mercadológica que lhe for conveniente. Sob esse estatuto, a espetacularização urbana referenda a retórica da oportunidade única e o discutível legado de desenvolvimento socioeconômico local, edificados para uma projeção consensual da cidade,

diante de um contexto de exceção correspondente ao consumo cultural. Conforme a apropriação realizada pelos empreendedores urbanos, os construtores de poder político e econômico existentes em cada cidade, as práticas culturais são submetidas à forma mercadoria necessária ao processo espetacular em questão. Assim também são assimilados alguns atores, produtores locais, enquanto outros são marginalizados ou efetivamente descartados do processo.

De acordo com essa perspectiva, em Salvador observamos como determinados fazeres locais foram condicionalmente promovidos em alguns espaços de consumo. Por exemplo, mesmo sob violentos marcos históricos de escravidão e recorrentes casos contemporâneos de discriminação, referentes a práticas religiosas e festivas com influência de matrizes africanas, duas significativas expressões locais (blocos afro e baianas) estiveram dentro da programação cultural da Fan Fest Salvador (feira oficial da Fifa realizada durante a Copa do Mundo de Futebol).

Se, sob certo ponto de vista, a participação desses atores, durante a Fan Fest, suscita a narrativa de (re)valorização da cultura local no contexto de realização de megaeventos na cidade, sob outra perspectiva de leitura, pode-se argumentar que estas são algumas das práticas e personagens que refletem iconograficamente a capital baiana no âmbito da sua autopromoção turística (Figuras 1 e 2).



Figura 1 – Desfile de Bloco Afro / Fan Fest – Fifa, Salvador, 2014⁷



Figura 2 – Desfile de Baianas de Acarajé / Fan Fest – Fifa, Salvador, 2014

Sob essa condição, afirmamos que o processo de espetacularização se dá mediante a reificação cultural, dissimuladamente estabelecida pela égide da valorização da cultura local, mas efetivamente implementada de acordo com a perversa estética da *beleza do morto* (Certeau, 2011). A partir dessa metáfora, o autor satiriza a forma pela qual a *cultura popular* é valorizada, de tal forma que a existência de determinadas práticas somente é considerada na medida em que aquele que a anuncia a destitui de vida e ordem própria. A *beleza do morto* consiste justamente na compreensão sobre a cultura popular que se nega pela afirmação, ou seja, só é discutida e trazida à tona na condição de usurpada de sua dinâmica e vivacidade. Ela é definida por um exterior que a destitui, tratando-a como coisa e objeto, tão flexível quanto necessária for para o discurso do saber estabelecido: “[...] a cultura popular apreende-se apenas segundo o modo de desaparecimento porque nosso saber se impõe, qualquer que seja o caso, não mais ouvir e não mais saber falar disso” (ibid., p. 73).

Dessa maneira, toda narrativa que diz acompanhar o conjunto dos saberes e significados da cultura popular se dá também mediante o esquecimento de toda forma de violência. O “esquecimento” das revoltas e lutas populares caracteriza a memória narrada em coerência e coesão. O caos e os conflitos são jogados fora daquilo que se lembra.

Vale ressaltarmos que a nossa problematização não é o postulado da falsificação ou demérito da participação de blocos afro e de baianas, mas como essa apresentação reflete uma lógica de *apropriação cultural*, empreendida através de políticas urbano-culturais de cidades que se inscrevem nos processos de *competição interurbana* (Harvey, 1994). Nesse âmbito, o *lugar* e “suas culturas” emergem como forças matrizes para o desenvolvimento capitalista, sempre discursivamente alicerçado na ideia de crescimento local para todos.

A *cidade empreendedora* (Harvey, 2005) deve, portanto, gerar imagens de consumo atraentes, contribuindo com a acumulação flexível do capital e atendendo dissimuladamente a determinadas camadas sociais vinculadas ao poder político governamental e aos investimentos financeiros e imobiliários. O problema dessa lógica, conforme já assinalamos, em acordo com Harvey (ibid.), é que se produzem maior acirramento das desigualdades sociais e destituição de *direitos à cidade*, em nome do fomento ao consumo. Acrescentaria, também, que a objetivização mercantilizada das práticas culturais constitui outro fator resultante da *governança urbana empreendedora*, que definitivamente está mais comprometida com a espetacularização de determinados espaços do que com o estabelecimento de direitos à população mais carente das cidades.

O *espetáculo* funciona, assim, como evidência e ocultação da cultura local, uma vez que, enquanto o

que se evidencia é geralmente caracterizado por uma apropriação superficial da vida urbana, o que se oculta às vezes é visceral para boa parte da população local mais pobre que vivencia a cidade. Dessa maneira, o espetáculo urbano fetichiza a cidade, realizando-se de modo invertido ao que pode se apreender em um primeiro plano ótico: como mercadoria ele não se mostra, não se revela. Oculta-se na festa e na alegria do consumo, enquanto está a reforçar desigualdades mediante o aprofundamento da negação de um conjunto de *direitos à cidade*.

Não obstante, mediante a espetacularização da cidade, conjugam-se novamente as reificadas noções de *festa, alegria, negritude e baianidade* como expressões qualificadoras de uma suposta identidade genuinamente baiana. A própria noção de *referente cultural* (Arantes, A., 2009) volta à tona nessa perspectiva e, num conjunto multitextual, passa a forjar espetacularmente mais uma "ideia de Bahia" (Pinho, 1998). Assim, instituída através de suposta identidade e territorialidade, ela passou a ser reafirmada estrategicamente no contexto excepcional de potencialização da lógica de produção capitalista. Nessa ótica, a nosso ver, os megaeventos não criam a espetacularização, mas dimensionam sua plena realização, na medida em que funcionam como mecanismo de esgarçamento da produção urbana contemporânea.

Regulação e *antinormatividades*

Para entender as apropriações que engendram os processos de espetacularização das cidades, é fundamental compreendermos a dinâmica de sua produção, bem como a forma sob a qual se conformam as regulações normativas e suas destoantes *antinormatividades*. Nessa perspectiva, diante da configuração dos espaços de consumo observados na zona Litorânea, zona Centro Histórico e zona Arena Fonte Nova⁸, especialmente durante o período de realização das Copas da Fifa (2013/2014) em Salvador da Bahia, identificamos que as intervenções urbanas ensejaram apropriações *estratégicas* fundadas no *simulacro* e no *pastiche* (Jameson, 1997; 2006). Na medida em que enunciavam supostas atratividades, configuravam regulações superficiais e especulativas acerca da imagem de consumo da cidade.

O simulacro que se dissimulava na reificada valorização cultural também se espriava através de uma regulação formal dos espaços de consumo, embora

pouco efetiva. Com efeito, conforme verificado em Salvador, apesar de todas as dissimuladas características que constituem os fenômenos de *espetacularização urbana* e sua *especialização* voltada para o consumo cultural, determinadas práticas puderam tensionar o consenso empreendido pela forma reificada dos *construtores oficiais* da imagem da cidade.

A essas práticas contestativas, fundamentadas em algum teor de *antinormatividade*, sugerimos o uso da categoria de *reapropriação cultural*, mediante sua aplicabilidade em quatro tipos de casos⁹ distintos e emblemáticos que pudemos observar durante a pesquisa de campo.

As diferenças identificadas nesses casos permitem-nos classificar as "reapropriações culturais" em: I - reapropriação cultural como *contracena* espetacular; II - reapropriação cultural como empreendimento popular da cultura reificada; III - reapropriação cultural como tática diferencial de comércio; IV - reapropriação cultural mediante a ludicidade crítica do espetáculo.

Em virtude de limites de tempo e espaço, para este texto apresentaremos dois tipos de reapropriações culturais (I e III). A rigor, a classificação que propomos, tomando como referência determinadas situações empíricas, não se invalida nem é necessariamente estanque. Eventualmente, os tipos relacionam-se entre si em um mesmo caso, de modo a ter características reafirmadas ou até contestadas, a depender de cada processo em questão.

Nesse sentido, o esforço de sistematização que fizemos propõe muito mais a oferecer didaticamente um recurso analítico amparado em situações emblemáticas, que reflitam práticas que surgem dentro do processo de espetacularização urbana e que, em algum grau, incidem no (re)ordenamento ou na destituição do consenso espetacular, sem, contudo, implicar alguma restrição produtiva. Conforme veremos, em alguns casos, o reordenamento resultante das reapropriações culturais suscita outras estratégias políticas de gerenciamento do espetáculo, o que provoca, por vezes, a impressão de emancipação e liberdade urbana, através da perversa inclusão de atores que tiveram suas práticas e costumes reificados para o consumo.

Nesse âmbito, iniciamos com a análise da *reapropriação cultural como contracena espetacular*, a partir do caso das baianas de acarajé, na cidade de Salvador. Durante os anos de 2012 e 2013, na emergência da preparação e realização da Copa das

Confederações Fifa Brasil 2013, circulou, na imprensa local, uma denúncia que indicava a possível proibição da venda dos bolinhos de acarajé nas proximidades da Arena Fonte Nova. Em pouco tempo, a notícia multiplicou-se por diversas fontes de comunicação do país, destacando-se em manchetes que aludiam à hipótese sobre a referida proibição, como: “Regra da Fifa ameaça venda de acarajé em jogos da Copa 2014” (*A Tarde Uol Bahia Salvador*, 2012); “Big Mac terá prioridade sobre acarajé na Copa do Mundo em Salvador” (*Bahia Notícias*, 2012); “Fifa quer proibir venda de acarajé para beneficiar McDonald’s na Bahia” (*Sul 21*, 2012); “McDonald’s ameaça acarajé na Copa” (*Sinthoresp*, 2012).

De fato, essa proibição nunca foi oficialmente divulgada, mas, considerando a existência da chamada “zona de exclusividade comercial da Fifa”, abriu-se a possibilidade, legalmente instituída na legislação brasileira (lei n. 12.663/2012), de a entidade só autorizar a venda e a circulação de produtos vinculados aos seus patrocinadores e apoiadores devidamente cadastrados.

A justificativa aparente era que seria preciso atender a requisitos de segurança sanitária. Na tentativa, talvez, de temporizar com a situação, tendo em vista as mobilizações que começavam a germinar, a Fifa divulgou uma nota oficial afirmando que a venda dos bolinhos de acarajé não estaria em si ameaçada, pois, mediante uma concessionária brasileira, licitada, o produto poderia ser escolhido e comercializado dentro dos trâmites que o então “Padrão Fifa¹⁰” exigia (Ancop, 2014). O problema é que, dessa forma, as baianas perderiam o direito de trabalhar de modo autônomo, como fizeram na maior parte de suas histórias. Não estando de acordo com as condições que lhes foram impostas, as baianas, organizadas legalmente através da Abam (Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia), acionaram o Ministério Público, reivindicando autonomia para efetuar as vendas do bolinho de acarajé.

O caso tomou maiores proporções, até que, no dia 5 de abril de 2013, em plena cerimônia de inauguração da Arena Fonte Nova, que contava com a participação de Dilma Rousseff e Jacques Wagner presidente do Brasil e governador da Bahia, à época e do prefeito de Salvador, ACM Neto, cerca de 100 baianas fizeram um protesto contra a Fifa na porta do estádio. Com a curta e direta informação, “A Fifa não quer acarajé na Copa”,

estampada nas faixas erguidas pelas manifestantes, elas distribuíram bolinhos nos semáforos e na avenida principal, localizada no entorno da Arena Fonte Nova.

O fato é que, após as reivindicações, as baianas figuraram como imagem de consumo oficial, empreendida através das narrativas do poder público e dos empresários urbanos ligados ao turismo e às redes comerciais afins. Se, de certa maneira, a condição identitária, patrimonial e histórica desses atores foi apropriada pela lógica da espetacularização urbana, de outra, ela também revelou o exercício da *reapropriação cultural*. Nesse caso, observamos que a *reapropriação* ocorre como *contracena espetacular*. Isso quer dizer que, conforme observou Debord (1997), algumas práticas aparentam ser opostas à lógica espetacular, mesmo sendo efetivamente assimiladas e conformadas ao modo cênico da mercantilização mediada.

Nesse tipo de reapropriação, os atos de protestos protagonizados pelas baianas de acarajé, organizadas através da Abam, produzem uma destituição do consenso espetacular através de reivindicações que reclamam por inclusão e participação na Copa, notadamente no que se refere ao direito de venda dos bolinhos de acarajé nos espaços de exclusividade comercial da Fifa.

O argumento que demanda a inclusão desses atores culturais e seus costumes revela também a concreta reivindicação comercial de indivíduos que têm a geração laboral dos rendimentos mensais na figuração das baianas de acarajé. Nesse sentido, mesmo quando o que esteve na órbita das narrativas questionadoras foi o argumento de *valorização da cultura* e do *patrimônio imaterial*, tratava-se de um protesto por direito ao trabalho. O que evidentemente não circunstancializa nenhum demérito para esses atores, mas também não implica uma subversão da lógica de produção da espetacularização urbana. Não obstante, foi sintomático observarmos, no decorrer desse processo, que os protestos protagonizados pelas baianas resultaram na absorção parcial de suas demandas. A parcialidade corresponde aqui às próprias condicionantes da mercantilização desse contexto espetacular mais amplo. De fato, durante a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, apenas 12 baianas foram autorizadas a comercializar seus bolinhos dentro da zona de exclusividade comercial. O comércio, que era bastante comum até então na região da areia da praia da zona da Barra, foi proibido desde a Copa.

Já, durante a Fan Fest, realizada também na Orla da Barra, a programação oficial contou com a participação local de duas mulheres que desfilaram à frente

de um trio elétrico. Sem tabuleiro, a identificação de “baiana” configurava-se pelas indumentárias e por uma apresentação estética conveniente à reificação cultural do espetáculo. As pausas para fotografias com visitantes e os largos e duradouros sorrisos expressavam, a nosso ver, o resultado perverso da *reapropriação cultural como contracena espetacular*. Essa tipificação se ampara na reflexão de Debord (1997, p. 24; grifos nossos), especificamente quando ele assinala que “o trabalhador não produz a si mesmo, produz uma força independente. O *sucesso* dessa produção, sua abundância, volta para o produtor como *abundância da despossessão*”.

Sob outras características, a *reapropriação cultural* também pode se estabelecer mediante uma espécie de antinormatividade marginal. Observamos isso a partir da *reapropriação cultural que se realiza como prática diferencial de comércio* (III). A diferenciação que sugerimos aqui ocorre na medida em que determinados atores sociais se relacionam com a espetacularização urbana por meio de restrições a sua sobrevivência. Isso quer dizer que, para alguns indivíduos, a condição de se manterem vivos perpassa a forma sob a qual eles convivem com a lógica da mercantilização cultural que inscreve a cidade em que eles vivem. Nesse sentido, a *reapropriação cultural como prática diferencial de comércio* acaba se constituindo também em uma prática coexistente à forma mercadoria. Seu caráter fundamentalmente político expressa possibilidades de reivindicações de acesso à lógica da mercantilização em curso, não porque sejam as baianas ou os ambulantes um nicho empresarial da cidade, mas porque, em menor ou maior grau, reclamam pelo direito básico à sobrevivência marginal.

Numa cidade como Salvador, visivelmente marcada pelo trabalho informal¹¹, torna-se ainda mais problemático o dilema de ver que, ao ter se tornado sede dos megaeventos, boa parte dessa população que trabalha com vendas avulsas (nos ônibus ou nas ruas) foi excluída do processo de geração de renda. Nesse caso, o que, do ponto de vista dos construtores, foi chamado de “inclusão” desses atores foi bastante contestável, pois, em tese, para que os ambulantes pudessem atuar nas imediações da zona de exclusividade comercial da Fifa, precisavam pagar à Prefeitura por uma licença e atuar conforme um conjunto de normativas previamente estabelecidas. Com efeito, entre os que efetuaram o cadastro para a obtenção da licença de venda, boa parte afirmou que não estava satisfeita com o que estavam

presenciando. A alegação era de que os produtos obrigatórios a serem comercializados ficaram mais caros, e muitos consumidores estavam preferindo pagar mais barato em outros pontos da cidade, onde, inclusive, poderiam escolher o que consumir, diante da oferta que extrapolava os produtos oficiais da Fifa.

As reapropriações culturais, diferentes dos contra-usos (Leite, 2007), consistem em um enfrentamento político por dentro da espetacularização urbana. Não estando fora, elas acabam sendo assimiladas pelo processo espetacular, ainda que possam obter algum nível de reorientação política na prática da governança do espetáculo. Sendo assim, a reapropriação cultural como contracena espetacular, identificada nas ações das baianas, não diz respeito a uma prática política que se contrapõe à produção capitalista, mas ao exercício de mobilizar mecanismos para sobreviver a ela.

Mesmo com a norma de acesso estabelecida, muitos vendedores adentraram os espaços de exclusividade comercial sem terem adquirido a licença da Prefeitura. Seja pela condição própria de sobrevivência marginal, em não ter como pagar pelo alvará de autorização seja por não julgarem justo, eles usaram *antinormativamente* o espaço projetado pelas regras da *espetacularização urbana*. A noção de *antinorma* aqui não diz respeito a uma intencionalidade deliberada de afronta, mas sim a uma conformação dos espaços e suas regulações mediante usos inadequados ou destoantes da unidade consensual da imagem espetacularizada. Trata-se, portanto, de uma espécie de variação normativa da conduta que é assimilada e tolerada pela norma.

A venda não autorizada ocorria inicialmente de maneira bastante cautelosa. Durante os dias de jogos, na Arena Fonte Nova, a quantidade de policiais era de fato impactante, o que gerava, nesses vendedores, receio em ter a mercadoria não autorizada apreendida. Para “José”, ambulante há mais de 30 anos, ser cobrado para trabalhar era um absurdo. Ele estava atuando como vendedor sem alvará¹², mas relatou que estava apreensivo com a possibilidade de ter sua mercadoria apreendida pelos fiscais da Prefeitura. Por isso, diferentemente dos outros vendedores¹³ que tinham a licença da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), as bebidas que ele trazia eram colocadas em uma discreta sacola plástica branca, com um pouco de gelo. Dessa maneira, sua *tática* (Certeau, 1998) era caminhar aos poucos. Assim, ele ia se aproximando mais e mais da frente da

Arena Fonte Nova, sempre abordando os turistas e torcedores que passavam andando em direção ao estádio (Figura 3).



Figura 3 – Ambulantes no entorno da Arena Fonte Nova, em jogo da Copa, em Salvador-BA

As táticas¹⁴ operadas pelos ambulantes não licenciados pela PMS para realizar o trabalho não se encerravam apenas na forma de transportar a mercadoria e de percorrer os espaços da zona da Arena Fonte Nova, mas também se vinculavam aos preços cobrados pelos produtos. Assim, José afirmava:

Quando é pra alguém de fora, eu cobro R\$ 3,00 na água. Pra os de dentro é R\$ 2,00. [...] Eu estou trabalhando, não estou roubando ninguém. Por isso que não pago e nunca vou pagar licença nenhuma, oxe! Minha licença quem me dá são meus Orixás e Deus, né prefeitura nenhuma não!¹⁵

O risco de perder tudo era enfrentado pela necessidade material de ter que angariar algum dinheiro, já que praticamente toda a cidade estava voltada para a realização dos jogos da Copa. Em frente ao calçadão do Dique do Tororó, moradores da encosta do bairro Vasco da Gama também tentavam aproveitar a relativa permissividade dos órgãos de fiscalização quanto à venda de produtos por ambulantes não licenciados.

Com caixas térmicas de isopor, eles ofereciam bebidas e alguns petiscos, sem serem abordados, mesmo com a presença de policiais militares na área (Figura 4).

Com esses tipos de *reapropriações culturais* analisados, observamos que os casos relatados demonstram muito mais do que um “cenário” plenamente resultante do projeto espetacular. Eles sugerem, portanto, uma percepção, em que confluências, desencontros, descompassos e conflitos das mais diversas “experiências corporais”, realizam-se. Em cada exemplo evidencia-se uma série de elementos reais e empíricos que só pode ser compreendida se apreendermos a análise da espetacularização como um *processo* complexo, sob o qual se dinamiza o protagonismo de atores sociais, bem como sua reificação cultural.

Dessa maneira, a noção de *reapropriação cultural* que sugerimos é eminentemente política e está circunscrita à *espetacularização urbana*, mesmo quando se apresenta de modo opositivo ao funcionamento gerencial do espetáculo. Com efeito, sua incidência atinge, em menor ou maior grau, um dos atributos que constituem a espetacularização, que é a característica



Figura 4 – Moradores do Vasco da Gama, em dia de jogo da Copa na Arena Fonte Nova, Salvador-BA

consensual forjada pelo exercício da *política às avessas*. Sob intensidades e formas distintas, as *reapropriações culturais* são capazes de destituir a configuração do consenso espetacular, ao enunciar outras imagens da cidade.

O dissenso apresentado, seja na contestação mais incisiva, seja no protagonismo cultural retomado, não destitui a lógica produtiva do espetáculo, mas reorienta-a, de modo a estabelecer determinadas concessões e *estratégicas* assimilações. Ao realizar-se por dentro da *espetacularização urbana*, no limite, as *reapropriações culturais* funcionam em situações que tensionam seu ordenamento funcional, mas não impedem sua (re) produção. Sob essa caracterização analítica, é possível apreender aspectos que se circunstancializam nas relações, eventualmente abordadas unilateralmente, entre as ações de poder *estratégico* (*construtores e empreendedores urbanos*) e aquelas advindas do *saber dos de baixo*, no sentido *tático* enunciado por Certeau (1998).

Considerações finais

Diante do exposto, é possível asseverar que a cidade espetacularizada comporta características específicas dentro do espectro maior da mercantilização urbana, qualificada em ascendência desde os marcos históricos da reestruturação urbana da década de 1970. Ainda que sua existência seja fundada na condição

resultante da visibilidade de determinados atores e fazeres locais, em face da apreciação e consumo de outros, a promoção que caracteriza a lógica de espetacularização da cidade, cada vez mais geral na contemporaneidade das cidades capitalistas ocidentais, não ocorre enquanto pleno resultado do direito à cultura e sua valorização. Antes, trata-se aqui de um complexo processo de valoração urbano-cultural, condicionado pelas perversas características da forma cultural adequada aos investimentos financeiros e atratividade turística.

Entretanto, em face das regulações promovidas e antinormatividades conformadas pela espetacularização urbana, torna-se preciso problematizar, além da prática cultural, quais atores devem, ou não, caber na cidade espetacularizada. Trata-se, pois, de questionar por que eles efetivamente precisam se inscrever nessa lógica. Ademais, sem efetivamente considerar a esfera produtiva do espetáculo, a dualidade inclusão/exclusão tenderá a coexistir.

Referências

- ARANTES, A. (2009). “Patrimônio cultural e cidade”. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina.
- ARANTES, O. (2009). “Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis, Vozes.

- BOYER, M. C. (1994). *The city of collective memory. its historical imagery and architectural entertainments*. Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology.
- CERTEAU, M. de (1998). *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes.
- (2011). *A cultura no plural*. 7. ed. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, Papirus.
- CLAVEL, M. (2006). “Cidades e culturas”. In: JEUDY, H.-P.; JACQUES, P. B. (orgs.). *Corpos e cenários urbanos*. Salvador, Edufba.
- DEBORD, G. (1997). *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DELGADO, M. (2007). *La ciudad mentirosa. Fraude y Miséria del “modelo Barcelona”*. Barcelona, Los Libros de la Catarata.
- FERREIRA, C. (2010). Cultura e regeneração urbana: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades. *Tom. Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Dossiê Cidades*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, ano XII, n. 16, jan./jun, pp.19-26.
- FORTUNA, C. (1997). “Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora”. In: FORTUNA, C. (org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras/PT, Celta.
- (2013) “A cidade como palco. Precisamos mais teatro!”. In: FORTUNA, C. et al. *Cidade e espetáculo: a cena teatral luso-brasileira contemporânea*. São Paulo, Educ.
- HARVEY, D. (1994). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4. ed. São Paulo, Loyola.
- (2005). *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Slak. São Paulo, Annablume.
- JAMESON, F. (1997). *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo, Ática.
- (2006). “Cultura e capital financeiro”. In: *A virada cultural. Reflexões sobre o pós-moderno*. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LA BARRE, J. de (2013). Choque de futuro: Rio dos megaeventos. *Revista O Social em Questão*. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 29, pp. 43-68.
- LEFEBVRE, H. (2008). *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo, Centauro.
- LEITE, R. P. (2007). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2. ed. Aracaju, EdUFS/ Campinas/SP, Editora da Unicamp.
- (2008). “Image making: notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas”. In: LEITE, R. P. (org.). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*. Aracaju, EdUFS.
- LEITE, R. P. (2010). A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 25, n. 15, pp. 73-88.
- MARICATO, E. (2009). “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis, Vozes.
- MATARASSO, F. (2009). “A place in the city. Recognising creative inclusion”. In: *Paper to the Creative Communities Conference, Surfers Paradise*. Australia.
- MENEGAT, M. (2008). Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? *Revista Praia vermelha - estudos de política e teoria social*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, pp. 146-177.
- PINHO, O. de A. (1998). A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 36, fev, pp. 1-13.
- RANCIÈRE, J. (1996). *O desentendimento. Política e filosofia*. Tradução de Angela Leite Lopes. São Paulo, 34.
- SÁNCHEZ, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada de século: Agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, jun, n. 16, pp. 31-49.
- VAINER, C. (2009). “Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. 5. ed. Petrópolis, Vozes.
- “Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO (ANPUR). *Anais...* Rio de Janeiro.
- VIEIRA, E. C. J. (2016). *Espetacularização da cidade e (re) apropriações culturais: políticas urbanas e as novas imagens de consumo de Salvador-BA*. Tese de doutorado. São Cristóvão/SE, PPGS-UFS.
- ZUKIN, S. (1995). *The cultures of cities*. Cambridge, Blackwell.
- ZUKIN, S. (2000). “Paisagens urbanas pós-modernas: maapeando cultura e poder”. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas/SP, Papirus.

Sites consultados

- ANCOP (2014). Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. Disponível em: <https://www.kooperation-brasilien.org/de/kick-for-one-world/aktuelles/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

- A TARDE UOL BAHIA SALVADOR (2014). Regra da Fifa ameaça venda de acarajé em jogos da Copa 2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1457744-regra-da-fifa-ameaca-venda-de-acaraje-em-jogos-da-copa-2014>>. Acesso em: 6 dez. 2012.
- BAHIA NOTÍCIAS (2012). Big Mac terá prioridade sobre acarajé na Copa do Mundo em Salvador. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/123845-big-mac-tera-prioridade-sobre-acaraje-na-copa-do-mundo-em-salvador.html>>. Acesso em: 6 dez. 2012.
- FACEBOOK (2014). Tambores do Mundo Entretenimento. Disponível em: <https://www.facebook.com/tamboresdomundo2014/info?tab=page_info>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- SINTHORESP (2012). Correio do Brasil – McDonald’s ameaça acarajé na Copa. Disponível em: <<http://www.sinthoresp.com.br/site/acordo-mcdonalds/correio-do-brasil-mcdonalds-ameaca-acaraje-na-copa>>. Acesso em: 6 dez. 2012.
- SUL21. Fifa quer proibir venda de acarajé para beneficiar McDonald’s na Bahia. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/fifa-quer-proibir-venda-de-acaraje-para-beneficiar-mcdonalds-na-bahia/>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

Notas

1. Por *espaços de consumo* entendemos aqui a apropriação de localidades, que podem ser, a princípio, *espaços públicos* ou *lugares* (Leite, 2007), a partir da incidência tanto de intervenções de caráter urbanístico, quanto de representações imagéticas criadas com o intuito de produzir consumo, sobretudo sob a forma de lazer.
2. Apesar da noção de antinormatividades vincular-se a algum nível de contraposição da norma, aqui nos referimos não à fragilidade da produção normativa, mas à sua reacomodação gerencial-política.
3. Essa categoria é definida aqui a partir de uma apropriação da ideia de *espetáculo*, de Debord (1997), e *espetacularização da cultura*, de Leite (2008). Diz respeito, portanto, a um processo normativo de tornar a cidade suscetível a investimentos financeiros e práticas de consumo, notadamente vinculados ao mercado turístico. Através da construção de *espaços de consumo* e reificação cultural das práticas e costumes locais, empreende-se uma mediação imagética da cidade forjada pela mercantilização urbano-cultural.
4. Essa categoria é sugerida como forma explicativa à lógica gerencial que circunscreveu a *espetacularização da cidade* de Salvador no contexto de preparação e realização das Copas da Fifa. Em diálogo com a noção de *política*, desenvolvida por Rancière (1996), argumentamos que o caso analisado revela o avesso da participação e concessão de direitos a determinadas camadas sociais da população da capital baiana, na medida em que a retórica da *oportunidade única* e do *desenvolvimento socioeconômico* local contribuiu para formar, do ponto de vista dos *construtores oficiais da cidade*, uma imagem de consumo atrativa ao mercado turístico e financeiro.
5. No limite, conforme assinala Menegat (2008), a gestão da barbárie corresponderia aos últimos recursos políticos utilizados para equacionar problemas estruturais vinculados à lógica soberana da produção capitalista.
6. Referimo-nos, aqui, aos atores sociais que se colocam em um patamar desigualmente distinto na relação com os construtores e empreendedores urbanos, dotados de poder econômico e político institucionalizado.
7. Todas as fotos deste texto são de seu autor e foram tiradas em 2014.
8. Essas localidades foram tipificadas metodologicamente como espaços específicos para a observação direta durante o trabalho de campo. Notadamente, analisamos os usos e a configuração do litoral da Barra, do Pelourinho e Santo Antônio e do Dique de Tororó e seu entorno, mais precisamente a Arena Fonte Nova e as margens do bairro Vasco da Gama.
9. As quatro referências empíricas para a classificação analítica da noção de “reapropriação cultural” são: O caso das baianas de acarajé (I); do bloco afro Tambores do Mundo (II); dos vendedores informais e atores não consumidores nos *espaços de consumo* (III) e dos blocos Pipoca Indignada e Rodante (IV).
10. A noção de “Padrão Fifa” foi uma expressão que tomou significativa e ambígua apropriação conotativa. Por um lado, dizia respeito a um nível mínimo de alta qualidade exigido pela Federação Internacional de Futebol em todos os serviços e infraestruturas necessárias nos locais-sede. Por outro, serviu como sátira à forma como a referida entidade passou a ser soberana no âmbito das decisões política, administrativa e econômica do Brasil, especialmente nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo 2014. Nesta última perspectiva, o país aparece como “nação” subordinada aos ditames externos.
11. Durante boa parte da pesquisa de campo, praticamente em todos os pontos de ônibus, por exemplo, registramos vendedores de diversos produtos (balas, chocolates, doces em geral, bolsas, livros, canetas, chaveiros, etc.) que subiam e desciam, alternando-se a cada parada do ônibus. Além disso, é igualmente notável a quantidade de ambulantes que trabalha durante as principais festividades da cidade, além de circundar os espaços de consumo.
12. Licença municipal obrigatória para o exercício do comércio.
13. A diferença entre os ambulantes regularizados e os não regularizados poderia ser identificada pelo uniforme e material padronizado (como caixa térmica de isopor) que os primeiros utilizavam.
14. Embora a prática de vender o mesmo produto com preços diferenciados possa provocar a impressão de uma extorsão em detrimento de uma contestação política, referimo-nos aqui mais precisamente à característica da astúcia de um uso antinormativo. Nesse sentido, a ação do ambulante conforma-se à lógica de produção do espetáculo, ao mesmo tempo que reflete os desdobramentos das contradições e desiguais oportunidades ofertadas para a população baiana no contexto dos megaeventos.
15. Depoimento de “Sr. José”. Morador e vendedor ambulante na cidade de Salvador. Relato obtido em 16/6/2014.

AQUI E ALI – BH, BRASÍLIA E LISBOA – A AMPLITUDE DOS PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO URBANA

Rachel de Castro Almeida

PUC-Minas

Patrícia Pereira

FCSH-UNL

Sávio Guimarães

UniCEUB

Introdução

Por todo o mundo, as estratégias de intervenção urbana e consequentes processos de gentrificação revelam assimetrias de poder e dominações que reforçam ou reinventam os processos de produção de desigualdades socioespaciais nas cidades contemporâneas.

Iniciativas esparsas conduzidas pelo mercado para a revitalização de zonas centrais nas décadas de 1970 e 1980, nas grandes cidades norte-americanas e europeias, ganharam consubstancialidade de política urbana nos anos 1990, configuradas a partir das técnicas de planejamento estratégico, associadas ao *marketing* urbano e se disseminaram por todos os continentes. Vários estudos indicam que, nessa dinâmica vinculada a uma ideia de enobrecimento, os resultados remetem à produção de um espaço associado às práticas globais de consumo, a alterações nos padrões de sociabilidade, à homogeneização de paisagens comerciais ou residenciais e, especialmente, a um caráter segregacionista.

Nesse contexto, definimos como objeto de estudo as mudanças no comércio urbano, lidas a partir de espaços comerciais de três metrópoles, Belo Horizonte e Brasília, no Brasil, e Lisboa, em Portugal. Com o objetivo de analisar tensões e relações dialéticas entre o local e o global nos processos de gentrificação, mas também de identificar tensões entre gentrificação e resistência, os objetos escolhidos resultaram de uma série de observações continuadas dos autores em seu cotidiano vivenciado em tais cidades. Este trabalho permitirá discutir questões que se encontram na primeira linha do debate teórico e metodológico atual sobre gentrificação, entre outras, a utilização do conceito em contextos distantes daquele (anglo-saxônico/europeu e norte-americano) em que foi produzido e as novas

possibilidades conceituais e teóricas que desenhos de pesquisa verdadeiramente comparativos, como de Bernt (2016), permitirão acionar.

Desse modo, em Belo Horizonte, abordaremos o Mercado Central, um espaço de referência para a população local e regional, que tem sua história associada à própria história da cidade e configura, há décadas, um ponto importante de turismo. Em Brasília, percorreremos as dinâmicas de transformação urbana nas quadras residenciais e comerciais 412/413 e 213/214, da Asa Norte, decorrentes especialmente da implantação do Parque Olhos d'Água, na década de 1990. Em Lisboa, teremos como foco de estudo a área em torno da rua Poço dos Negros, conjunto de ruas estreitas situado entre os bairros da Bica e da Madragoa, no centro histórico da cidade.

Esses três estudos de caso, aqui tomados como objeto de análise, consistem em espaços públicos comerciais que vêm já há algum tempo se evidenciando enquanto fontes instigantes à pesquisa em razão de numerosas transformações constatadas em sua conformação espacial e social e que aqui serão explicitadas num esforço analítico de sistematização do conhecimento que tais espaços e seus usos permitem ser assimilados.

Assim, este artigo é resultado de um trabalho etnográfico, efetuado por uma equipe de pesquisadores, por meio de uma série de incursões nos territórios escolhidos para a análise. O método etnográfico tem a vantagem de evitar aquela dicotomia que opõe o indivíduo e as megaestruturas urbanas, pois a perspectiva de análise “de perto e de dentro” é capaz de apreender os padrões de comportamento, múltiplos e heterogêneos, os grupos, as redes e os sistemas de troca (Magnani, 2002). Portanto, por essa via, as análises deste trabalho recaíram predominantemente sobre as atuais atividades

comerciais, o cotidiano vivenciado em seus espaços, seus principais usuários e suas trocas materiais e simbólicas.

Gentrificação, comércio e sociabilidades urbanas

Com a crescente diversificação e especialização dos serviços nos últimos séculos, edifícios-galeria, ruas comerciais, magazines e *shopping centers* coexistem no espaço, favorecendo as dimensões comerciais das cidades, proporcionando a criação de centralidade. Esses espaços são extremamente potentes, pois tornam-se um *locus* de circulação, de criações e de trocas, tanto materiais quanto simbólicas, efetivadas por meio de pessoas, de produtos e de imagens (Lefebvre, 1999). Profundamente vinculado a essa histórica dimensão das cidades o processo de gentrificação, tradução portuguesa do termo *gentrification* (do inglês *gentry*, pequena nobreza). Foi assim cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, a partir de um de seus estudos de Londres, associando múltiplas questões, como sociabilidade, espaço público e especulação imobiliária, apesar de ser comumente reduzido a uma ideia de enobrecimento urbano.

Cada vez mais as transformações no comércio e os seus impactos nas vivências cotidianas e nos processos de *displacement* são relevantes para pensar a gentrificação. Cocola Gant (2015) considera que a gentrificação comercial faz parte de um processo mais amplo de gentrificação simbólica, em que os principais agentes da transformação não são os novos residentes da classe média, mas os novos espaços e serviços que os atraem. Especificamente, o processo é geralmente marcado por um conjunto de tensões que atuam de forma concomitante em uma mesma centralidade, ampliando o potencial das forças capazes de destruir os conteúdos ali reunidos. Ou seja, é um fenômeno cujas forças são suficientemente potentes para romper as tradicionais práticas de sociabilidade, de trocas materiais e simbólicas e para ameaçar o direito à cidade, especialmente a um conjunto majoritário que é considerado como minoria do ponto de vista dos capitais financeiros e simbólicos.

Esse processo é observado pela presença crescente de práticas globais de consumo, de homogeneização de paisagens comerciais e de relações de sociabilidade que excluem as populações que não têm acesso

ao novo padrão de consumo ou instrumentalizam a sua presença, enquanto sinal de “autenticidade”, conforme sugere Brown-Saracino (2004).

Os espaços comerciais aqui analisados, que não são locais de transações econômicas apenas, são espaços sociais nos quais práticas de sociabilidade urbana são formadas, aprendidas e reproduzidas. Cada local de compras cria sua própria identidade aninhada à percepção de que o mercado é uma cidade, dentro da cidade (Zukin, 2012). Uma vez que, deliberada ou silenciosamente, nesses espaços coexistem cotidianamente tensões que revelam tanto as relações dialéticas entre local *versus* global quanto os processos de *gentrificação* e resistência, eles se tornam especial objeto de pesquisa.

As dinâmicas e as tendências associadas aos processos de gentrificação comercial sublinham as contradições presentes na produção e reprodução das trocas materiais e simbólicas, concretizadas por meio de pessoas, de produtos e de imagens. Nesse sentido, há que se considerar que essas transformações de espaços comerciais impactam nas relações sociais que aí se efetivam, pois o processo de gentrificação acaba por exercer um “filtro social” e passa a integrar um processo de acumulação de capital, com seus respectivos movimentos cíclicos de fluxos de circulação (Mendes, 2014).

Nosso argumento principal está alinhado ao pressuposto de que tais dinâmicas e tendências colocam em xeque a capacidade desses espaços serem o suporte e fazerem parte da construção de uma sociabilidade urbana plural e inclusiva: processo que é produzido e reproduzido cotidianamente por meio da pequena escala de interações sociais; pelo enraizamento da propriedade individual das mais variadas lojas; pelo caráter dos produtos comercializados; pelas tradicionais negociações culturais que acontecem entre lojistas e clientes habituais; além de dois fundamentais princípios da vida urbana -- “familiaridade e estranheza” (Zukin, 2012). A gentrificação comercial, não raramente associada a processos de gentrificação residencial, rompe com as lógicas referidas anteriormente, impactando a vida cotidiana dos utilizadores das áreas comerciais em causa e provocando pressões indiretas de expulsão das populações residentes no entorno (Cocola Gant, 2015). São as características múltiplas dos espaços comerciais urbanos e suas tantas transformações que visamos analisar a partir dos casos escolhidos como objeto.

Belo Horizonte e seu Mercado Municipal

Belo Horizonte, capital mineira, foi inaugurada em 1897 e se distingue como uma das primeiras cidades planejadas no Brasil, sob a égide das inspirações francesas de Hausmann (Paris) e de L'Énfant (Washington), que trazem as marcas do saneamento e de uma ideia de higiene, física e ao mesmo tempo social. Seu projeto, idealizado pelo engenheiro Aarão Reis, previa uma zona urbana (circunscrita pela avenida do Contorno, atualmente a área central), uma suburbana e uma rural (Lemos, 1988).

A partir dos anos 1970, essa área central passa por um processo de esvaziamento social, cultural e simbólico, com o deslocamento das moradias de classe média para outras regiões e, conseqüentemente, a produção de novas centralidades, dirigidas aos estratos sociais mais elevados.

No início dos anos 1990, no Brasil, as grandes cidades passam a elaborar projetos de requalificação urbana – com a restauração dos edifícios e das ruas – para que a região pudesse ser (re)apropriada pela população, o que em alguns casos provocou uma tendência higienista¹ e até mesmo de gentrificação. No entanto, Belo Horizonte parece se distinguir no cenário nacional, pois *“é possível perceber que esse processo alterou a paisagem urbana do centro histórico da cidade sem, contudo, provocar grandes transformações no modo de vida de seus usuários”* (Jayme e Trevisan, 2012, p. 368).

O Mercado Central de Belo Horizonte está localizado nessa área central e, portanto, está susceptível a sofrer demandas em razão das intervenções urbanas, contudo, evidenciamos que, junto a um projeto de requalificação, podem estar agregadas a práticas higienistas ou de gentrificação.

O Mercado Central de Belo Horizonte foi inaugurado em 1929 para suprir as necessidades de abastecimento da cidade e, desde então, tornou-se uma referência para a população local e regional. Com efeito, sua história está associada à própria história da cidade e configura, há décadas, um ponto importante de turismo regional, nacional e até mesmo internacional.

Nesse sentido, este precioso objeto de nossa pesquisa, que de agora em diante será nomeado simplesmente como Mercado, releva, de modo peculiar, a sua capacidade de polarizar fluxos, atraí-los ou dispersá-los, concentrar e aproximar, ao menos fisicamente, uma vasta diversidade de pessoas e atividades. E, ao

mesmo tempo, consoante o movimento dialético, tal espaço é capaz de exibir as forças presentes na centralidade que são capazes de destruir, estilhaçar e até mesmo solapar os conteúdos ali reunidos.

Implantado no centro da cidade, em terreno público, o Mercado instala-se por meio de uma série de barracas que não chegaram a configurar uma edificação. Inicialmente, a gestão das suas atividades e de sua infraestrutura era realizada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, entretanto, em 1964, o então prefeito, Jorge Carone, decidiu vender o terreno onde estava o Mercado, alegando impossibilidade de administração. Nesse momento, alguns comerciantes locais reuniram-se, adquiriram o lote e, em seguida, atendendo à demanda da própria prefeitura, construíram a atual edificação.

Ao longo de mais de um século, o Mercado passou por múltiplas fases em que seu potencial de centralidade foi colocado à prova, pelas próprias tendências e dinâmicas capitalistas associadas ao comércio e abastecimento de gêneros alimentícios. Especialmente a partir da década de 1980, destaca-se a presença dos grandes hipermercados e dos *shoppings centers* que inauguravam um novo estilo de compras e de relação entre cliente e comerciante. Para enfrentar esses desafios, tal espaço físico suportou várias e sucessivas obras de expansão e de adequação, o que gerou, como consequência, uma série de ajustes e adaptações das lojas e dos produtos comercializados, mantendo-se, no entanto, sempre suas principais características em termos de produtos, formas de comercialização e de sociabilidade.



Foto 1 – Vista geral de um dos corredores comerciais do Mercado²



Foto 2 – Vista de uma típica banca de legumes e verduras no Mercado

Historicamente², esse espaço se caracteriza por uma “mistura de religiosidade, cultura popular e tradição pela variedade de produtos existentes e que vai de verduras, frutas, ervas a utensílios domésticos, artesanato e artigos religiosos” (Iphan, 2014). Atualmente, o Mercado conta com 35 laticínios/queijarias, 34 lojas de artesanato, 17 bares/restaurantes, 15 lanchonetes e 4 cafés, 23 mercearias (com venda de frios, bacalhau, frutos secos, etc.), 22 lojas de raízes e ervas, 14 lojas de temperos e condimentos, 16 lojas de frutas, 11 lojas de legumes, 4 lojas de verduras, 7 açougues/frigoríficos/peixarias, 27 lojas de utilidades domésticas, 13 lojas de animais e peixes ornamentais, 14 lojas de produtos naturais, 9 floriculturas, 7 distribuidoras de bebidas, dentre as quais duas comercializam apenas cachaça, e 5 lojas de artigos religiosos. Assim, a história desse Mercado está associada à produção de um rol de patrimônios imateriais vinculados às tradições mineiras, notadamente relacionadas ao artesanato e à alimentação, especialmente os doces, queijos, cachaças, e determinados pratos típicos, servidos em restaurantes e bares, tais como o “fígado acebolado”.

Com relação ao artesanato, o comércio predominante é de artigos para decoração, cujas matérias-primas se sobressaem por serem recursos naturais e minerais da região, como madeira, pedra-sabão, estanho, cabaça, folha de bananeira, palha, dentre outros. Destaca-se um conjunto de lojas de utilidades domésticas também muito singular por produtos como panelas de alumínio, colheres de pau, canecas esmaltadas e panelas de ferro batido.

Entretanto, nos últimos anos, assiste-se a um gradual processo de transformação de suas atividades.

Aos referidos espaços, marcadamente mais tradicionais, somam-se alguns novos estabelecimentos, de usos peculiares, como uma casa lotérica, salões de beleza, lojas de produtos alimentícios japoneses, uma loja das sandálias Havaianas, uma ótica e salta aos olhos um conjunto de 9 lojas de suplementos alimentares, atendendo à moda *fitness*. As novas tipologias de lojas configuram novos usos e, conseqüentemente, atraem novos públicos, que confirmam o potencial desse espaço para o entrecruzar de vários fluxos. Entretanto faz-se notória a crescente perda de espaço dos diversos, mas tradicionais, produtos que outrora legaram ao Mercado o atributo de “patrimônio cultural mineiro”.



Foto 3 – Detalhe de loja de suplementos aberta recentemente no Mercado



Foto 4 – Detalhe de loja de informática aberta recentemente no Mercado

E assim, esse lugar, tradicionalmente relacionado à cultura e à gastronomia regionais, já assume também um novo viés relacionado ao esporte. Informação, inclusive, explorada no próprio *site* do mercado em que

se anuncia “Gostoso é viver no mercado: gastronomia, cultura e esporte”. O vínculo ao esporte é promovido também por meio de uma “Corrida e caminhada do Mercado Central” realizada na região central de Belo Horizonte, nos arredores do próprio Mercado.

Paralelamente a essas transformações, e potencializando contradições, o papel do Mercado, enquanto um lugar de expressão e de suporte da identidade regional, continua sendo reforçado nas campanhas de divulgação do local com o uso da chamada “um dos maiores orgulhos de ser mineiro”. Tais campanhas sublinham estratégias para a inserção desse objeto em um fluxo de turismo internacional. Com esse tipo de comunicação, a gestão do Mercado cria a imagem de um espaço vinculado à própria imagem da cidade, porém pensada, sobretudo, como produto de consumo, uma mercadoria. Tais práticas, já tornadas uma estratégia comum em cidades do mundo todo, visam à inserção de espaços históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. Desse modo, a cultura que é objeto de apropriação simbólica passa a ser promovida e vendida como mercadoria que, enquanto materialização cultural, termina por se associar ao processo de elitização do espaço.

Esse fenômeno de “consumo do lugar” se expande, e essa relação dialógica local-global passa a ser também observada em novos empreendimentos que exploram a imagem do mercado central em outros ambientes. A título de exemplo podemos citar o “Empório Leve Minas” que implantou lojas e quiosques no Aeroporto Internacional da cidade de Belo Horizonte. Esse estabelecimento comercializa produtos, tais como doces, balas, conservas de pimenta, queijos, cafés, mas com um viés de *gourmetização* elevado. Nesse sentido, a centralidade do mercado ganha projeção e se dispersa, as práticas e os sentidos são reconstituídos fora do seu *locus* original, distante de suas lógicas e tradicionais formas de sociabilidade.

O caso do Mercado Central, em particular, distingue-se das práticas recorrentes, pois não há uma política pública ou uma ação coletiva concertada que vise promover alterações substanciais no espaço. É então imperioso acompanhar esse processo, pois se configura como um fenômeno disperso que, sem muito alarde, aos poucos, poderá trazer sérias consequências do ponto de vista da preservação de um patrimônio cultural. De modo similar ao já estudado por Viana Cerqueira (2014), no caso das ruas de Paris, as novas lojas do

mercado central diversificam e associam múltiplas práticas e padrões culturais que se tornam cada vez mais complexos.

Logo, há algo em comum entre os novos estabelecimentos que revelam tendências à gentrificação: a *gourmetização* dos produtos, a presença de lojas que fazem parte de franquias nacionais e a atração de novos tipos de públicos que não necessariamente partilham os mesmos padrões culturais de sociabilidade. Mas quais seriam alguns dos principais desdobramentos dessas tendências? A *gourmetização* dos produtos reforça o “consumo da cultura” e a “destracionalização” de determinados conjuntos de práticas associadas ao hábito alimentar e tende a estabelecer um padrão seletivo de clientes. Esse processo pode ser especialmente observado em queijarias, cachaçarias, cafés e padarias.

A presença de lojas de franquia com fins diversos, como casas lotéricas, Havaianas, Empada de Minas e a inserção de atividades que não têm vínculos diretos com os tradicionais usos do mercado, como as lojas de produtos e suprimentos de informática, lojas de produtos indianos e de alimentos japoneses, indiciam uma prática de comercialização de produtos indiferenciados que podem ser encontrados em qualquer outro *shopping* do país. Essas lojas se caracterizam não só pelo produto, mas também por um formato de relação com o cliente, que rompe com as tradicionais trocas simbólicas, como a pechincha. Assim, esse processo retira do Mercado a sua marca simbólica de lugar das trocas materiais locais e regionais, de produtos muitas vezes manufaturados e com uso de insumos (alimentos, madeiras, minerais) das diversas regiões do estado de Minas Gerais. Ou seja, notadamente interfere em uma característica histórica do Mercado que é o fato de ser um lugar de referência para a compra de um conjunto de mercadorias peculiares à cultura local, comercializadas de uma forma determinada e com apresentações específicas, o que daria real singularidade ao Mercado.

É importante também destacar as mudanças graduais de determinados produtos, como, por exemplo, os de uma loja especializada em brinquedos infantis característicos da vida interiorana, como bambolê, pião, tambor, chocalhos. Tais produtos atualmente estão localizados no fundo da loja e perdem espaço e centralidade para brinquedos industrializados produzidos por grandes marcas.

Brasília e suas Quadras Comerciais

Brasília, inaugurada em 1961, é um marco no planejamento urbano e regional brasileiro, o projeto urbanístico concebido por Lúcio Costa tinha como missão, em seu discurso oficial, expandir o mercado nacional e promover a ocupação da região Centro-Oeste. O crescimento de Brasília deu-se a partir das chamadas cidades-satélites que se configuravam como cidades-dormitório e áreas invadidas gravitando ao seu redor, uma vez que seu projeto não incluía justamente todos os migrantes, especialmente os trabalhadores da construção civil, de menor poder aquisitivo. Entre 1960 e 1980 a cidade cresceu em função da migração; e, entre os anos de 1984 e 1998, há um incremento de mais de 50% da área urbana, com consequências urbanas e ambientais (Holanda e Ribeiro, 2015). Estudos recentes apontam que as principais marcas da produção urbana do território do Distrito Federal são: baixas densidades, dispersão territorial e configuração “tricéfala” (já que possui centros – demográfico, morfológico e funcional – distintos e separados por grandes distâncias); fatores que impõem custos elevados à população, particularmente à população mais pobre (ibid.). Assim, a cidade de Brasília, desde seu original projeto, é marcada pelas desigualdades socioespaciais que se reproduzem e reforçam as assimétricas relações de poder e de dominação de cariz econômico, social e cultural.

O plano piloto, com desenho inspirado em uma aeronave, possui dois eixos: o central, designado como “monumental”, divide as Asas Norte e Sul, e o segundo eixo, perpendicular ao primeiro, nomeado “Eixo Norte-Sul.” Tais eixos revelam o papel que a circulação automobilística pressagiava até meados do século XX e evidenciam a escala monumental.

Um dos elementos urbanísticos mais singulares do projeto do plano é a superquadra, voltada à escala residencial, tendo como apoio as escalas bucólica e gregária. Em cada superquadra, suas componentes morfológica, tipológica e ambiental, na concepção do próprio Lucio Costa, possibilita a “reaproximação do habitante com o seu lugar de morada, reconectando aspectos bucólicos às edificações a partir de uma relação do ambiente construído com os espaços circundantes, livres e arborizados [...]” (Magalhães, 2015, p. 12). Além disso, em cada quadra há uma área comercial, originalmente com o propósito de abrigar a diversidade de comércios e serviços que atendessem aos moradores

do entorno imediato. As agregações das superquadras geram as unidades de vizinhança, conceito original do arquiteto e urbanista Clarence Arthur Perry, para o Plano Regional de Nova York, de 1923, e inspirações dos “espaços comuns” delineados por Le Corbusier.

O projeto original do plano piloto previa que os blocos residenciais das quadras 100, 200 e 300 fossem de seis pavimentos, enquanto os blocos das quadras 400, em razão da proximidade do Lago Paranoá, seriam de até três pavimentos, com ou sem pilotes, sem a obrigatoriedade de garagens e de elevadores, portanto, uma tipologia mais econômica.

A Asa Sul teve seu processo de ocupação mais acelerado do que o da Asa Norte, além disso nota-se que as quadras 400, tanto da Norte quanto da Sul, em geral, são mais antigas que as demais. No caso dos comércios locais, há diferenças marcantes em sua configuração, quando comparamos as soluções adotadas para Asa Sul e para Asa Norte, pois os da Asa Sul, em geral, obedeciam a uma tipologia uniforme, semelhante nas diversas quadras, já os blocos comerciais da Asa Norte adotaram uma tipologia mais diversificada³.

Nosso objetivo de análise recai sobre as dinâmicas de transformação urbana nas quadras residenciais e comerciais 412/413 e 213/214, da Asa Norte, decorrentes especialmente da implantação do Parque Olhos d’Água, na década de 1990.

A hipótese é que esse fato potencializou a dinâmica de especulação imobiliária residencial e comercial no entorno e vem provocando nas quadras comerciais 412/413 uma concentração homogênea de estabelecimentos ligados à alimentação – mercados orgânicos, padarias, cafeterias, restaurantes – dirigidos a um perfil de consumidor bastante determinado, altamente capitalizado ou a ele vinculado e a um modelo “*gourmetizado*” de serviço.



Foto 5 – Vista de bloco de construção mais recente na Quadra CLN 412/413



Foto 6 – Detalhe das lojas na Quadra CLN 412/413

Essa dinâmica é observada, primeiro, pela construção recente de dois novos blocos comerciais da quadra, e, segundo, pela implantação de lojas bastante peculiares: a *Colaborativa* (mercearia), a *La Boutique* (padaria), o *Clandestino* (espaço de café e música), a *Houston* (hamburgueria), o *Cookers Cozinha Criativa* (café e restaurante *lounge*). Esses empreendimentos comerciais se somam aos mais antigos restaurantes da quadra, *Santé*, *El Negro* e *Dona Lenha*, configurando uma espacialidade altamente homogênea quando comparada aos padrões usuais das demais quadras comerciais de Brasília.

Já as quadras comerciais 213/214 revelaram maior resistência aos processos de enobrecimento de suas atividades e clientela, mantendo a diversificação de atividades e serviços os mais gerais, o que se aproximada dos modos de uso e ocupação original do projeto da cidade e que ainda estão vigentes nas múltiplas opções de serviço encontradas nas demais quadras comerciais dessa Asa. Vale ressaltar, entretanto, que há indícios de dinâmicas da gentrificação, por exemplo, pelo fato de o Banco do Brasil implantar nesse local uma agência de atendimento a clientes mais capitalizados financeiramente, conhecidas como “agência estilo”.



Foto 7 – Vista de blocos na CLN 213/214 com serviços tradicionais e diversificação comercial



Foto 8 – Vista de blocos na CLN 213/214 com serviços tradicionais e diversificação comercial

Com efeito, quando se observa o recente padrão de uso e ocupação dos novos edifícios residenciais construídos nos últimos cinco anos, nas adjacências dessa área comercial, verifica-se, pela tipologia arquitetônica, o predomínio da produção de moradia para classes altamente capitalizadas.

Lisboa: a rua Poço dos Negros e seu entorno

Até recentemente, o processo de gentrificação no centro histórico de Lisboa era, sobretudo, o que se apelida “gentrificação marginal” (Rose, 1984). O patrimônio imobiliário vinha a degradar-se desde os anos 1980: o congelamento dos aluguéis e os elevados custos associados à reabilitação promoveram o abandono de muitos edifícios e sua consequente desvalorização. Os censos de 2011 mostram um abrandamento da tendência de perda populacional da cidade iniciada na década de 1970, e estudos qualitativos mostram que alguns bairros do centro histórico, como Alfama (Costa, 1999) e o Bairro Alto (Mendes, 2006 e Pavel 2015) atraíram, sobretudo nos anos 1990 e início do século XX, pequenos grupos de novos residentes oriundos das classes médias urbanas.

Em Alfama, a reabilitação urbana não foi imediatamente acompanhada de um processo de gentrificação: “Outros fatores, como os que se têm vindo a analisar, cruzaram-se com este, dando ao conjunto do processo uma feição geral não gentrificadora, se bem que recheada de contraexemplos e soluções ambivalentes e mantendo, também, uma grande margem de indeterminação quanto ao futuro” (Costa, 1999, p. 442). Mendes (2014) e Pavel (2015) apontam o início dos anos 2000 como momento de viragem neoliberal das

políticas de reabilitação urbana no país e mais especificamente na cidade de Lisboa. Essa nova direção das políticas tem vindo a facilitar os processos de gentrificação em curso.

A partir de 2008, com a crise econômica, parte significativa do investimento imobiliário foi sendo desviado dos grandes empreendimentos suburbanos, para a reabilitação do centro, em especial no segmento de luxo. Nesse ponto interessa convocar para a análise a *rent gap theory* de Smith (1996). A crise surgiu como oportunidade para implementar uma política de cidade neoliberal que inclui, por parte de agentes públicos e privados, a promoção turística agressiva e incentivos às chamadas classes criativas e a potenciais investidores nacionais e internacionais, como forma de aumentar o investimento e dinamizar a economia na cidade. Estamos a falar da legislação da reabilitação urbana, do Regime Autorização de Residência para Atividade de Investimento (vistos Gold), da fraca regulação do alojamento local e do Novo Regime do Arrendamento Urbano de 2012, que têm contribuído para a criação de fluxos de investimento com fortes impactos no mercado imobiliário habitacional e comercial. A dinâmica do mercado imobiliário, resultante desses e outros fatores, é essencial para compreendermos os fenômenos de transformação urbana a que assistimos hoje nessa área de Lisboa. Segundo dados recentemente divulgados pela *Confidencial Imobiliário*⁴, os aluguéis na cidade de Lisboa têm tido um aumento considerável nos últimos anos; a oferta de venda de casas tem diminuído enquanto os preços têm aumentado. As expulsões são consequência dessa combinação de fatores, uma realidade hoje impossível de negar.

É nesse contexto que analisamos o processo de gentrificação da área em torno das ruas Poço dos Negros, Poiais de S. Bento e São Bento. Situadas entre a Bica e a Madragoa e historicamente ligadas ao trabalho e aos trabalhadores do porto e das embarcações, mas também da pequena indústria (Alcântara, 2013). Essas ruas foram também, até recentemente, uma referência espacial para populações oriundas de Cabo Verde (Malheiros, 1998 e Pereira et al., 2004).

A herança portuária, a decadência do edificado e a presença de atividades ligadas ao tráfico de droga e de populações estigmatizadas, como imigrantes, prostitutas e população em situação de rua, atribuíram a esta área, e a outras adjacentes como o Cais do Sodré, uma forte imagem externa negativa que durou as últimas

décadas do século XX. Mesmo nessa época, a área logrou manter a atividade comercial – embora com menos vigor -- a cujo declínio assistimos na transição do século:

Ficou mesmo morto, agora é que está a ganhar um bocado de vida com esta gente estrangeira que vem abrindo as lojas, fora disso isto esteve morto [...] a rua inteira estava tudo fechado. A gente tinha eletricitistas, tinha canalizadores, tinha um talho de carne de cavalo, tinha o talho que temos agora ainda, tínhamos matadouro de frangos e de pombos e tudo, vendia-se tudo aqui, tínhamos peixaria. Tínhamos tudo, agora não temos nada: a peixaria é peixe congelado, pouco peixe fresco há aqui nesta zona. [...] aqui era uma zona que tinha tudo aqui à mão, tinha tudo. Olhe, era porta sim, porta não uma mercearia ou um lugar, agora não, morreu tudo. [...] lojas de roupa e vestidos a gente também tinha [...] ali no Largo do Dr. Macedo, está lá um prédio muito bonito com uns azulejos pequeninos em cinzento, aquilo era uma casa que vendia a metro, tinha roupas prontas, vestidos e a metro. A gente não precisava de ir à Baixa comprar um tecido, qualquer coisa para fazer uma cortina, a gente tinha ali tudo, agora não tem nada. (Violeta, moradora, 2016).

As razões apontadas pelos residentes e comerciantes locais para esse fenômeno são diversas: a abertura de supermercados como o Minipreço, a atuação da Asae⁵ que obrigou ao fechamento de mercearias que não correspondiam aos novos padrões de higiene e segurança, e a abertura do Metrô do Chiado que desviou potenciais compradores. A estas acrescentamos o declínio da atividade portuária desde meados dos anos 1980, com consequente desaparecimento de postos de trabalho e diminuição da população residente, também relacionada com as más condições de habitabilidade e com o processo de “metropolização” de Lisboa.

No início do século XXI, discernia-se ainda, na paisagem comercial da área, a forte presença de população africana, sobretudo cabo-verdiana, apesar de esta nunca ter sido majoritária entre os residentes e de estar já em franco declínio. Dos vários restaurantes, tascas, bares e lojas, cujos proprietários e muitos clientes eram oriundos do arquipélago, restam hoje um restaurante na rua Poço dos Negros e outro na rua da Silva. A porta fechada do restaurante *Taki Tala* é um marco dessa presença, que passa facilmente despercebido (Foto 9).

Podemos aqui invocar a noção de *discursive displacement* (Holgersson, 2014), que resulta de

alterações estéticas e simbólicas do ambiente urbano e do edificado, que forçam a invisibilidade de determinadas populações ou heranças urbanas: deixam de fazer parte das narrativas e imagens do lugar, a não ser por vezes de forma estetizada.



Foto 9 – Porta do Taki Tala



Foto 10 – Polo Cultural Gaivotas

Na mesma época, promotores imobiliários começam a reabilitar antigos dois palácios devolutos: o Palácio Flor de Murta, que foi dividido em pequenos apartamentos, em 2004, mas conheceu à época dificuldades de comercialização; e o Palácio Mesquitela, cujo projeto se iniciou em 2002, mas apenas recentemente foi comercializado. Também na virada do século, assistimos à chegada de residentes ligados às artes

– juntando-se a uma mão cheia de “pioneiros” – e de estruturas artísticas ditas “alternativas”, como a companhia teatral Cão Solteiro, em 1997, e o Atelier Real, em 2005.

Na década seguinte, segundo moradores entrevistados, o fluxo de novos residentes continuou, embora lento. No que respeita a agentes do campo artístico, em 2015, o Teatro Praga instalou-se numa parte da Escola da rua das Gaivotas e, em 2016, a Câmara Municipal inaugurou aí um Polo Cultural (Foto 10). Em entrevista, um residente procura explicar essa dinâmica, na qual participa:

Portanto, a rua sempre teve uma mistura e hoje aquilo que tu vês, imensa gente que ou é de Cabo Verde, ou é brasileira ou é chinesa, teve até aos anos 1990 uma vida qualquer muito multicultural e que é uma herança histórica. Depois a partir daí eu acho que ela está estagnada, essa população é toda muito envelhecida, depois quando eu vim, eu moro aqui há cerca de 10 anos, quando eu vim havia muitos artistas, muita gente nova porque era uma rua que estava a ser modificada numa artéria próxima do centro mas não havia mesmo barulho e portanto existiam muitos muitos artistas e a partir daí não sei o que é que aconteceu, se foram os artistas ou não, nós também começamos a fazer uma série de coisas [...]. (Tomé, morador, 2016)

Foi, a partir de 2013, que a crescente especulação imobiliária no centro histórico, o programa municipal BIP ZIP e o aumento do número de turistas em Lisboa, entre outros fatores, ditaram uma transformação profunda da dinâmica comercial, cultural, residencial e dos espaços públicos dessa área.

As alterações demográficas patentes nos dados dos censos, à escala da subsecção, mostram que, entre 1991 e 2001, a população decresceu mais na área em estudo, do que a da cidade como um todo, cujos percentuais negativos foram de -19,2% para a área em estudo e de -14,9 para a cidade de Lisboa. Na década seguinte, os percentuais bem menores, mais ainda negativos, foram, respectivamente, de 2,9% e de 3%. O que significa que a recuperação populacional está a ser equivalente ao resto da cidade. A distribuição etária da população mostra que a tendência de envelhecimento não está a acentuar-se. A percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos sobre o total da população aumentou entre 1991 e 2001, mas diminuiu na década seguinte (1991: 23,6%; 2001: 25,7%; 2011: 21,6%). Enquanto na cidade de Lisboa a tendência de aumento se manteve (1991: 18,8%; 2001: 23,6%; 2011: 23,9%).

No que respeita às recentes e profundas transformações no comércio local na rua Poço dos Negros e circundantes, a tendência é para o encerramento de lojas antigas com produtos e serviços de uso cotidiano, tendo em vista a estagnação da clientela de muitas das que ficam abertas – excetuando alguns cafés e restaurantes – e a abertura em catadupa de novas lojas com produtos *design* e *gourmet/tradicionais/autênticos* e cafés/restaurantes, muitas vezes temáticos.

Na primeira categoria, relevamos o encerramento da drogaria no n. 109 da rua Poço dos Negros 2016 e da mercearia no n. 105 em 2015, ambas bastante antigas. Outros lojistas antigos revelaram, durante o trabalho de campo, receio ou mesmo vontade de fechar portas, sobretudo devido à falta de clientes, como a ervanária, o fotógrafo ou o oculista. Encerrou também portas, em 2016, a Livraria Avellar e Machado (no n. 19), “o mais antigo alfarrabista de Lisboa”, devido ao aumento de aluguel.

Mantêm-se com clientela e movimento, por exemplo, os restaurantes Zapata e Tambarina e a pastelaria Nita, na rua Poço dos Negros. Ao contrário de outros estabelecimentos nessa zona, essas casas parecem resistir às mudanças e beneficiar do afluxo de novos visitantes e residentes. O restaurante de comida tradicional portuguesa Zapata, por exemplo, tem vindo a adaptar-se, mas não alterando a sua natureza, conforme expressa uma moradora do local:

Claro que vai mudando, mas por exemplo, uma das coisas que foi mudando foi, sei lá, o Zapata mudou! Está farto de mudar desde que eu vim para cá, mas continua, como estrutura, a ser o que é. [...] mas estás a ver, aquilo é o que é, a família dos Zapatas. (Joana, residente, 2016)

Elencamos, além disso, a abertura muito recente de vários cafés para uma clientela de classe média (sobretudo jovem) e turistas, como The Mill ou o Hello Kristoff, de uma loja de chás e um salão de chá, todos na rua Poço dos Negros. Ainda no campo da nova restauração, encontramos nessa zona duas mercearias *gourmet*, uma aberta há já alguns anos e outra há poucos meses, dois estabelecimentos de pastelaria francesa, uma pastelaria de bolos caseiros, uma loja de empadas e bolos argentinos. Na rua Poiais de S. Bento, menos dedicada a comida e bebida, encontramos várias lojas

de roupa, arte e *design*, como a +351 e a Apaixonarte. A arquitetura e o *design* têm também uma presença forte na área, com vários ateliês e espaços de *coworking*.



Foto 11 – Oculista, rua Poço dos Negros



Foto 12 – Restaurante, loja, *coworking* S. Bento

Apesar dos fluxos crescentes de turistas nessa zona próxima ao Cais do Sodré e Bairro Alto (polos de grande atração), a dinamização de algum comércio é ainda uma preocupação local, por parte dos antigos, quer dos novos comerciantes, que se juntam em mais de uma iniciativa: Feira Vizinha, organizada pelos dinamizadores do projeto Rés do Chão⁶, um grupo informal

de comerciantes e o Triângulo Aberto, um evento que teve duas edições, com o objetivo de promover a realização de eventos culturais e abertura das lojas à noite.

Notas finais

Este texto marca o início de um trabalho de pesquisa comparativo a três mãos que, partindo da análise da mudança do comércio, visa contribuir para pensar a gentrificação à escala global, analisando tendências semelhantes e diferenças associadas ao contexto local no Brasil e em Portugal. Uma das tendências comuns mais interessantes que registramos nos três casos, e que procuraremos aprofundar de futuro, é a coexistência, ao longo do processo, de elementos de transformação, por lado, e de permanência ou resistência, por outro. Se alguns comércios mais antigos não conseguem sobreviver em face das pressões de mudança, outros se mantêm abertos, logrando alguns desses adaptar-se à procura atual, utilizando o potencial comercial da “autenticidade”.

De modo exemplar, o Mercado Central é uma cidade dentro da cidade, um lugar que exprime formas materiais e simbólicas de elaborar os modos de vida, a cultura popular, a tradição, portanto, um lugar privilegiado na construção das identidades locais e regionais. Assim, esse espaço pode ser observado como um reflexo das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que estão presentes em toda a cidade. Na etapa em que se encontra o trabalho de campo, já é possível identificar tendências múltiplas que vão desde a reificação de determinadas leituras da identidade local, até ressignificações de patrimônios culturais imateriais, como o queijo mineiro e a cachaça de alambique, com um viés bastante *gourmetizado*. Soma-se a elas a presença de novos estabelecimentos vinculados a redes e franquias, que tanto estão no mercado, quanto nos *shoppings* ou aeroportos.

Já Brasília revela, nas reconfigurações específicas das quadras aqui analisadas, residenciais e comerciais, uma dinâmica de apropriação por determinados estratos mais capitalizados, o que remete à produção de um espaço com fortes conotações simbólicas, associadas às práticas globais de consumo, alterações nos padrões de sociabilidade e homogeneização de paisagens comerciais e residenciais. Todavia, a transformação comercial e residencial das quadras tem temporalidades diferenciadas, para as quais será interessante procurar

explicações. Tal como as principais críticas dirigidas às estratégias de gentrificação, esse caso, em franco processo de alteração, também sublinha seu caráter segregacionista.

No caso de Lisboa, sugere-se que estamos atualmente perante um fenômeno de gentrificação residencial e comercial que envolve a transformação física, simbólica e social -- reabilitação dos edifícios; alteração substantiva da paisagem e vivências urbanas; substituição das lojas e lojistas tradicionais por cafés, *coworkings* criativos, lojas de produtos com elevado valor acrescentado e galerias de arte --, mas também a manutenção de alguns comércios que se adaptam e de outros que vão adiando o encerramento, mesmo quando o lucro passa a ser reduzido. Assistimos também à substituição de populações locais residentes, trabalhadoras e utilizadoras por novos residentes com poder aquisitivo superior (residentes permanentes e temporários, mas também lojistas, trabalhadores e turistas). Fica clara a pressão de expulsão sentida por algumas populações e o *discursive displacement* das populações imigrantes e trabalhadoras da área, assim como a estetização dos elementos físicos associados à sua presença, substituídos pela nova narrativa em torno das artes performativas e do *design*. Essa mudança na paisagem urbana é significativa para os modos de viver e pensar Lisboa.

Referências

- ALCÂNTARA, A. (2013). Uma geografia da Lisboa operária em 1890. In: I CONGRESSO DE HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL. Lisboa.
- ARAUJO, E.; CALDEIRA, J. e OLIVEIRA, L. (2015). *Superquadras 400 Sul: habitação social no plano piloto de Brasília*. Brasília, Kiron.
- BERNT, M. (2016). Very particular, or rather universal? Gentrification through the lenses of Ghertner and López-Morales. *City*, v. 20, n. 4, pp. 637–644.
- BROWN-SARACINO, J. (2004). Social Preservationists and the Quest for Authentic Community. *City and Community*, v. 3, n. 2, pp. 135-156.
- CÓCOLA GANT, A. (2015). Tourism and commercial gentrification. The ideal city. Between myth and reality. In: RC21 INTERNATIONAL CONFERENCE. Urbino, 27th-29th August, ISA. PDF.
- COSTA, A. F. (1999). *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais de identidade cultural*. Oeiras, Celta.
- GLASS, R. (1964). “Introduction”. In: *London: aspects of change*. London, MacGibbon & Kee, pp. xiii-xlii.

- HOLANDA, F. de e RIBEIRO, R. J. da C. (2015). “A Metrópole de Brasília na rede urbana brasileira e configuração interna”. In: HOLANDA, F.; RIBEIRO, R. e TENÓRIO, S. (orgs.) *Brasília: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- HOLGERSSON, H. (2014). Post-Political Narratives and Emotions: Dealing with Discursive Displacement in Everyday life. In: JACKSON, E. e JONES, H. (eds.). *Stories of Cosmopolitan Belonging: Emotion and Location*. Milton Park, Routledge Earthscan.
- JAYME, J. e TREVISAN, E. (2012). Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 2, pp. 359-377.
- LEFEBVRE, H. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- LEMONS, C. B. (1998). *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- MAGALHÃES, A. (2015). “Apresentação”. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *Superquadra de Brasília: preservando um lugar de viver*. IEPHA, Brasília.
- MAGNANI, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n. 49, pp. 11-29.
- MALHEIROS, J. (1998). Minorias Étnicas e Segregação nas Cidades: uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa mediterrânica. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, v. 33, n. 66, pp. 91-118.
- MENDES, L. (2006). A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição sócio-espacial. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, v. 41, n. 81, pp. 57-82.
- (2014). Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 32, pp. 487-511.
- OLIVEIRA SOBRINHO, A. S. de (2013). São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, 32, pp. 210-235.
- PAVEL, F. (2015). *Transformação urbana de uma área histórica: o Bairro Alto. Reabilitação, identidade e gentrification*. Dissertação (Doutoramento). Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (Faul).
- PEREIRA, P., RAPOSO, O., ALVES, M., ANTUNES, M., e CASQUEIRA, F. (2004). *Rotas Cruzadas: Imigrantes no Coração de Lisboa* [Relatório Final].
- ROSE, D. (1984). Rethinking Gentrification: Beyond the Uneven Development of Marxist Urban Theory. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 2, n. 1, pp. 47-74.
- SMITH, N. (1996). *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Londres/Nova York, Routledge.
- VIANA CERQUEIRA, E. D. (2014). A evolução das formas de gentrificação: estratégias comerciais locais e o contexto parisiense. *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 32, pp. 417-436.
- ZUKIN, S. (2012). The social production of urban cultural heritage: identity and ecosystem on an Amsterdam shopping street. *City, Culture and Society*, 3, pp. 281-291.

Notas

1. Historicamente as práticas de urbanismo higienista foram recorrentes no final do século XIX e início do século XX. Caracterizavam-se por ser uma intervenção da ordem e da disciplina das condições de vida e de trabalho, por meio da higiene pública, apoiada em discursos do progresso como uma utopia para disciplinar os espaços e corpos (Oliveira Sobrinho, 2013).
2. Todas as fotos deste texto pertencem aos seus autores.
3. O processo histórico de ocupação urbana do plano piloto de Brasília pode ser observado no portal interativo criado pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.geoportal.segeth.df.gov.br/mapa/>>.
4. A Confidencial Imobiliário produz e vende dados estatísticos sobre preços de transação e contratos de arrendamento de imóveis residenciais com vista a responder às necessidades de informação dos operadores de mercado, seja na decisão sobre investimentos, seja na ação comercial. Disponível em: <www.confidencialimobiliario.com>/.
5. Asae (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica).
6. O Rés do Chão é um projeto de reabilitação e regeneração urbana premiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Câmara Municipal de Lisboa. Tem como objetivos a revitalização e dinamização das cidades, através da reocupação e reabilitação de pisos térreos desocupados. Disponível em: <<http://resdochao.org/>>.

“MIGRAÇÃO DE DEPENDÊNCIA”: A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL

Luís Felipe Aires Magalhães

PUC-SP/Unicamp

Rosana Baeninger

Unicamp

Nos últimos anos, a crise capitalista mundial tem resultado em aumento do desemprego nos países centrais (Cepal, 2009), provocando o fortalecimento do discurso e da prática xenófobos (Covarrubias, 2010; Durand; 2014), o que tem se traduzido em dificuldades dramáticas aos povos migrantes, desde a chegada a esses países até as condições em que se dá a inserção social e laboral (Covarrubias, 2010). Em outras palavras, as transformações econômicas têm condicionado modificações no mundo do trabalho e, ao fazê-lo de forma desigual, acarretam significativos impactos na mobilidade populacional (Baeninger, 2016).

A deterioração das condições de vida e de trabalho, em nível global, todavia com particularidades importantes, acarreta transformações na dinâmica migratória internacional, através da redefinição dos destinos migratórios (ibid.; Magalhães e Baeninger, 2016). O histórico sistema migratório sul-norte global vê-se, gradativamente, suplantado pelo emergente sistema migratório sul-sul, alterando a posição de países e centros metropolitanos na divisão internacional do trabalho (Baeninger, 2016). Os “periféricos na periferia” (Villen, 2016) são uma face importante dessa nova modalidade migratória (Baeninger, 2013). O mesmo pode ser considerado do ponto de vista do refúgio internacional (Bógus e Mozine, 2015).

É, nesse contexto, que a emigração haitiana se dirige ao Brasil, após o ano de 2010 (Fernandes, 2014; Magalhães e Baeninger, 2016). Na formação do fluxo migratório e em sua orientação ao Brasil, o fenômeno da dependência está presente em múltiplas instâncias, como abordaremos ao longo deste texto.

Esse direcionamento, como veremos, dá-se em resultado de transformações operadas em três dimensões: na economia capitalista mundial, na sociedade haitiana e na economia brasileira (Magalhães, 2017).

Sob a dimensão da economia capitalista mundial, a emigração haitiana foi fortemente impactada pela deterioração das condições de vida e de trabalho que sofriam os migrantes haitianos em seus destinos

tradicionais, especialmente Estados Unidos, França e República Dominicana (Bonó, 2016). Nesses países, sobretudo a partir de 2007, ano de irrupção da crise (Cepal, 2009), fortalecem-se o discurso e a prática xenófobos, com efeitos sobre as condições de chegada, de documentação, de vida e de trabalho dos migrantes haitianos (Cotinguiba, 2014), bem como de seus descendentes, como na República Dominicana após a decisão 168-13 de seu Tribunal Constitucional (Bonó, 2016). Do ponto de vista da “migração de dependência” (Magalhães, 2017), importa considerar especialmente o efeito provocado por essa crise capitalista sobre a diminuição dos níveis de remessas de migrantes para o Haiti (Cepal, 2009). Entre 2005 e 2015, as remessas de haitianos residentes fora do país para seus familiares residentes no Haiti oscilaram entre 22 e 26% do PIB haitiano e equivaleram a 150% do valor das exportações do país (Unctad, 2016). Assim como não é forçoso concluir que emigrantes são, atualmente, o principal produto de exportação no Haiti, também não é considerar os impactos provocados pela diminuição das remessas nas precárias condições de reprodução social no país (Magalhães e Baeninger, 2016).

Na dimensão haitiana, transformações recentes agravaram uma situação de crise permanente (Pierre-Charles, 1990), responsável pela produção e reprodução histórica dos fatores de expulsão populacional no país (Castor, 1978). O agravamento da instabilidade econômica, política e institucional especialmente após 2004, quando se inicia mais um ciclo de intervenção estrangeira no país (Seitenfus, 2014), enverniza a imagem de um país sem outra esperança que não a emigração (Seguy, 2014). Em 2007, em pleno contexto de crise capitalista internacional, as remessas de migrantes como proporção do PIB atingem seu menor nível no período entre 2005-2015 (Unctad, 2016), revelando a situação de “dependência de remessas” (Magalhães e Baeninger, 2016) que não tardaria a encontrar novos destinos migratórios para a reversão dessa tendência

(Magalhães, 2017). Mas que destino seria esse? É justamente na dimensão brasileira onde reside a resposta a essa pergunta.

No contexto brasileiro, é significativo analisar que, enquanto a crise capitalista motivava o fortalecimento de seletividades e restrições à migração internacional advinda dos países do sul nos países centrais, o Brasil reagia a ele com políticas anticíclicas que promoveram, entre 2003 e 2010, a criação de 14,7 milhões de empregos (Mattei e Magalhães, 2011). A partir da própria presença econômica, militar e política brasileira no Haiti – produto do subimperialismo brasileiro no país (Luce, 2011) – forma-se no país caribenho uma ideia de Brasil como destino migratório possível, o “novo Eldorado” (Silva, 2016). Uma ideia imprecisa e frágil como o próprio processo de expansão econômica com inclusão social brasileiro, situado, ainda, nos marcos de uma economia dependente (Magalhães, 2017).

A presença brasileira no Haiti (Seitenfus, 2014), fruto não de opções pessoais ou administrativas, mas sim das próprias condições e contradições de seu processo de expansão ao exterior, a partir de 2004 (Luce, 2007 e 2011), e a posterior constituição de um fluxo de migrantes haitianos no Brasil (bem como suas principais características laborais) motivam-nos a propor a noção de “migração de dependência” (Magalhães, 2017) para a conceituação da presença haitiana no Brasil. Como base nesse conceito, buscamos sintetizar teórica e metodologicamente um conjunto de elementos dessa modalidade migratória que faz referência direta, em diversas instâncias, ao fenômeno da dependência e de como ele condiciona uma mobilidade espacial específica, qual seja, a de haitianos no Brasil.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma aproximação crítica entre a perspectiva histórico-estrutural (Patarra e Baeninger, 1995; Singer, 1995) e a teoria marxista da dependência (Magalhães, 2013; Marini, 2000 e 2012), a recente imigração haitiana ao Brasil, que atingiu um volume estimado de pelo menos 85.000 imigrantes que, entre 2010 e 2017, tiveram, no Brasil, ponto de destino ou de trânsito a outros destinos migratórios. Com essa aproximação, buscamos definir os contornos teóricos e metodológicos para o estudo da imigração haitiana ao Brasil, a partir do conceito de “migração de dependência” (Magalhães, 2017).

A metodologia desse artigo contempla a revisão teórica da emigração haitiana e o estudo empírico de sua presença no Brasil, com base nos resultados das

pesquisas nacionais existentes sobre o tema (Fernandes, 2014; Baeninger et al., 2016), fontes de dados administrativas (MTE, CNIg e Sincere) e trabalho de campo realizado em cidades do sul do Brasil – bem como no próprio Haiti, em Porto Príncipe, de 31 de maio a 16 de junho de 2016 (Magalhães, 2017).

Este artigo parte de duas hipóteses fundamentais, que nortearão as análises: inicialmente, a hipótese de que a presença haitiana no Brasil guarda relação com a crise capitalista de 2008 e o consequente agravamento das restrições migratórias nos destinos consolidados (Estados Unidos e França, sobretudo), redirecionando o fluxo da emigração haitiana para o Brasil. A segunda hipótese é a de que a condição de “dependência de remessas” no Haiti possa condicionar a redefinição dos destinos migratórios preferenciais e orientá-los a novos destinos, como o Brasil.

Imigração haitiana no Brasil: A “migração de dependência”

Antes de precisarmos o conceito de migração de dependência, importa caracterizar, ainda que brevemente, a conjuntura social haitiana nos últimos anos.

Atualmente, a população do Haiti é, segundo estimativas, de 10.255.644 habitantes (FIBGE, 2017). Destes, 44,5% estão em situação de subnutrição e 34,7% não são alfabetizados; apenas 17% da população do país possui acesso à rede sanitária, situação que contribui para a ocorrência, frequente, de surtos de cólera e de outras doenças infecto-parasitárias (ibid.). São doenças facilmente evitáveis, mas o Haiti investe apenas 1,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em saúde. Um haitiano residente em seu país consome, em média, 2.080 kcal/dia, mesmo nível consumido em países como Iêmen e Tanzânia (ibid., 2017). É o que pode ser consumido em um país inserido em um contexto de crise alimentar permanente, em que 61,7% da população vive com menos de um dólar por dia. A renda anual *per capita* é o equivalente a 15% da média da América Latina. As condições de vida são precárias, e as de nascimento também: apenas 26,1% dos partos são assistidos por algum profissional da área de saúde; em 350 partos, a cada 100.000 com nascidos-vivos, a mãe falece; 7% das crianças morrem antes dos cinco anos de idade e 5,3% antes de um ano de idade (ibid.). Enquanto isto, o sistema universitário do país parece produzir profissionais para o trabalho em outros países:

84% dos egressos desse sistema passam a residir fora do Haiti com o fim de seus cursos, expressando a seletividade do ensino superior e o seu afastamento da resolução dos problemas nacionais.

A precariedade da situação social no Haiti agrava-se em razão das instabilidades políticas no país, particularmente pós-2004 (Seitenfus, 2014), a partir de quando os golpes e as deposições se tornaram a face mais evidente de um país estruturalmente desigual (Castor, 1978), e quando a tensão social¹ se torna entrave para a atuação das empresas multinacionais e passa a comprometer a própria acumulação de capital no país, faz-se “necessário” uma, mais uma, intervenção externa no país (Jubileu Brasil, 2007; Seguy, 2014).

Em seu segundo mandato, que se inicia em 2001, após uma série de pressões internas, que quase resultou em uma guerra civil, Aristide foi novamente deposto em 2004. Em uma história envolta de mistério e especulação, Aristide deixa o Haiti em uma aeronave norte-americana e, dias depois, aparece exilado na África do Sul dando sua versão, de que não teria sido deposto e que, em momento algum, havia renunciado, considerando-se presidente legítimo do Haiti. Com a saída de Aristide, quem assume interinamente a presidência é o chefe da suprema corte, Boniface Alexandre. Em março de 2004, Alexandre solicita do Conselho de Segurança da ONU, uma força internacional para manutenção da paz. Um dia depois, em 9 de março, acontece o desembarque de tropas norte-americana, canadenses, francesas e chilenas. (Couto, 2016, p. 167)

É nesse contexto que a ONU intervém, através da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), coalizão internacional iniciada em 2004 sob a coordenação das Forças Armadas brasileiras. Esta seria a sétima missão estrangeira implementada no país no período curto de apenas 11 anos (Seitenfus, 2014).

Em outras palavras: embora a presença econômica e militar brasileira no Haiti se inicie em 2004, com o estabelecimento no país da Minustah, é apenas com a crise capitalista de 2007/2008, a deterioração das condições de vida e de trabalho nos destinos tradicionais da emigração haitiana (Estados Unidos, França e República Dominicana) e os efeitos, econômicos e sociais, da redução no nível das remessas para o país, que essa mesma presença passa a construir, objetiva e subjetivamente, a ideia de um destino mais vantajoso aos migrantes do país (Metzner, 2014; Perazza, 2014). Em

igual medida, é justamente em um contexto de crise que a expansão subimperialista do capitalismo brasileiro ao exterior aprofunda sua importância, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político-militar.

Embora a crise capitalista de 2007/2008 tivesse diminuído de imediato o consumo das exportações brasileiras e pressionasse, com isso, a balança comercial brasileira, a opção por uma política econômica anticíclica, com elevação dos gastos do governo e controle da taxa de juros, expandiu a capacidade produtiva e manteve a tendência de crescimento do consumo, via crédito e endividamento familiar, e de criação de postos de trabalho, sobretudo de baixa qualificação. A criação de 14,7 milhões de empregos entre 2003 e 2010 foi acompanhada de valorização real do salário mínimo e de diminuição da desigualdade de renda via desconcentração do salário – o índice de Gini entre 2002 e 2009 caiu de 0,59 para 0,54 (Mattei e Magalhães, 2011).

É essa conjuntura econômica de desenvolvimento dependente (Luce, 2012), mas com relativa inclusão social e expansão do emprego (Mattei e Magalhães, 2011), que condiciona a expansão brasileira ao exterior, em busca de novos mercados, e que pressiona a diplomacia externa brasileira, objetivando, sobretudo, um assento no Conselho de Segurança da ONU (Seitenfus, 2014).

A “migração de dependência” expressa um fluxo migratório internacional formado pela presença, econômica, política e militar, de um país dependente (Brasil) em outro (Haiti). Aporta-se esse adjetivo ao fluxo, pois são precisamente as contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro que levaram o Brasil ao Haiti: a expansão econômica ao exterior; a busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU, que confirmasse politicamente essa expansão econômica; a procura de negócios rentáveis para suas construtoras e empreiteiras, através da construção de obras de infraestrutura, como a da estrada entre Les Cayes, cidade portuária, e Jérémie, ambas no sul do Haiti; a presença nos lucrativos negócios de reconstrução do país, pós-terremoto de 2010; e a presença e coordenação da Minustah, como garantia ao mundo de que o Brasil era um ator não apenas econômico mas também político e militar relevante nas relações internacionais.

Igualmente, a adjetivação “dependência” denota outro aspecto característico desse fluxo, precisamente a sua dependência de remessas (Magalhães e Baeninger, 2016). A dependência de remessas expressa uma

condição, historicamente constituída, a partir da qual as famílias de migrantes, por sua posição econômica e social já de vulnerabilidade, utilizam esses recursos exclusivamente ou quase exclusivamente para o consumo corrente, isto é, para a sua subsistência, sobrevivência material (Grosfoguel, 2007; Covarrubias, 2010). Em um contexto de crise capitalista e de diminuição do volume das remessas, como o ocorrido imediatamente após 2007/2008, a migração ao Brasil se dá também como estratégia familiar para, em um mercado em expansão, reverter essa diminuição das remessas e manter, com isso, seu nível de consumo.

Outra dimensão do processo migratório haitiano no Brasil que nos permite tratá-lo a partir do conceito de “migração de dependência” dá-se, precisamente, na inserção laboral desses imigrantes no Brasil. Diferentemente de outros processos migratórios contemporâneos no Brasil, como o de ganeses e senegaleses; diferente ainda da inserção dos grupos de refugiados sírios e angolanos no país e da própria migração mercosulina no Brasil, a imigração haitiana é caracterizada por maior documentação: o visto de ajuda humanitário, criado pela RN n. 97 do CNIg, em 12 de janeiro de 2012, garante aos imigrantes haitianos CPF e Carteira de Trabalho, de forma mais facilitada do que a outros grupos (Magalhães, 2017). Logo, a “dependência”, nesse caso, reside em não estarmos tratando de informalidade, mas sim de superexploração da força de trabalho em setores de atividade econômica caracterizados pela formalidade (Magalhães e Baeninger, 2016; Magalhães, 2017).

No que tange à superexploração da força de trabalho haitiana no mercado formal de trabalho brasileiro, pesquisa de campo de natureza qualitativa, realizada em 16 cidades brasileiras (Baeninger et al., 2016), constatou a predominância de um perfil documentado e empregado, perfil este corroborado pelos dados do MTE (Rais e Caged). Em pesquisa de campo realizada especificamente em Santa Catarina (Magalhães, 2017), unidade da Federação que mais empregou trabalhadores haitianos no mercado formal de trabalho, entre 2010 e 2015, pudemos identificar pelo menos três modalidades sob as quais, mesmo no mercado formal de trabalho, havia violação do valor da força de trabalho haitiana (superexploração).

A primeira modalidade consiste em diminuir o valor dos salários a partir da concessão de alojamentos. Tal troca é anunciada já nos processos de recrutamento, e muitos haitianos, que se encontram desempregados

e em situação de vulnerabilidade, a aceitam, mesmo com o pagamento inferior à média salarial. Os alojamentos a que tivemos acesso, em Chapecó (segunda cidade brasileira que mais admitiu trabalhadores haitianos nesse mesmo período no mercado formal de trabalho, em razão da concentração em seus territórios de empresas frigoríficas), são insalubres e submetem os trabalhadores a condições análogas à escravidão, conforme observado por outros grupos de pesquisa e pelo próprio Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina (MPT-SC). Assim, um alojamento insalubre e irregular opera a violação do valor da força de trabalho, em mecanismo pelo qual esses trabalhadores recebem, em média, R\$ 232,00 a menos que os demais, não alojados pela empresa.

O segundo mecanismo identificado nesse trabalho de campo (ibid.) refere-se ao que chamamos de “alocação discriminatória” (ibid.), isto é, a maior concentração de trabalhadores haitianos justamente nas etapas do processo produtivo caracterizadas por maior desgaste da força de trabalho e, por consequência, maior ocorrência de dorts, as doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. Nos frigoríficos, essas etapas são a da “pendura” (em que o peso das carnes levantadas e colocadas na esteira frequentemente supera aquele estipulado pela legislação específica, a NR 36) e dos “miúdos” (em que o funil que organiza os miúdos na esteira é, para aumento da produtividade, colocado a uma altura em que o grau formado entre os braços e os ombros é superior ao máximo estabelecido, 90°). Por esse mecanismo, o valor da força de trabalho haitiana é violado porque está alocada preferencialmente em setores em que há maior desgaste da força de trabalho, e os salários não são superiores de modo a compensar esse maior desgaste e reproduzir a força de trabalho. É, como vimos, inferiores.

A terceira modalidade de violação do valor da força de trabalho remete às estratégias utilizadas pelo capital e seus gestores para ludibriar aqueles trabalhadores haitianos que possuem pouco ou nenhum domínio do idioma português. Em nosso trabalho de campo (ibid.), identificamos muitos casos em que contratos de demissão com cláusulas abrindo mão de direitos pós-demissão foram entregues, sem qualquer orientação e tradução, a esses trabalhadores sem domínio do idioma. O valor da força de trabalho é condicionado, também, pelos direitos dos trabalhadores mesmo após a

sua demissão. A violação do valor da força de trabalho, nesse caso, está em reduzir os benefícios pós-demissionais de forma a acumular privadamente esses recursos.

Em termos teóricos, a “migração de dependência” relaciona-se ao conceito de “migrantes coloniais” (Grosfoguel, 2007), mas difere dele na medida em que a relação entre Brasil e Haiti não é de colonialismo, mas sim de subimperialismo (Luce, 2007 e 2011): o Haiti não é e nunca foi colônia brasileira. A própria presença brasileira no país é relativamente recente, como são recentes os fluxos de haitianos para o Brasil (Fernandes, 2014; Magalhães, 2017). Há uma relação íntima entre a presença do Brasil no país e a vinda dos primeiros haitianos ao Brasil (Patarra, 2012; Perazza, 2014). Essa relação nos leva a refletir, ainda que de forma breve e inicial, sobre a capacidade de o subimperialismo condicionar a dinâmica migratória internacional e criar e impulsionar um fluxo específico entre o país objeto da expansão subimperialista e o país que a promove efetivamente. Leva-nos, por consequência, a ousar definir tal fluxo como “migração de dependência”.

A consideração de que o subimperialismo brasileiro possa condicionar fluxos migratórios específicos é reforçada por Patarra (2012)². Embora não utilize o conceito de subimperialismo, esse autor, ao referir-se à deterioração das condições econômicas e sociais no Haiti, afirma que

nesse quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – Minustah, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social. (p. 13)

Concorrem para isto as ideias colhidas junto aos militares brasileiros no país (Perazza, 2014), as atividades organizadas no Haiti pelo governo brasileiro (Fernandes, 2014), incluindo de visitas de Estado do presidente Lula e amistosos da seleção brasileira (Silva, 2016) e um conjunto de informações bastante imprecisas sobre a vida no Brasil.

Destaca-se que há pouca informação objetiva ao alcance dos migrantes haitianos. A maior parte da mesma, no que se refere às condições de vida no Brasil, provém dos retratos que fazem os meios de comunicação de massa, não são numerosos e usualmente estão baseados nos esportes, rumores propagados por traficantes, e o boca a boca anedótico através da Construtora OAS, companhia brasileira que construiu

várias estradas na metade sul do país, e o Batalhão Brasileiro Minustah. Há uma compreensão generalizada de que existem oportunidades laborais no Brasil para trabalhadores não qualificados, os vistos são relativamente fáceis de obter e a suposição de que o Brasil não deporta os migrantes irregulares. Os migrantes que esperavam radicar-se de modo permanente no Brasil eram uma minoria. Aqueles que buscavam apenas residir de modo temporário, em termos gerais, esperavam poupar de 10.000 a 20.000 dólares por ano (a estimativa resulta das discussões com os grupos focais). Entre os migrantes que buscam residir de maneira permanente, suas expectativas incluíam a compra de um veículo e uma casa, e dispor de fundos suficientes para trazer toda a sua família ao Brasil e cobrir suas necessidades materiais com um único salário. Quanto aos migrantes mais jovens, suas expectativas principalmente estavam associadas ao acesso a uma educação superior. (Metzner, 2014, pp. 15-16)

Essas informações imprecisas sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil, vinculadas no Haiti, tornam-se atraentes em um contexto de crise econômica e política permanente vivido por um povo que já possui reconhecida tradição migrante (Castor, 1978). Segundo Fernandes e Faria (2016), essas informações têm origem, também, em redes de tráfico de pessoas existentes no país. Referindo-se a trabalho de Loudior et al. (2011), Fernandes e Faria (ibid.) indicam haver

pelo menos duas redes de tráfico que recrutam cidadãos no Haiti, principalmente no oeste e norte do país. Essas redes prometem trabalho e estudos em países da América Latina e até mesmo nos Estados Unidos e Europa; utilizam Cuba e a República Dominicana como países de trânsito e dirigem os imigrantes ao Equador, onde abandonam suas vítimas. É possível que o início da imigração para o Brasil também esteja atrelado a essa rede, uma vez que a maioria dos haitianos não permanece no Equador. (p. 95)

Os chamados coiotes propagam, então, a ideia de que o Brasil tem permanecido imune à crise econômica, de que há abundância de trabalho disponível e facilidades de entrada, documentação e permanência nele (ibid.). O retorno do dinheiro cobrado pelo agenciamento, prometem, seria obtido logo nos primeiros meses no Brasil.

A capacidade de a presença do Brasil no Haiti condicionar fluxos migratórios de haitianos ao Brasil é apresentada também por relação bibliográfica levantada por Fernandes (2014), segundo o qual “alguns

autores indicam que a presença das tropas brasileiras no Haiti poderia ter contribuído para disseminar a ideia do Brasil como país de oportunidades, principalmente no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso” (Fernandes, 2014, p. 12).

Essa proposição encontra respaldo teórico (Patarra, 2012; Perazza, 2014) e reverbera nas próprias palavras do vice-cônsul brasileiro no Haiti, Cláudio Teixeira³. Ao referir-se à presença de soldados brasileiros no país e ao convívio deles com cidadãos haitianos, Teixeira argumenta de modo a sinalizar concordância com essa hipótese.

Nós temos aí agora cerca de 850 militares. Já ouvi dizer que esse número já foi de 1.600 pessoas, que ultrapassou 2.000, mas com certeza essa nossa liderança, essa missão de paz aí ela é muito efetiva, é eficiente, né? E há uma simpatia, uma proximidade muito grande do haitiano com o brasileiro. Então de vez em quando eu vou aqui na janela e às vezes vêm alguns militares, às vezes a pessoa precisa fazer uma procuração para resolver algum problema lá então eles vêm aqui no Consulado e normalmente eles vêm aqui com um carro de campanha deles, né? Então vem o interessado, sobe aqui e fica um ou dois lá no veículo militar, e a gente vê daqui: os haitianos já chegam, querem conversar com eles, sabe? [...] Então eles são muito bem-vistos aqui, pelo menos para a população haitiana, e pela própria Minustah aqui, que é a representante, a ONU né, sempre que tem cerimônia lá no Brabat ela sempre tá presente, ela sempre enaltece muito o trabalho do Exército brasileiro, então com certeza eu acho que contribuiu muito o trabalho do Brasil aqui. (Cláudio Teixeira, 2016)

Questionado diretamente sobre se essa contribuição seria também à constituição do fluxo, em nossos termos à formação da “migração de dependência”, Teixeira responde “sim”, com o que o também vice-cônsul brasileiro no Haiti, Tarcísio Dias, concorda:

Eu acho que eles deram o ponta pé inicial nessa vontade que eles têm de ir pro Brasil, né? Eu acho que a Minustah ela tem um trabalho fundamental, né, porque eu acho que se eles tivessem feito um trabalho... mal trabalho, né, com certeza poderia até existir o visto humanitário, né, mas acho que a procura e a busca não seriam tão grandes. Com certeza o trabalho inicial foi sim da Minustah, o trabalho pioneiro foi da missão brasileira. (Tarcísio Dias, 2016)

Além dessa presença, há de se destacar, segundo Fernandes (2014), que as obras para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, empregaram muitos trabalhadores estrangeiros. Ainda segundo Fernandes (ibid.), é possível citar também como causa “a realização do Jogo da Paz como fator que contribuiu para disseminar a imagem do Brasil naquele país” (p. 12), bem como a ida do ex-presidente Lula ao Haiti, em fevereiro de 2010, quando discursou ao povo haitiano, dizendo que eles seriam muito bem-recebidos no Brasil (Costa, 2016). Esse discurso teria operado, na prática, como um convite à imigração haitiana (Fernandes, 2014).

Considerações finais

A relação entre subimperialismo e fluxos migratórios não é, certamente, direta ou causal. Trata-se, melhor dizendo, de fenômenos vinculados, associados. O subimperialismo, como vimos anteriormente, insere-se em uma conjuntura nacional que reúne fatores de expulsão populacional que vêm sendo produzidos desde a retomada imperialista no país, pós-2004. Ademais, essa conjuntura se viu agravada pela destruição material, abatimento moral e caos sanitário causado pelo terremoto de 2010. Da mesma forma com que é limitada e equivocada a interpretação de que a imigração haitiana no Brasil decorre exclusivamente do terremoto de 2010, ignorando os processos históricos de emigração haitiana e a própria natureza estrutural de seus fatores de expulsão populacional (Baptiste e Vieira, 2016), também pode ser equívoca a consideração de que esse processo migratório decorre unicamente da presença militar brasileira no país, a partir da coordenação da Minustah. De modo a superarmos essas limitações e refletirmos a imigração haitiana no Brasil como fenômeno social complexo, abordamos esse tema a partir das referidas três dimensões (haitiana, internacional e brasileira), dimensões estas intimamente relacionadas pelo fenômeno da dependência.

Todavia, é importante definir, como fizemos neste texto, a atuação específica da presença militar e econômica sobre a inserção do Brasil no imaginário migratório haitiano. A ideia, divulgada por militares brasileiros da Minustah, de um Brasil potência (Zibechi, 2012), verdadeiro “novo Eldorado”, estimula, em contexto de dependência de remessas, a formação de novos fluxos migratórios, a partir de então, para

o território brasileiro. A “migração de dependência” daí derivada traz em si a busca de melhores condições de vida e de trabalho. Essas ideias costumam ser tão imprecisas quanto equivocadas (Oim, 2014).

Procuramos, ao longo deste texto, apresentar as principais características teóricas e metodológicas do conceito “migração de dependência”, utilizado aqui para definir a imigração haitiana no Brasil.

A definição dos contornos teóricos e metodológicos desse conceito exigiu – produto que é da aproximação entre os estudos históricos-estruturais e a teoria marxista da dependência – a utilização de categorias como dependência, subimperialismo, superexploração da força de trabalho e conceitos como fatores de expulsão e fatores de atração. Não obstante a articulação entre esses conceitos e categorias, em muitos deles foram utilizadas notas de rodapé para aprofundamento teórico. Também como decorrência do objetivo específico deste texto, não pudemos caracterizar, social e demograficamente, de forma mais ampla a presença haitiana no Brasil. Todavia, cabe destacar que é justamente dessa caracterização que surge o conceito de “migração de dependência”, como síntese de um processo social em que o fenômeno da dependência está presente desde a formação dos fatores de expulsão, no Haiti, até a forma que assume a inserção laboral dos imigrantes haitianos, já no Brasil.

As novas mobilidades surgidas no interior do processo de migração haitiana para outros países da América do Sul, seja de retorno para o próprio Haiti, não anulam a validade teórica do conceito de “migração de dependência”, senão que o confirmam, dado que são, fundamentalmente, efeitos da extensão da crise capitalista no Brasil e da reprodução, ampliada, da dependência no capitalismo brasileiro, na atual etapa de desnacionalização e desindustrialização em curso no país. Essas novas mobilidades, no entanto, exigem ainda estudos específicos, de modo a compreendê-las não apenas no âmbito da tradição migrante haitiana, mas também como resultado de processos particulares em curso nesses próprios países.

Referências

- BAENINGER, Rosana (2013). Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: BAENINGER, Rosana (org.). *Por dentro do estado de São Paulo*, v. 9, Migração Internacional. Campinas, Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, pp. 9-22.
- BAENINGER, Rosana (2016). “Migração transnacional: elementos teóricos para o debate”. In: BAENINGER, Rosana et al. (org). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.
- BAPTISTE, Chaneline Jean e VIEIRA, Joice Melo (2016). “Catástrofe ambiental e migração internacional: a perspectiva dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo”. In: BAENINGER, Rosana et al. (org). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.
- BÓGUS, Lúcia Maria Machado e MOZINE, Viviane (2016). “Imigração e refúgio no Brasil contemporâneo: 1930-2012”. In: CUTTI, Dirceu et al. *Migração, trabalho e cidadania* (org.). São Paulo, Educ.
- BONÓ. Centro BONÓ (2016). *Desnacionalización y Apatridia en República Dominicana Hoy*. Santo Domingo/República Dominicana, Centro Bonó, 108p.
- CASTOR, Suzy (1978). *Migración y relaciones internacionales (el caso haitiano-dominicano)*. México, D.F., Editora de la Unam.
- CEPAL (2009). *La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe*. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternational-financialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF>. Acesso em: fev. 2015.
- COSTA, Pe. Gelmino (2016). Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante. In: *Cadernos de Migração*. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, n. 8.
- COTINGUIBA, Geraldo Castro (2014). *Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios*. Dissertação (Mestrado em História e Estudo Culturais). Rondônia, Fundação Universidade Federal de Rondônia/Unir/RO.
- COUTO, Kátia Cilene do (2016). “Notas de pesquisa: entre o Haiti e o Brasil”. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial,. 684p.
- COVARRUBIAS, Humberto Márquez (2010). Desarrollo y migración: una lectura desde la Economía Política. *Revista Migración y Desarrollo*, n. 14, primeiro semestre, pp. 59-87.
- DURAND, Jorge (2014). Haity y la Salida Migratoria. *LaJornada*. Disponível em <<http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>>. Acesso em: fev.
- FERNANDES, Duval (coord.) (2014). *Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”*. Belo Horizonte, TEM/IOM-OIM/PUC Minas/Gedep.
- FERNANDES, Duval e FARIA, Andressa Virgínia de (2016). “A Diáspora Haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, Rosana et al. (org). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.

- FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014). *Banco de dados países*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>.
- GROSGOUEL, Ramón (2007). Migrantes Coloniales Caribeños em los Centros Metropolitanos del Sistema-Mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido. *Documentos CIDOB*, v. 13 – série migraciones, junho, pp. 1-51.
- JUBILEU BRASIL (2007). *Haiti: soberania e dignidade*. São Paulo, Expressão Popular.
- LOUIDOR, W. E. et al. (2011). “Os fluxos haitianos para América Latina: situação atual e propostas”. In: MACHADO e GONZÁLEZ (orgs). *Análise de conjuntura América Latina e Caribe*. São Leopoldo, RS, Humanitas Unisinos.
- LUCE, Mathias S. (2011). *A teoria do sub imperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.
- (2012). A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, n. 32, pp. 119-141, junho.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (2013). *Migração Internacional e Dependência na Divisão Internacional do Trabalho: um estudo da região sul de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- (2017). *A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti*. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires e BAENINGER, Rosana (2016). “Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti”. In: BAENINGER, Rosana et al. (org). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.
- MARINI, Ruy Mauro (2000). *Dialética da dependência*. Petrópolis, Vozes.
- (2012). *Subdesenvolvimento e revolução*. 2 ed. Florianópolis, Insular. 272p.
- MATTEI, Lauro e MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (2014). “A política econômica durante o Governo Lula (2003–2010): cenários, resultados e perspectivas. In: De Paula, Marilene (org.). “*Nunca Antes na História desse País*”...? *Um balanço das políticas do Governo Lula*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.
- METZNER, Tobias (2014). La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: OIM. *La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos*. Cuadernos Migratorios n. 6. Buenos Aires, OIM, pp. 15-33.
- OIM (2014). *La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos*. Cuadernos Migratorios n. 6. Buenos Aires, OIM.
- PATARRA, Neide Lopes (2012). O Brasil: país de imigração? *Revista E-Metropolis*, n. 9, ano 3, junho, pp. 1-18.
- PATARRA, Neide Lopes e BAENINGER, Rosana (1995). “Migrações internacionais recentes – o caso do Brasil”. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, FNUAP, pp. 79- 87.
- PERAZZA, Jorge (2014). “Introducción”. *La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos*. Cuadernos Migratorios, n. 6. Buenos Aires, OIM, pp. 11-14.
- PIERRE-CHARLES, Gérard (1990). “Haiti (1930-1975): a crise ininterrupta”. In: CASANOVA, Pablo González (org.). *América Latina: História de meio século*, v. 3. Brasília, Editora UnB, 296p.
- SALES, Teresa (1996). Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais (Rebep)*. Campinas, v. 13, n. 1, pp. 87-98.
- SEGUY, Franck (2014). *A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti*. Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- SEITENFUS, Ricardo (2014). *Haiti. Dilemas e fracassos internacionais*. Ijuí/RS, Editora Unijuí, 464p.
- SILVA, Sidney Antônio da (2016). “A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, Rosana et al. (org). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.
- SINGER, Paul (1995). *Economia Política da Urbanização*. 15 ed. São Paulo, Brasiliense, 154p.
- VILLEN, Patrícia (2016). “Periféricos na periferia”. In: BAENINGER, Rosana et al. (org). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco Editorial, 684p.
- ZIBECCHI, Raúl (2012). *Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Santiago de Chile, Editorial Quimantú, 392p.

Notas

1. Em que pese a instabilidade política no país, a tese usada como justificativa das forças internacionais para a intervenção no país, de existência de uma guerra civil no Haiti, não é consensual. Para aprofundamento na divergência em torno das disputas políticas no Haiti e sua natureza sobretudo eleitoral e de poder, recomenda-se a leitura de Seitenfus (2014).
2. Sales (1996), ao analisar a imigração paraguaia ao Brasil a partir da concentração fundiária, em curso no país vizinho, operada por empresas e produtores brasileiros lá instalados, chegou a conclusão semelhante, ao considerar que a expansão brasileira àquele território estaria condicionando a vinda de paraguaios ao Brasil.
3. A entrevista com os vice-cônsules do Brasil no Haiti foi feita no âmbito de trabalho de campo realizado em Porto Príncipe entre 30 de maio de 2016 e 16 de junho de 2017.

A PRESENÇA E O DESLOCAMENTO DOS INDÍGENAS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

Márcia Cristina Lazzari

Ueam

Introdução

A ocupação humana da Amazônia exprime uma estreita relação entre as áreas consideradas rurais e a região urbana, potencializada pela existência da floresta e da grande extensão de rios. Não raro, esse processo de ocupação conta com conflitos sociais marcados pela divergência de interesses e desigualdade de forças, apresentando desfechos violentos, com a participação da polícia.

Essas disputas ocorrem para fins do estabelecimento de áreas de uso agropecuário e extrativista, envolvendo florestas protegidas, terras indígenas e outros tipos de unidades de conservação; e mesmo uma metrópole, como Manaus, que centraliza atividades industriais e serviços tecnológicos, está em meio ao que Becker e Egler (1997) conceituaram como “floresta urbanizada”.

Constata-se que existe todo um aparato governamental que busca patrocinar uma prática de ocupação regional sob um viés sustentável, como resposta aos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS/2008) disponibilizou uma análise sobre a regionalização territorial da Amazônia, ressaltando que o crescimento populacional, econômico e social da região desencadeou um processo de ocupação, muitas vezes conflitante, por conta da vasta heterogeneidade cultural e ambiental, envolvendo interesses diversos, desde a luta pela conservação da biodiversidade e da floresta, da preservação das comunidades tradicionais e indígenas até atividades como exploração da madeira e a agropecuária em grande escala.

Nesse sentido, apesar de considerar a criação de projetos visando a uma gestão de cunho sustentável, muitas vezes, os interesses políticos e econômicos prevalecem e acabam se entrelaçando nesses projetos; quando se trata de urbanização, ocupação e apropriação de terras a questão se torna ainda mais complexa.

Por isso estudar esse entrelaçamento no processo de urbanização envolve atenção ao desmatamento, ao acúmulo de lixo, aos loteamentos e programas residenciais irregulares, às invasões e ocupações irregulares, à migração da população indígena e tradicional, à poluição dos rios e das águas, inclusive as subterrâneas.

Segundo análise apresentada no PAS em 2008, ainda não existiam políticas públicas consistentes e articuladas que dessem conta dessa questão; porém, após nove anos, percebeu-se que não se tratava apenas disso, sendo necessária uma análise mais focada, que leve em conta o que significou o processo de regionalização da Amazônia e apure quais foram as consequências diretas dessa regionalização na constituição de um processo desordenado de urbanização, como este que se presencia atualmente.

Pretende-se, neste texto, tratar de algumas questões relativas ao crescimento urbano e às novas territorialidades e suas consequências sociais, culturais e políticas associadas ao processo de degradação do meio, bem como contextualizar os focos de povoamento indígena nas cidades da Região Metropolitana de Manaus (RMM).

Proteção ambiental nas cidades: revisitando a legislação

O modelo de desenvolvimento econômico, adotado por quase todos os países ocidentais, vem alterando significativamente o meio ambiente, exigindo a adoção de padrões considerados mais modernos, englobando a construção de prédios e casas até a instalação de grandes empreendimentos como *shopping centers*. Em Manaus, por exemplo, foi construído o *shopping* Manauara numa área de 62 mil metros quadrados, em terreno considerado “fragmento florestal urbano”, contendo vegetação primária composta por castanheiras e seringueiras (vegetação protegida por lei federal). Porém, por se tratar de uma propriedade de particular, quase nada pôde ser feito em relação à

preservação ambiental, e esta é uma prática comum na região. Presencia-se a ampliação das áreas “urbanas”, para onde parte um número cada vez maior de famílias em busca de trabalho, estudo, saúde, diversão, etc.

Embora o planejamento urbano tenha sido introduzido no Brasil no início do século XX, o modelo de plano gestor de cidade, segundo Di Sarno (2008), foi marcado pela imposição da elite com vistas a uma urbanização de monumentos e de controle social de modo a afastar o convívio com desfavorecidos, pois o cenário social era visivelmente desigual, econômica, cultural e socialmente. Nas várias fases econômicas das diferentes regiões brasileiras, havia em comum o fato de suas cidades se desenvolverem beneficiando uma pequena parcela da população, para a qual eram priorizadas benfeitorias governamentais, com acesso ao fornecimento de energia elétrica, água encanada, esgoto, pavimentação das ruas e calçadas, etc. As moradias populares, por sua vez, ganhavam o espaço das periferias da cidade, normalmente contando com as piores habitações, resultando num mercado imobiliário de alta concorrência.

Foucault (2009), ao analisar a formatação do espaço urbano, apontou a ocorrência de um intenso e minucioso processo de higienização e controle das doenças e dos espaços, ocorrendo o que definiu como biopoder. O biopoder está relacionado ao sistema de vigilância e segurança dos indivíduos e é exercido sobre a população, localizando-a, contabilizando-a e controlando as doenças e as condutas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o crescimento das cidades esteve associado a esse controle, e, portanto, o isolamento da população mais pobre em suas localidades, de certa forma, tranquilizou os mais ricos, habitantes de regiões mais “nobres”. Passetti (2003) chama a atenção para uma nova cartografia da periferia configurando-se como campos de concentração a céu aberto, gerenciada pelo Estado como possibilidade de contenção dos pobres em espaços locais, onde se localizam os insuportáveis e aqueles aceitáveis, desde que permaneçam organizados em suas comunidades: trata-se da prática de inclusão preservada no interior da pobreza.

Em termos legais, cabe mencionar a Constituição Federal de 1988 que contou com um capítulo dedicado à política urbana,¹ introduzindo o conceito de função social da propriedade. Em 2000, foi criada a Emenda Constitucional n. 26 que definiu a moradia como um direito social e, em 2001, aprovou-se o Estatuto da Cidade, sob a lei federal n. 10.257.

Especificamente em relação aos indígenas, foi determinado o direito às suas terras tradicionais ao se referir as comunidades indígenas, definidas como um conjunto harmônico, homogêneo, estabelecido geograficamente. Posteriormente o Decreto n. 6.040/2007, em seu artigo 3º, inciso I, estabeleceu a definição das comunidades tradicionais:

[...] Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

De acordo com a Constituição Federal, trata-se de direitos “originários”, que se sobrepõem aos supostos direitos adquiridos por outrem, mesmo diante de escrituras, títulos ou outro documento que não seja a favor da comunidade instalada na terra. Aos indígenas são reconhecidos: a organização social (costumes, línguas, crenças e tradições) e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. O direito maior das comunidades indígenas consiste na posse das terras que ocupam tradicionalmente, constitucionalmente reconhecidas, e não apenas outorgadas, sendo o ato de demarcação de natureza declaratória.

No entanto, a portaria AGU n. 303, de 16 de julho de 2012, que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), passou a relativizar, de modo geral, toda e qualquer garantia de controle e usufruto dos indígenas sobre suas terras, ressaltando a preponderância do chamado interesse público e da política de defesa nacional sob a autorização do Congresso Nacional ante o direito dos indígenas.

O Estatuto do Índio, em processo de revisão, dentre outras resoluções aprovadas em plenárias, aprovou a resolução 3 do Conselho Nacional de Política Indigenista², pela demarcação de todas as terras indígenas no Brasil, determinando ao governo federal cumprir os ritos de todo processo demarcatório das terras indígenas, que estão pendentes no âmbito da Fundação Nacional do Índio (Funai), e a revogação da portaria AGU n. 303, dentre outras.

Em 2015, a Comissão Especial da Demarcação de Terras Indígenas aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere do

Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas. É claro que o texto foi encarado tanto pelos povos tradicionais como pelos militantes da causa indígena como uma ameaça aos direitos indígenas.³

Ao propor alterar a Constituição para transferir ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no Brasil, retira-se a responsabilidade do Poder Executivo, que é munido de órgãos técnicos para cumprir e decidir sobre as demarcações, propiciando decisões com maior teor político do que técnico. Além disso, essa alteração constitucional proíbe as ampliações de terras indígenas já demarcadas.

Pode-se constatar que, se por um lado o processo de crescimento das cidades não vem acompanhado de planejamento urbano, que possibilitasse a mínima igualdade de condições de moradia e de preservação ambiental, por outro lado, quando se constata a presença de indígenas em meio urbano, essas observações sobre o direito a terra e moradia em território nacional tomam proporções mais graves, levando em conta a especificidade cultural e a dificuldade de demarcação de terras que os indígenas vêm vivenciando diante dessas medidas prejudiciais às suas comunidades.

Sabe-se que, no âmbito federal, não existem normas ou programas específicos com a finalidade de assegurar o direito a terra e moradia aos índios que vêm para a cidade. Algumas cidades brasileiras vivenciaram experiências e tentativas de lidar com esse problema, como foi o caso da Comunidade Beija-Flor, na região metropolitana de Manaus (RMM) no início da década de 1980, quando povos indígenas adquiriram direito às terras que correspondem, atualmente, ao município do Rio Preto da Eva. Por não se tratar de terras tradicionalmente ocupadas, houve todo um processo de regulamentação para a permanência dos indígenas. Contudo, a situação dos indígenas urbanos, destribalizados, tem se agravado, seja por conta de questões culturais seja pela falta de estrutura nos centros urbanos para acolhê-los.

No que diz respeito aos povos indígenas, pode haver doação de terras por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, designadas como posse permanente, o que, no caso, não seriam as terras tradicionalmente ocupadas. Dessa forma, a União pode estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas para posse e ocupação pelos indígenas com

direito a usufruto e utilização das riquezas naturais e dos bens nelas existentes, respeitando as restrições legais. Contudo, essa prática não é muito comum.

Indígenas na cidade: ênfase na região metropolitana de Manaus

O caso da Comunidade Beija-Flor na RMM ocorreu no início da década de 1980, envolvendo aquisição de terras, que hoje correspondem ao município do Rio Preto da Eva, tornou-se emblemático no processo de regularização territorial de indígenas na cidade. Diversas etnias (inicialmente os Yanomami, do rio Maiá, os Vista interna da Comunidade Beija-Flor, 2016. Foto da autora.

Hiskariana e os Tukano) foram atraídas por um empresário norte-americano para que produzissem artigos artesanais para serem vendidos em sua loja, chamada Casa do Beija-Flor, localizada no centro de Manaus.

A ocupação e a utilização das terras acabaram gerando uma proximidade dos indígenas com a região, levando-os a estabelecer uma relação mais produtiva com essas

terras, tanto no sentido de identificação das espécies presentes, como na utilização de fibras, sementes, resinas e tinturas para confecção do artesanato. Após um processo de disputa pela posse das terras, em 1991, consolidam-se duas lideranças, os Sateré-Mawé e os Tukano, que passaram a tomar as decisões pelo grupo todo.

Esse movimento de reconhecimento de propriedade se distingue de outras demarcações, tendo em vista inicialmente não se tratar de terras tradicionais e não ser encabeçado por uma única etnia, distanciando-se do que a Constituição definiu como comunidade tradicional, como vimos acima. Em 2003, esse povoado composto por várias etnias, Tukanos, Dessanas, Sateré-Mawés e Mundurucus, passou a ser nomeado como Comunidade Beija-Flor em alusão ao nome da loja do empresário norte-americano.



Na verdade, essa comunidade surgiu da associação dessas etnias tendo à frente as negociações com a prefeitura; e, para isso, teve auxílio do grupo Nova Cartografia Social da Amazônia para concretizar a demarcação.

Nesse caso da Comunidade Beija-Flor, é possível detectar que a união das etnias fortaleceu o grupo como um todo, que acabou conseguindo delimitar a terra. Em visita à Comunidade Beija-Flor I, em 2015, por conta do Projeto Políticas Socioambientais do Amazonas (Props),⁴ observamos que os habitantes da reserva mantinham relações de emprego na região, desenvolvendo atividades como mecânicos, balconistas, feirantes, e que muitos indígenas se casaram com pessoas não indígenas, preservando a tradição da produção de farinha e do artesanato, cultivando andiroba, biribá, pupunha, açaí e maracujá do mato. Visitamos um dos casais mais velhos da comunidade e observamos que a esposa estava bastante adoentada, com fortes dores nas costas e no corpo; porém até aquele dia não havia procurado um médico porque achava muito difícil. Apesar de estarem perto do centro de Rio Preto da Eva, preservam o estilo de vida muito mais próximo do ambiente rural, conservando uma área comum para danças e festas, terras para plantação de mandioca, moinho para fazer a farinha, uma escola municipal indígena, além de contarem com habitações bem simples. A novidade é a existência da televisão no centro de uma das casas visitadas, assistida de cada rede, instalada num único cômodo, com pouca mobília, composta basicamente por cestos, uma mesa, redes e fogão compondo uma pequena cozinha.



Espaço reservado para festa da Comunidade Beija-Flor, 2016.

Fonte: Foto da autora.

Chama a atenção que a preservação desse estilo de vida cultivado nessa reserva seria impossível na periferia das cidades, uma vez que normalmente a área ocupada é muito menor e as condições básicas de moradia são quase sempre negligenciadas. O exemplo da comunidade Beija-Flor nos alerta como foi importante a união das etnias, constituindo uma comunidade pluriétnica, que conseguiu, de certa forma, a homogeneização do objetivo comum de obter direito à terra, aproximando-se do que a Constituição Federal define como associação indígena; ou seja, associações ou entidades constituídas por índios, sendo pessoas jurídicas de direito privado, com finalidade de promoção e defesa de seus direitos ou interesses, legitimadas pela atuação judicial ou extrajudicial, visando a promoção e defesa dos interesses dos índios e comunidades indígenas.

Porém essa associação não acontece quando os indígenas se dirigem para o meio urbano. De acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (2013, p. 8),

embora o Censo 2010 indique que a cidade de Manaus conta com 3.837 habitantes indígenas, estudo demográfico realizado por Mainbourg et al. (2009) estima que vivam na cidade aproximadamente 11 mil indígenas, divididos em 47 etnias.

Ainda segundo este estudo, a Secretaria Municipal da Saúde de Manaus declarou que há mais de 10 mil índios vivendo na periferia da cidade, provenientes de diversas etnias. As informações sobre essa população indígena indicam que a grande maioria esteja vivenciando a mesma dura realidade da população mais pobre, que tem carências de toda ordem de prioridades.

Todavia, o fato de pertencer a um grupo indígena acirra a situação de penúria, na medida em que esses indígenas acabam expostos ao preconceito e à dificuldade de acessar educação e emprego, além de terem a moradia precarizada, quando não habitam as ruas, como acontece com muitos deles. Apesar de existirem iniciativas em relação à educação escolar indígena e à promoção dos direitos das minorias étnicas, ligadas à Secretaria Municipal de Assistência Social de Manaus, além de um serviço de Qualificação e Inserção das Minorias e Gênero, na Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social, constata-se que essas medidas não dão conta da dimensão do problema da presença de indígenas nas cidades.

A comercialização e a produção de artesanato são a principal fonte dessas famílias, porém os valores acertados para a terceirização dos produtos são baixos, não gerando renda suficiente para arcar com o custo de viver na cidade.

O presidente da Fundação Estadual do Índio (FEI), Raimundo Atroatri, afirmou, em entrevista, que muitas etnias estão abandonando suas tribos, seja por conta da saúde precária, seja pela vontade dos mais jovens de ingressarem na faculdade para mudar o rumo da vida, levando, juntos, seus pais, e que em 90% dos bairros de Manaus moram indígenas.

Mas é difícil viver na cidade sem ter sua identidade preservada e seus direitos atendidos, e isto tornou-se um grande desafio, pois eles não deixaram de ser indígenas

porque estão no meio urbano, ainda detêm os direitos assegurados pela Constituição Federal, assim como outros povos tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas.

Os conflitos por conta da ocupação de terras na cidade estão cada vez mais comuns na região metropolitana de Manaus, resultando em incêndios criminosos, ações truculentas da polícia militar e apropriação por verdadeiras quadrilhas especializadas em invadir, desmatar e lotear as terras para a população carente, causando o desmatamento indevido e o endividamento dessas famílias, que, por necessidade, acabam se rendendo aos novos “líderes”.

A política socioambiental sustentável diante do crescimento urbano

Considera-se, inicialmente, que as áreas protegidas são pontos do território sob atenção e cuidado especial, em virtude de algum atributo específico ou até único que elas apresentam.⁵ O desmatamento é a ação-limite do homem sobre a natureza, pois ele corresponde à perda de *habitat* para muitas espécies e ao desequilíbrio dos ecossistemas. Sabe-se, no entanto, que o próprio homem sofre consequências diretas dessa ação, por isso o combate ao desmatamento e a proteção social passaram a compor uma das metas do Plano Amazônia Sustentável (PAS), impulsionando a existência de áreas protegidas na tentativa de resguardar e preservar o meio ambiente.

Cabe, à União, preservar as normas gerais de urbanismo, organizando um plano urbanístico nacional e macrorregional.⁶ O último marco regulatório da política urbana nacional (lei federal n. 10.257/2001) criou o Estatuto da Cidade, a fim de regular os artigos 182 e 183 da Constituição, tendo por objetivo organizar o espaço das cidades, disponibilizando novos instrumentos de regulação urbanística para controle do uso e da ocupação do solo. O Estatuto afirma, no artigo 2º, inciso I, que política urbana nacional objetiva o ordenamento das funções sociais da cidade, de forma que se garanta o direito a cidades com modelos sustentáveis para as presentes e futuras gerações.

Chama a atenção essa preocupação com a instauração do modelo sustentável, na medida em que a preservação das presentes gerações deveria incluir os indígenas, preservando sua cultura e garantindo sua permanência de forma digna na cidade.

A cidade de Manaus possui plano diretor desde 2002, tendo passado por alterações em 2014, mas, após quase 15 anos de vigência do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Urbanístico e Ambiental de Manaus, constatam-se poucos avanços em direção ao estabelecimento de um desenvolvimento sustentável. Percebe-se que as ferramentas legais acabaram servindo para o cumprimento de requisitos básicos para evitar sanções, como, por exemplo, a interrupção de repasses financeiros entre entes federativos.

No que diz respeito às competências urbanísticas estabelecidas pela Constituição, cabe aos estados criar normas objetivando integrar os municípios, com atenção especial às áreas metropolitanas. A região metropolitana de Manaus foi criada em 2007, constituindo a maior metrópole da região Norte, com cerca de 2,5 milhões de habitantes, compreendendo, além de Manaus, outros 12 municípios (Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves).

Geralmente, o instituto da região metropolitana presumido na Constituição, pressupõe a conurbação, extensa área urbana formada por cidades e vilarejos que se desenvolvem lado a lado. No entanto, há uma cisão entre o espaço edificado e a estrutura político-administrativa, sendo a conurbação praticamente inexistente, não estabelecendo o agrupamento jurídico e social esperado entre os municípios limítrofes.

Ao que tudo indica, a instituição da RMM acabou sendo de fato motivada pela real possibilidade de estender os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus aos demais municípios intergrantes, resumindo-se num interesse muito mais econômico do que social, urbanístico ou sustentável.

É possível estabelecer uma relação entre a noção de governamentalidade (Foucault, 1998) e os instrumentos de gestão do governo, cujos conteúdos reforçam os discursos politicamente corretos e atualizados, funcionando enquanto arte de governar, pois, para além da determinação de medidas que possam parecer certas ou erradas, que funcionam ou não, a governamentalidade procura manter ações que apresentem resultados políticos, econômicos e sociais condizentes com aqueles engendrados pelo governo de Estado. Isto viabiliza a possibilidade de modelar campos de probabilidade, regular fluxos (pessoas, dinheiro, mercadoria, informação) e estabelecer acessos para fazer com que aumentem ou diminuam parâmetros ligados a inflação,

epidemias, criminalidade, empregos, violência, produtividade e assim por diante. Desse modo, o aparato legal que garante o desenvolvimento da cidade não é necessariamente seguido pela efetividade.

A RMM é considerada pelos políticos como projeto de desenvolvimento regional de maior êxito no Brasil,⁷ e o modelo da Zona Franca de Manaus inspira o discurso de apresentação do Plano de Desenvolvimento da RMM. Essa estratégia de gestão que necessita da afirmação da condição de sustentabilidade está diretamente relacionada ao que Passetti (2013) definiu como ecopolítica, pois o governo mostrou estar alinhado aos planos internacionais e nacionais de conservação ambiental e acabou cumprindo com as determinações legais incrementando a RMM. No âmbito da ecopolítica, ressalta-se a tolerância diante de alguns problemas e a tendência em generalizar a distribuição de soluções.

A definição de um desenvolvimento do tipo sustentável toma corpo na medida em que essa noção de sustentabilidade compreende uma utilização mais harmônica dos recursos naturais e o estabelecimento de uma relação diferenciada entre o homem e o meio ambiente. Trata-se da governança sustentável que envolve estado e sociedade civil, estabelecendo a chamada gestão compartilhada.

O sentido de governança em Deneault, analisado por Rodrigues (2014), aponta que essa expressão foi extraída dos manuais da administração, retratando o sentido de uma gestão compartilhada, em que os envolvidos são responsáveis pela gestão do que foi compactado, dissipando, de certo modo, as relações desiguais entre os que participam da governança de determinada coisa, nesse caso a população e o governo. Essa relação aparentemente horizontal faz com que a garantia da sustentabilidade passe a depender de *todos* os envolvidos nesta governança, porém sabe-se que o usufruto dessa sustentabilidade acaba ficando restrito às camadas mais ricas.

Sendo assim, a questão relativa à ocupação sustentável da terra não pode ser compreendida a partir da legalização e regularização, pois é preciso romper o ciclo desenvolvimentista que faz parte de uma ecopolítica, onde prevalecem interesses econômicos e, acima de tudo, interesses políticos governamentais.

Existem 698 terras indígenas ocupando uma área total de 113.599.277 hectares, o equivalente a 13% do território nacional, sendo 98,39% da extensão

das terras indígenas na Amazônia Legal. Segundo o Instituto Socioambiental, 67,48% dessas terras já estão homologadas ou reservadas.

Apesar de a cidade ser um direito de todos os cidadãos, a realidade agrava-se quando se trata de indígenas, pois as legislações municipais não reconhecem as cidades como lugar dos *indígenas*, afinal a condição deles, como vimos, acabou ficando ligada à sua terra.

Para Raimundo da FEI/AM, a substituição de uma Secretaria de Estado por uma Fundação deu-se por conta da necessidade de fortalecer uma política de defesa dos direitos indígenas, incluindo sua permanência na cidade.

A última pesquisa Munic/2016 apontou que apenas 6% de ações inclusivas de desenvolvimento econômico envolvem os indígenas, por isso é preciso investir em ações que fortaleçam as associações indígenas, independentemente de unir esta ou aquela etnia, para que possam enfrentar as consequências desse êxodo rural indígena, no que diz respeito à preservação cultural e à dignidade humana.

Enquanto isso não acontece, presencia-se uma quantidade cada vez maior de indígenas nas cidades, dividindo a pobreza e a insustentabilidade urbana, enfrentando o desemprego e a pauperização cada vez maior, destruindo mais um patrimônio cultural.

Referências

- BECKER, Berta. e EGLER, Claudio A. G. (1997). *A experiência do processo de ajuste da metodologia para o zoneamento ecológico-econômico no estado da Amazônia Legal*. Relatório de avaliação da reunião técnica de apresentação da metodologia para a elaboração da carta de potencialidade social. Brasília, MMA/SPRN.
- BRASIL (1973). Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. *Estatuto do Índio*. Brasília, DF, Casa Civil.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 2016.
- BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Modalidades de terras indígenas.
- BRASIL. Ministério Público do Estado do Paraná (2014). Sobre a demarcação de terras indígenas no território brasileiro e a capacidade civil dos indígenas. *Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais*, n. 3 de jul. Manaus, UEA Edições.
- CARNEIRO JÚNIOR, J. F. (2016). Iranduba depois da Ponte Rio Negro: análise dos impactos à luz do Plano Amazônia Sustentável. In: II SIMPÓSIO ESTADUAL DE POLÍTICAS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS SIEPPS – AMAZONAS. *Anais...* Disponível em: <http://siepps.uea.edu.br/siepps2/assets/pdf/artigos/GT6->
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO e CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. (2013). *A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas*. São Paulo. Disponível em: < <http://www.cpisp.org.br/pdf/IndiosnaCidade.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.
- DAOU, Ana Maria Lima. (2015). Na floresta da cidade: experiências de mapeamentos sociais de indígenas na Amazônia urbana. *Revista Nau Social*, v. 6, n.10, pp. 133-150 maio/out. Disponível em: < <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/499/387>>. Acesso em jun. 2017.
- DA SILVA, Daniel Coutinho. (2016). Ocupação do espaço urbano por populações indígenas e suas implicações jurídicas. In: II SIMPÓSIO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS. *Anais...* Nepps.
- DI SARNO, Daniela Campos Libório. (2014). *Elementos de direito urbanístico*. Barueri. São Paulo, Manole, p. XIII.
- IBGE. *Amazônia Legal. Geografia. Áreas especiais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm>>. Acesso em: jun. 2017.
- FOUCAULT, Michel. (1998). *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Vozes.
- (2009). *Segurança, Território e População*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes.
- (2010). *O governo de si e dos outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS (2010). Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus. 17/11/2010. Disponível em: <amazonas.am.gov.br/2010/11/governador-apresenta-plano-de-desenvolvimento-da-regio-metropolitana-de-manaus/>. Acesso em: jun. 2017.
- IBGE (2014). Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: inclusão produtiva.
- PASSETTI, Edson. (2003). *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo, Cortez.
- (2013). Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 5, jan-abr, pp. 2-37.
- RODRIGUES, Thiago. (2014). Governar a tudo, a todos e a si mesmo. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 6, jan-abr, pp. 62-70. (Resenha do texto de Alain Deneault “Gouvernance: le management totalitaire”. Montréal, Lux Éditeur, 2013, pp. 194).

Notas

1. Capítulo II – Da Política Urbana, artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.
2. Esse Conselho é um órgão colegiado e consultivo da administração responsável pela elaboração, acompanhamento e implementação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas, instituído pelo decreto 8.583/2015 e instalado pela portaria ministerial 491 de 27 de abril de 2016.
3. A esse respeito ver: Impactos da PEC 215/2000 sobre os povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente produzido pelo Instituto Socioambiental. Disponível em: < https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/isa_relatoriopec215-set2015.pdf>. Acesso em: jun 2017.
4. O Projeto Políticas Socioambientais do Amazonas, financiado pelo CNPq/Fapeam e desenvolvido pela Universidade do Estado do Amazonas, pesquisou e documentou as políticas socioambientais no que diz respeito a pobreza, vulnerabilidade e resistências – 2015/2017. Disponível em: <<http://nepps.uea.edu.br/index.php/pesquisadores-de-projeto/>>. Acesso em: jul. 2017.
5. Consultar <<http://uc.socioambiental.org/introdu%C3%A7%C3%A3o/oques%C3%A3o%C3%A1reas-protegidas>>.
6. Artigos 21, XX e XXI, e 24, I, e § 1º, Constituição de 1988.
7. Senado Federal. Rádio Senado. Incentivos devem ser estendidos à região metropolitana de Manaus. 18/08/2010. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/incentivos-devem-ser-estendidos-a-regiao-metropolitana-de-manaus>>. Acesso em: 10 jun 2017.

LEBLON: O TERRITÓRIO ENCANTADO

Marusa Bocafoli da Silva
UENF
Rodrigo Anido Lira
Ucam/Juiz de Fora-MG
Renata de Souza Francisco
UENF

*E a cidade
Que tem braços abertos num cartão-postal
Com os punhos fechados na vida real
Lhes nega oportunidades
Mostra a face dura do mal*
(Felipe de Nóbrega/ João Alberto Barone/
Herbert Viana)

Introdução

O presente texto pretende empreender uma análise sobre a maneira como espaços da cidade se constroem e se configuram como territórios de e para alguns cidadãos, aqueles que são compreendidos como detentores de cidadania plena, nos dizeres de Freire (2015). Também analisará como as relações que se engendram nesses espaços demarcam, de maneira sutil e ao mesmo tempo explícita, quem são aqueles que podem usufruir desses territórios e dos serviços ali ofertados.

Para atingir o objetivo proposto, foi escolhido o bairro do Leblon, na zona Sul do Rio de Janeiro como estudo de caso. A escolha desse território se justifica por ser o bairro conhecido como local de moradia da classe média alta da cidade do Rio de Janeiro, além de ser considerado o metro quadrado mais caro do Brasil,¹ tornando-se para seus moradores uma marca de distinção, no sentido pensado por Bourdieu (2015).

O bairro do Leblon está localizado, geograficamente, na zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e fica entre a lagoa Rodrigo de Freitas, o oceano Atlântico, o morro Dois Irmãos e o canal do Jardim de Alá. O bairro faz divisa com a Gávea, a Lagoa, Ipanema e Vidigal. Algumas de suas ruas mais tradicionais são: avenida Delfim Moreira, avenida Ataulfo de Paiva, rua Rainha Guilhermina, avenida Bartolomeu Mitre e avenida Afrânio de Mello Franco. O bairro conta, ainda, com duas estações de metrô, a estação Antero de Quental e estação Jardim de Alá. Abaixo, o mapa do bairro permite melhor visualização dessa localização.



Fonte: Google Maps.

Paisagem e estilo de vida valorizam o metro quadrado desse território que também é conhecido por abrigar residências de indivíduos pertencentes à elite cultural e intelectual do Brasil. Esse fato já nos dá ideia de como essa parte da cidade se configura de modo distinto do restante da cidade, o que também ocorre com os indivíduos que ali residem. O fato de ser o território mais valorizado do Brasil completa-se com o propalado “charme” desse lugar. Charme esse divulgado, seja nas novelas globais que exploram o bairro, a praia e seus moradores, seja na narrativa das pessoas que vivem ali. Marcela², moradora do bairro, confirma a fama do local: “o bairro é familiar, tranquilo, tem de tudo e é

muito bonito! As pessoas são diferentes aqui, se vestem diferente, tem uma leveza”. Assim como Rita que nos fala sobre a comodidade de viver em um bairro que possui todos os serviços de que ela necessita: “*deixo o carro na garagem de 20 a 25 dias por mês*”.

De acordo com o vice-presidente³ do sindicato de habitação da cidade do Rio de Janeiro, em entrevista em janeiro de 2016 sobre a valorização dos imóveis no Leblon, as pessoas que procuram o bairro o procuram como um estilo de vida. São indivíduos que têm um perfil diferenciado, porque não se importam em pagar mais caro para viver ali.



Fonte: arquivo da pesquisadora. Foto tirada em 27/12/2016 na praia do Leblon.

A paisagem do bairro, arborizado e com vias sempre limpas, de padarias e cafés finos e pessoas que parecem não ter pressa nem compromisso com horários, contrasta com uma outra paisagem sobreposta, a de inúmeros indivíduos, na maioria mulheres e negras, vestidos de branco, empurrando carrinhos de bebês e/ou levando as crianças pelas mãos ou no colo. Uma observação atenta à circulação desse espaço demonstra dois tipos de cidadãos que aí se movimentam. O primeiro do morador do bairro que imprime um ritmo muito particular ao seu tráfego e o segundo daqueles que ali trabalham, as babás, as empregadas domésticas ou os porteiros, que trafegam por suas ruas com certa pressa e atenção, o que nos permite apreender que sua relação com o território não é de gozo.

A história do bairro remonta ao ano de 1919, quando foi definida a configuração atual de boa parte

de suas ruas. Antes disso, conta-se que aquele território era uma aldeia povoada por tamoios que foram extintos pelo bacharel Antonio de Salema (Lima, 2005). O que era um campo arenoso povoado por algumas chácaras, dentre elas a de um francês conhecido como Charles Leblon – que era dono de uma empresa de pesca de baleias e deu nome ao bairro – tornou-se posteriormente local de moradia de indivíduos de famílias reconhecidas por seu capital econômico e cultural. Pelo que se pode apurar, as primeiras e mais conhecidas famílias que se instalaram no bairro foram: Cordeiro de Melo, Padilha, Formenti (do cantor e pintor Gastão Formenti) e Araújo, que possui dentre os membros mais conhecidos João Araújo (empresário da indústria fonográfica) e seu filho, o cantor e compositor Cazuza.

É, dessa forma, trançando os caminhos e as relações que se apresentam no cotidiano desse bairro, que



Fonte: arquivo da pesquisadora. Foto tirada em 27/12/2016 na praia do Leblon, em frente ao Baixo Bebê.

se pretende aqui analisar a constituição de territórios na modernidade e a maneira como eles distinguem e segregam indivíduos.

A cidade, seus territórios e a sociabilidade

A cidade é, por excelência, o lugar da intervenção humana. É o espaço onde a ação do homem se sobrepõe à natureza e, nesse ínterim, a cidade moderna tornou-se a promessa da liberdade. Esse é o espaço de fruição de recursos e de estética. E mais, é o lugar da experiência da interação.

Por ser a cidade e seus territórios, na modernidade, a promessa de liberdade e da materialização do indivíduo enquanto sujeito social, cabe perguntar: a quem ela pertence? Quem a consome? Para quem é a cidade? Vive-se ou consome-se a cidade? A cidade segrega? Nesse sentido, a “constituição de territórios e/ou espaços distintos” promove pertencimento e consumo para alguns grupos sociais, em detrimento de outros.

Em seu ensaio sobre “As grandes cidades e a vida do espírito”, Simmel (1993) nos diz que a vida nas grandes cidades da modernidade possui um caráter intelectualista, se comparada com a vida nas pequenas cidades. As cidades centrais, que gozam de uma importância cultural e/ou econômica, têm sua vida baseada

na racionalidade das relações. Os inúmeros estímulos que essa vida moderna promove são responsáveis por uma intensificação da vida nervosa, nos dizeres do autor. Desse modo, os indivíduos estabelecem estratégias de proteção a esse excesso de estímulos mentais, o que Simmel define por caráter *blasé*, presente nos moradores das grandes metrópoles e que se configura num distanciamento, ou reserva, nas relações que eles travam na sociedade.

Esse distanciamento em relação a pessoas e coisas já havia chamado a atenção de Engels (2010) quando escreveu sobre a situação da classe trabalhadora da Inglaterra, entre 1844 e 1845. Nos dizeres desse autor:

Centenas de milhares de pessoas de todas as classes e estamentos [...] passam umas pelas outras como se não tivessem nada em comum e sem que ninguém considere os outros dignos de um olhar sequer; prevalecem a indiferença brutal, o egoísmo torpe, o isolamento insensível de cada um nos seus interesses privados; a humanidade se dissolve em mônadas ou átomos. (p. 257)

Uma caminhada pelo calçadão da praia do Leblon, numa tarde despreocupada, pode servir de ilustração para o que está exposto acima. Pessoas indo e vindo, vestidas com roupas de ginástica, exercitando-se

ao mesmo tempo em que utilizam fones de ouvido, misturam-se a outras que ali estão a trabalho, equilibrando-se entre sacolas, com baldinhos e boias de bichinhos, além dos carrinhos de bebês, bicicletas, patins e crianças, algumas ainda muito pequenas, sendo carregadas no colo, enquanto outras caminham ou correm, sempre sob o olhar atento de suas cuidadoras. A cena descrita deixa transparecer a proximidade física entre esses indivíduos, ao mesmo tempo em que se imprime uma distância espiritual que os separa.

Kapp (2011, p. 7), em artigo que analisa o ensaio de Simmel sobre as grandes cidades e a vida do espírito, apresenta, como problemática mais profunda da modernidade, o fato de ela abrir novas possibilidades para o desenvolvimento singular do indivíduo, ao mesmo tempo em que dificulta sua percepção, já que todos assumem a mesma reserva ou a atitude *blasé*, o que não possibilita o reconhecimento do valor da individualidade.

Entretanto, o indivíduo possui duas possibilidades. Aquele que possui capital econômico e/ou cultural⁴ pode organizar suas ações para o longo alcance, organizando sua vida privada como melhor lhe convier. Pode se comparar a seus pares, e a especialização que nessa leitura decorre da divisão do trabalho promove sociabilidade em grupos específicos em que há possibilidade de reconhecimento da individualidade. Em contrapartida, se o indivíduo não dispõe de capital econômico ou cultural, suas possibilidades de ação são mais restritas, encontrando alcance no espaço privado.

O distanciamento mental em relação ao espaço, social ou público, está posto tanto para o cidadão melhor posicionado, que possui os capitais necessários para estabelecer proximidade mental com quem está distante, como para operários e empregados, que têm seu alcance, nesse caso, medido pelo consumo.

Desse modo, cabe aqui, neste momento, atentarmos para o sentido da produção do espaço como bem coloca Lefèbvre (2013, p. 124), considerando a produção do espaço como resultado de um processo articulado e marcado por aspectos econômicos, políticos e sociais. Com isso, infere-se que o espaço é político e instrumental, constituindo-se em “lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam” (ibid., 2008, p. 172).

A produção do espaço envolve também o discurso sobre um determinado lugar, e é nesse ponto peculiar que cabe perguntar se o discurso produzido pode reduzir as possibilidades de convivência. Em alguns

territórios, como no caso do bairro do Leblon, o discurso sobre ele colaborou para a constituição de um território diferenciado que é “consumido” por indivíduos que possuem condições sociais privilegiadas. Se, como nos diz Kapp (2011), aqueles que não possuem as condições privilegiadas estabelecem interações com o espaço através do consumo, no caso do Leblon, essa possibilidade é quase nula. Samantha, que trabalha como babá há 4 anos, para uma família do Leblon, conta-nos uma das muitas experiências de interação vivenciadas por ela nesse território:

Uma vez tava vindo do inglês com o Bernardo e passei em frente a uma loja de roupa que tava com uma placa bem grande escrito promoção. Como tava com pressa porque tinha que arrumar ele pra escola, não parei. Depois que deixei ele na escola eu fui ver né a promoção. Porque aqui as lojas são caras mais como tava em promoção podia achar alguma coisa. Nunca me senti tão humilhada, quando entrei na loja nem olharam pra mim. Fiquei ali um tempinho ninguém veio me atender, perguntar o que eu queria. Acho que é porque tava de uniforme né, logo já olham como babá e não tem dinheiro pra comprar. Saí muito triste de lá.

A experiência relatada por Samantha demonstra como os espaços e os territórios da cidade podem, em alguns casos, constituir-se para alguns indivíduos. A percepção da entrevistada é de que foi identificada, pelo uniforme branco, como alguém que não teria o “direito” de consumir (no sentido de experienciar) aquele espaço. Como se ela estivesse deslocada, uma vez que aquele estabelecimento comercial, no referido bairro, constituiu-se como “espaço” visitado por indivíduos “diferenciados”. Cabe assinalar, entretanto, que mesmo um lugar produzido de maneira distinta, como é o caso do Leblon, não coaduna, em sua paisagem, um cenário homogêneo. Os encontros são claros, perceptíveis e presentes. No espaço e na sua ordenação, há lugar para pontos de intersecção, no entanto eles se limitam às relações de trabalho.

São as relações de trabalho que permitem “pintarmos” nessa tela o encontro e a aproximação daqueles indivíduos – donos de capitais – e trabalhadores. Essas relações colocam esses sujeitos no mesmo espaço, nos apartamentos, nos clubes, na praia ou nos restaurantes, mas, ao mesmo tempo, estabelecem um limite na experiência desses mesmos espaços.

Fica posto que não existe neutralidade na maneira como se constrói o espaço. Ele é político e ideológico e, por isso, é o cenário de inúmeras estratégias de diversos agentes que entram em conflito.

O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto "puramente" formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já é objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social [...]. (Lefebvre, 2008, pp. 61-62)

O espaço como produto social, para o autor, não pode ser mais concebido como "passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os 'produtos', senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer". (ibid., 2013, p. 3). E, dessa feita, a produção desse espaço viabiliza ou inviabiliza as possibilidades de convivência e vivência que se estabelecem nele.

Assim como nos ensina Bourdieu (1999) os agentes sociais são entendidos como tais em e com a sua relação com o espaço social, assim como pelas coisas que se apropriam, e é isso que os caracteriza pela sua posição em relação ao outro. Dessa forma, o "espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem [...]" (p.160).

Seguindo esse raciocínio, o espaço social define-se a partir das relações que os indivíduos estabelecem com ele e com os seus usos. Nessa constituição do espaço, estabelecem-se distinções a fim de hierarquizar o território. Pois, ainda segundo Bourdieu

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada [...]. É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos [...]. (Ibid.)

A percepção sobre o uso do espaço, de acordo com o objetivo deste trabalho, o bairro do Leblon, sinaliza um ordenamento complexo do lugar ocupado pelos indivíduos que estabelecem, em medida maior ou menor, relações nesse território. A ideia de todos juntos compartilhando o mesmo espaço não estabelece um uso democrático dele, ao contrário, fica claro que se trata de um uso hierarquizado desse espaço. Basta direcionar o olhar para os tipos de indivíduos presentes nos restaurantes, nos cafés e na praia. Há aqueles que gozam e desfrutam do lugar e os que o ocupam numa relação de trabalho.

Ser morador do Leblon tornou-se um estilo de vida e uma opção para aqueles indivíduos que possuem condições econômicas para viver ali, haja vista o fato de o bairro ser considerado de alto custo. Tudo isso corrobora a constituição do processo de distinção do território, que se completa com a exclusão de seu uso por outros indivíduos.

A título de curiosidade, um *site* que tem por objetivo dar dicas de passeios turísticos na cidade do Rio de Janeiro elenca, entre suas sugestões, o bairro do Leblon como destino turístico, conceituando-o como:

Bairro de classe alta, de beleza sem igual, excelentes restaurantes, praia linda e propícia para prática de esportes como surf, além de contar com o baixo bebê, pedaço da praia que possui infraestrutura para receber os pequenos, entretanto caro.⁵

É assim, de acordo com Bourdieu (ibid., p. 161), que o espaço social, realizado ou objetivado, apresenta uma distribuição no espaço físico de diferentes formas de bens ou de serviços, como também de sujeitos ou grupos sociais dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços. Em outras palavras, o acesso a bens e serviços, bem como a distância física desses bens e serviços, depende do capital. Pois, "É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado" (ibid.). Dessa forma, estabelece-se a distância daqueles que não possuem capital, fisicamente ou simbolicamente, dos bens e serviços mais "raros".

Assim, o espaço que traz oportunidade de acesso a bens e serviços de indivíduos que possuem capital cultural e/ou econômico também imprime um entendimento distinto de cidadania, sendo responsável por materializar uma espécie de cidadania de primeira classe.

É isso que mostra Freire (2015), quando analisa o fato de camadas médias da cidade do Rio de Janeiro acionarem o estatuto de “contribuinte” para estabelecer uma gradação da cidadania.

O fato de residir em um território valorizado socialmente está relacionado, entre outras coisas, ao pagamento de altas taxas de impostos, como é o caso do IPTU⁶. Assim, em certa medida, o estatuto de contribuinte servirá de argumento para construção de um discurso de cidadania, cobrando e exigindo, das autoridades responsáveis, que serviços, como por exemplo segurança pública, sejam eficazes nesse território.

O problema desse discurso é que, quando esses indivíduos falam sobre cidadania ou em nome dela, fica exposto um entendimento muito peculiar sobre o que é ser cidadão. Quase sempre, o discurso não é evocado no sentido universal, pelo contrário, ele é evocado em nome de cidadãos que pagam caro para viver em determinados espaços da cidade.

Freire (2015, p. 343) apresenta o exemplo de dona Maria Luiza, moradora há 30 anos do bairro de Ipanema e que manifestou sua indignação com a presença de embarcações de grande e médio porte no litoral de Copacabana e Ipanema, indignação essa que foi matéria do jornal *O Globo*⁷. Segundo a moradora:

Acho um absurdo. Já pagamos IPTU caríssimo para ter algum conforto e ainda precisamos aguentar essa afronta à paisagem e ao meio ambiente. Também tenho medo de que esses navios poluam as águas das praias, como já ocorre com os emissários submarinos.

Corroborando essa percepção, dona Cibele, moradora do Leblon, faz um desabafo sobre o que ela nomeou de “ineficácia do Estado” para combater os crimes que estão se tornando cotidianos na zona Sul do Rio de Janeiro. À época da entrevista, havia acontecido recentemente um assalto, seguido de morte, a um médico que pedalava na lagoa Rodrigo de Freitas. Preocupada com episódios como esse, dona Cibele nos diz:

Veja bem, é um absurdo isso que aconteceu com o médico, é um absurdo isso está acontecendo por aqui, na zona sul, pagamos um imposto altíssimo e não temos segurança. Se morássemos na baixada ou numa comunidade poderia até dizer que a violência urbana é grande porque esses territórios têm muita violência. Agora, aqui isso não é admissível. Pagamos justamente para não viver isso.

No relato de dona Cibele, fica claro que o problema da segurança não é percebido, por ela, como um problema de todos. Ao contrário, o que a incomoda é o fato de morar num território distinto e pagar alto para viver ali, esperando que houvesse maior segurança, uma vez que entende que pagar altos impostos deveria garantir maior conforto e tranquilidade, tornando o território um bom lugar para se morar. Nesse sentido, como nos mostra Freire (ibid., p. 354), para ser considerado bom para se viver, o lugar precisa se opor” aos territórios da pobreza da cidade, que ameaçam constantemente a ordem e a tranquilidade”. É por isso que os casos de assalto nesses territórios são imediatamente condenados por seus moradores, bem como o fato da possível agressão ao meio ambiente causada pelos barcos no litoral da zona Sul. Essas moradoras utilizam o status de adimplentes para se fazerem ouvir no espaço público e mobilizar a retomada da tranquilidade e da ordem, que devem prevalecer nesses territórios.

Conclusão

O debate acerca da questão a “cidade que queremos” vem ocupando espaço na academia, nas agendas políticas e também na mídia. Pensar os territórios e sua constituição, bem como sua circulação como democrática, faz parte dos esforços de vários intelectuais. Toda a atenção dispensada a essa problemática está relacionada à ideia de que é a partir do uso do espaço, entre outras coisas, que se constrói a cidadania.

Assim, quando os territórios são constituídos como hierarquizados, também são hierarquizadas as relações sociais que neles ocorrem, como é o caso analisado neste artigo. O bairro do Leblon, na zona Sul do Rio de Janeiro, é objetivado como um “lugar distinto”. Os inúmeros discursos sobre o bairro dão conta dessa distinção. Ele passa a ser lugar de e para aqueles que possuem algum tipo de capital ou mais de um tipo de capital, no sentido bourdieusiano.

Entretanto, mesmo sendo um espaço diferenciado, ele proporciona a intersecção entre extratos distintos da sociedade. Esse encontro se dá através das relações de trabalho, nos apartamentos, na praia e no calçadão, no *shopping* ou nos restaurantes. Pintando, assim, uma tela curiosa e ao mesmo tempo violenta, em que pessoas se aproximam fisicamente, dividem o

mesmo espaço, mas estabelecem, mesmo que suave e implicitamente, uma distância espiritual que é delimitada nos usos que fazem desse lugar.

Apesar de dividirem o mesmo espaço em um bom restaurante no Leblon, a mesma mesa, a patroa e a babá não fazem o mesmo uso do lugar. O limite é demarcado de várias maneiras, seja no fato de a babá usar o uniforme, que simbolicamente a “coloca” em um determinado lugar social, seja na diferença no valor dos pedidos feitos por uma e por outra. Enfim, esse espaço define a distância entre os indivíduos. Além de, em muitos casos, ser responsável por imprimir uma identidade social nesse sujeito, como acontece com o morador do Leblon e, numa outra ponta, um morador de favela. Enquanto o primeiro é reconhecido como distinto e importante por viver em um bairro diferenciado, elegante e que proporciona acesso a serviços valorizados, o outro tem sua identidade marcada pela marginalização e violência.

Por fim, o pertencimento a um território valorizado materializa-se em discurso acerca da cidadania. Assim, quando “escapam” a harmonia e a ordem desses lugares, seus moradores acionam o status de contribuintes para exigir que o Estado, por exemplo, dê conta de problemas como o aumento da falta de segurança nesses bairros e a conservação ambiental e/ou visual. A gramática da cidadania aqui não ganha um tom universal; ao contrário está relacionada diretamente ao fato de se escolher um lugar caro para viver e pagar por isso, esperando, assim, conforto e segurança. Dessa forma, enquanto algumas pessoas se “hierarquizam” por viverem nesses territórios, outras se tornam vulneráveis e desqualificadas. Tendo em vista não pertencem a esses lugares lhes é vedado o seu uso (no sentido de experienciar), contribuindo, assim, para que se estabeleça, como nos diz Freire, uma gradação da cidadania na cidade do Rio de Janeiro; além de evidenciar que está distante a possibilidade do uso democrático da cidade. A mesma cidade que é a promessa do desenvolvimento e da felicidade se apresenta, na realidade, como espaço de segregação.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. (1999). “Efeitos do lugar”. In.: BOURDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis-RJ, Vozes.
- (2015). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk.
- ENGELS, Friedrich. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo.
- FREIRE, Jussara. (2015). “Sociabilidade de grades e cadeados e ordem de tranquilidade: da cidadania dos adimplentes à “violência urbana” em condomínios fechados da Zona Oeste do Rio de Janeiro”. In.: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- KAPP, Silke. (2011). De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana. *Cadernos Metropole*. São Paulo, Educ, jul/dez, pp. 1-12.
- LEFEBVRE, Henri. (2008). *Espaço e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- (2013). Prefácio: A produção do espaço. *Revista Estudos Avançados*, n. 27, pp. 1-10.
- LIMA, Rogério. (2005). *O antigo Leblon: uma aldeia encantada*. Rio de Janeiro, Editora Leblon.
- SIMMEL, George. (1993). As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 dez 2016.

Notas

1. *Revista Exame*, matéria divulgada em 17/1/2016. Disponível em: <<http://www.exame.com.br>>. Acesso em: 5 dez 2016.
2. A identidade dos entrevistados foi preservada. Os nomes que aparecem neste trabalho são fictícios.
3. Entrevista concedida ao portal R7 em 7/1/2016. Disponível em: <<http://www.noticias.r7.com>>. Acesso em: 7 dez. 2016.
4. Capital aqui no sentido de Bourdieu, entendido como recursos reais ou potenciais que estão ligados a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas.
5. Matéria disponível em: <<http://www.metrorio.com.br>>. Acesso em: 12 dez 2016.
6. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
7. *O Globo*, 15 de junho, 2012, pp. 11-12.

SOBRE OS AUTORES

Eder Malta

Pós-doutorando com bolsa PNPd/Capes e professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, onde integra a linha de pesquisa “Cidade, estado e desenvolvimento”. É doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. É membro do grupo de pesquisa “Cidade, vida cotidiana e imagem” (PPGS/UFPel) e é pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (Labeur/PPGS/UFS). Atua nos seguintes temas: cidades e cultura urbana; *gentrification*, políticas urbanas; consumo e turismo; patrimônio e paisagem cultural.

Contato: ecmsouza@gmail.com

Ewerthon Clauber de Jesus Vieira

Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia. É licenciado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, com estágio doutoral na Universidade de Coimbra (PT), junto ao Centro de Estudos Sociais (CES). É pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais da Universidade Federal de Sergipe (Labeur/PPGS/UFS) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Culturais da Região Sul Baiana – Eixo Ilhéus-Itabuna (Nepuc-SB/UFBA). Tem experiência de pesquisa em educação do campo e sociologia na educação básica, com atuação mais enfática no campo da sociologia urbana, principalmente nos seguintes temas: políticas urbanas e imagens das cidades, segregação e desigualdades socioespaciais, mercantilização cultural e espaço público.

Contato: ewerthonclauber@yahoo.com.br

Iracema Brandão Guimarães

Professora titular da Universidade Federal da Bahia, no Departamento de Sociologia, e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais com doutorado em Sociologia. Pesquisadora do CNPq, desenvolve projeto no Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da UFBA. Tem experiência docente na área de Teoria Sociológica, atuando em pesquisas relacionadas aos temas sociologia do trabalho e sociologia urbana.

Contato: iracema.brandao60@gmail.com

Lucia Maria Machado Bógus

Graduada e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Arquitetura, área de Estruturas Ambientais Urbanas, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora sênior do CNPq, atua nas áreas de sociologia urbana e demografia, com ênfase em política pública, urbanização e migração interna e internacional. Coordena o INCT Observatório das Metrópoles de São Paulo. É editora dos *Cadernos Metrópole*.

Contato: lubogus@uol.com.br

Luís Felipe Aires Magalhães

Pós-doutorando no Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP). Mestre e Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); graduado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É pesquisador do Observatório das Migrações no Estado de São Paulo (Projeto Fapesp/CNPq) e do Observatório das Migrações no Estado de Santa Catarina (CNPq). Desenvolve, atualmente, pesquisas sobre migração e refúgio na cidade de São Paulo, com ênfase em questão urbana, trabalho, cultura e habitação.

Contato: lufeaires@gmail.com

Marcelo Gomes Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É economista (PUC-Goiás), mestre em Sociologia (UFG) e doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Pesquisador do Observatório das Metrópoles, coordena os seguintes projetos de pesquisa: “Estrutura social das metrópoles brasileiras” e “Economia metropolitana e mercado de trabalho”, ambos financiados no âmbito do Programa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) pela CNPq e Faperj.

Contato: marceloribeiro@ippur.ufrj.br

Márcia Cristina Lazzari

Pesquisadora CNPq do projeto “Políticas socioambientais do Amazonas” (Props), na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). É docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas; e líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Políticas Socioambientais da Amazônia (Nepps) na Universidade do Estado do Amazonas. É consultora de projetos internacionais em Brasília. Atua na área acadêmica há vinte anos, ministrando aulas em diversos cursos de graduação e pós-graduação, orientando e co-orientando projetos de mestrado, iniciação científica e TCC.

Contato: mcris@lazzari.arq.br

Marusa Bocafoli da Silva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF). Professora de Sociologia na Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ. Professora de História do ensino fundamental II e da EJA (Educação de Jovens e Adultos) da rede pública municipal de São João da Barra/RJ. Atualmente integra a equipe de pesquisadores do Ategen (Atelier de Estudos de Gênero) vinculado ao Lesce (Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado/UENF).

Contato: marusasilva@gmail.com

Patrícia Pereira

Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova e Lisboa (CICS-NOVA), com bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e professora auxiliar convidada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH). Seu atual projeto de investigação explora processos de *displacement* e resistências e mobilizações associados à gentrificação. Recentemente, publicou *Moving Cities: Contested Views on Urban Life* (Springer, 2017), “A transformação da zona ribeirinha oriental de Lisboa: um caso de gentrificação por nova construção” (*EURE*, 2017) e “Rethinking public spaces in waterfront areas: notes from Lisbon” em *Public Spaces: Times of Crisis and Change* (Emerald, 2016).

Contato: patricia.pereira@fcs.unl.pt

Rachel de Castro Almeida

Pós-doutorado em Sociologia (Universidade Nova de Lisboa), doutorado e mestrado em Ciências Sociais (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na PUC-Minas), graduação em Arquitetura e Urbanismo (PUC-Minas). Mais de 15 anos de extensa experiência na gestão de cursos de ensino superior e na docência em graduação e pós-graduação. É professora dos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo e Ciências Sociais e assessora de ensino da direção do Instituto de Ciências Sociais da PUC-Minas. Pesquisadora colaboradora do Observatório da vida estudantil da Universidade de Brasília e do Núcleo de Estudos Sociopolíticos, da PUC-Minas.

Contato: rachel.castro.almeida@gmail.com

Rafael de Aguiar Arantes

Professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, onde se graduou em Ciências Sociais, com bacharelado em Sociologia. Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, com estágio de doutoramento no Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales da Pontificia Universidad Católica de Chile. Atualmente é pesquisador do núcleo Salvador do INCT/Observatório das Metrôpoles, vinculado ao Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH/UFBA).

Contato: rafaelarantes13@gmail.com

Renata de Souza Francisco

Mestre em Sociologia Política e graduada em Ciências Sociais, ambos pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro (UENF). É professora de Sociologia da rede estadual de educação do estado do Rio de Janeiro. Atua também como tutora de ensino a distância no curso de Licenciatura em Pedagogia do consórcio Cederj, nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Educação e Psicologia Social aplicada a Educação. É, ainda, pesquisadora do Atelier Estudos de gênero (Ategen).

Contato: renata_souzacn@yahoo.com.br

Rodrigo Anido Lira

Graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e doutor em Sociologia Política também pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Tem experiência na área de administração e gestão pública. Consultor do Instituto Candido Mendes. Professor universitário vinculado ao Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos. Desde 2017, atua como superintendente do Fundo de Desenvolvimento de Campos – Fundecam. Suas principais publicações envolvem questões ligadas à gestão, democracia, participação e representação no âmbito local.

Contato: rodrigoanidolira@gmail.com

Rosana Baeninger

Graduada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia, ambos pela Universidade Estadual de Campinas; doutora em Ciências Sociais, área de estudos de população, pela Universidade Estadual de Campinas. É professora livre-docente, na área de população e ambiente, do Departamento e dos Programas de Pós-Graduação em Demografia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Com pós-doutorado (Estágio Sênior) na Universidade da Califórnia, Davis, é pesquisadora I-A do CNPq e do Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Coordena o Observatório das Migrações em São Paulo (2009-2018). É pesquisadora nas áreas de migração interna e internacional, urbanização, dinâmica da população.

Contato: baeninger@nepo.unicamp.br

Sávio Guimarães

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UnB). Doutor em Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ, com bolsa sanduíche na FCSH-UNL). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFF). É especialista em comunicação pela (UFJF). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFJF). Professor da graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (do UniCeub), coordenador do Laboratório situ-AÇÕES (UniCEUB) e membro do Leste (Ippur/UFRJ).

Contato: savio.guimaraes.2010@gmail.com

Zoraide Souza Pessoa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) e do Departamento de Políticas Públicas (DPP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É cientista social (UFRN), especialista em Demografia (UFRN), mestre em Ciências Sociais (UFRN), doutora em Ambiente e Sociedade (Unicamp) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Natal. Desenvolve estudos com foco na cidade e suas interações socioambientais em perspectiva interdisciplinar.

Contato: zoraidesp@gmail.com